

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CCMN - INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

A GEOGRAFIA DAS CIDADES DE FRONTEIRA: UM ESTUDO DE
CASO DE TABATINGA (BRASIL) E LETÍCIA (COLÔMBIA)

REBECA STEIMAN

ORIENTADORA: LIA OSORIO MACHADO

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO REQUISITO
PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS (M. Sc.)

RIO DE JANEIRO
MAIO - 2002

FICHA CATALOGRÁFICA

STEIMAN, Rebeca

A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia) / Rebeca Steiman - Rio de Janeiro, UFRJ, 2002. x, 117 p.

Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio de Janeiro / PPGG, 2002.

Bibliografia: 111-117.

Assunto: 1 – fronteiras políticas internacionais ; 2 – cidades de fronteira ; 3 - zona de fronteira.

I – UFRJ/PPGG. II - A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CCMN - INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

A GEOGRAFIA DAS CIDADES DE FRONTEIRA: UM ESTUDO DE
CASO DE TABATINGA (BRASIL) E LETÍCIA (COLÔMBIA)

REBECA STEIMAN

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS (M. Sc.)

APROVADA POR:

PROF^ª. DR^ª. LIA OSORIO MACHADO (ORIENTADORA) _____

PROF^ª. DR^ª. MARIA DO CARMO CORRÊA GALVÃO _____

PROF^ª. DR^ª. ANA MARIA LIMA DAOU _____

RIO DE JANEIRO
MAIO – 2002

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer às seguintes instituições que tornaram possível esse trabalho: o PPGG/UFRJ, pela oportunidade de realização do curso de mestrado, e o CNPq, não só pelo suporte financeiro direto através de bolsa de estudo, mas também pelo financiamento do grupo de pesquisa, equipamentos e trabalhos de campo à Amazônia, dos quais me beneficiei diretamente.

Agradeço à Prof^a. Lia Osorio Machado pelo cuidado na orientação dessa dissertação, pela tolerância com às minhas dificuldades e pelas inúmeras oportunidades de aprendizado que me concedeu nesses quase 10 anos de convivência. Agradeço também às professoras Maria do Carmo Galvão e Iná Elias de Castro que acompanharam a minha trajetória pessoal desde a graduação e que fizeram valiosas críticas e sugestões ao meu exame de qualificação. À Prof^a Ana Maria Lima Daou, que tão prontamente aceitou fazer parte da banca.

Igual consideração dedico a todos os integrantes do grupo de pesquisa Retis, pelo ambiente amistoso que me propiciaram e pelo trabalho precioso na coleta e processamento de dados e na produção de mapas, muitos dos quais subsidiaram a elaboração dessa dissertação. As "lições" de GIS e o apoio de Letícia Parente Ribeiro foram fundamentais.

Cabe ainda agradecer e muito às diversas pessoas que conheci e entrevistei nos dois trabalhos de campo à Amazônia, que saíram de suas rotinas e disponibilizaram não apenas dados e informações, mas suas histórias e experiências pessoais. Espero poder utilizar da melhor maneira possível o que me foi tão gentilmente ofertado.

Pelo suporte emocional, de outra natureza, mas de igual importância, agradeço ao meu companheiro André – incansável em todos os momentos, à minha família e amigos mais próximos, especialmente a Flavia Ester Tandler Leibel, a Flavia Pires de Lima e Maria Márcia de Araújo Lima, cujo incentivo foi crucial em muitos momentos.

*Para o meu irmão, Charles Steiman,
tão longe e ainda assim tão presente.*

RESUMO

A atual tendência de formação de blocos econômicos regionais e as diásporas de povos com nacionalidade compósita numa escala sem precedentes no passado provocaram uma mudança fundamental na abordagem das fronteiras e limites internacionais. Como parte dessa transformação conceitual, alguns pesquisadores têm se preocupado em compreender os efeitos da desfuncionalização parcial das fronteiras políticas internacionais e o papel das cidades gêmeas como possíveis catalisadores da cooperação fronteiriça. O presente estudo tem como objetivo traçar um perfil dos municípios da fronteira norte e analisar as relações espaciais de um par de cidades gêmeas nela incluídas: a cidade de Tabatinga, no estado do Amazonas, e a cidade de Letícia, no Departamento do Amazonas, na Colômbia. Esse estudo poderá contribuir para ampliar o conhecimento sobre a região e a zona de fronteira e seus processos particulares e fornecer subsídios às políticas públicas de desenvolvimento da faixa de fronteira e de integração aos países vizinhos.

Embora tenha se mantido praticamente isolada do restante do território nacional, com baixa densidade demográfica e fraca articulação regional, é possível observar na fronteira norte múltiplas redes de articulação que se sobrepõem ao limite internacional. Além de ampliar a rede de relações das cidades da fronteira norte, essas redes provocaram alterações na organização espacial: uma intensa urbanização, uma incipiente diferenciação na hierarquia urbana e a desagregação das atividades extrativas e de subsistência que prevaleciam na fronteira norte até então. Além disso, atraíram imigrantes dos países vizinhos e de outras regiões do país em busca de trabalho ou de oportunidades de enriquecimento, o que garantiu a subsistência dessas cidades e conferiu a região um traço cultural característico

Essa capacidade relacional, desenvolvida de forma tácita através da atuação de agentes nas escalas sub-nacional e supranacional, contribuiu para diferenciar o sub-espço Tabatinga-Letícia de seu entorno imediato. O conhecimento das inúmeras transações formais e informais realizadas entre as cidades de fronteira poderá incrementar a cooperação transfronteiriça e gerar alternativas econômicas para esses espaços que tem sido constantemente utilizados por redes de tráfico de drogas e contrabando.

ÍNDICE

Introdução	1
1. Limites e Fronteiras Políticas Internacionais	5
1.1. Questões Teórico-metodológicas	5
<i>Primeiras abordagens: a questão da classificação das fronteiras</i>	5
<i>Evolução das concepções de limite e fronteira internacional</i>	7
<i>As regiões fronteiriças</i>	10
<i>Redes e fluxos transfronteiriços</i>	16
1.2. Questões Institucionais	18
<i>A legislação e os projetos especiais da faixa de fronteira no Brasil</i>	18
<i>A legislação sul-americana sobre a faixa de fronteira</i>	28
2. O Arco Norte: um perfil dos Municípios de Fronteira na Amazônia Ocidental	32
2.1. Evolução do povoamento e urbanização	32
2.2. Mercado de trabalho	46
2.3. Heterogeneidade etno-cultural	53
3. O Nexo Territorial das Cidades Gêmeas: o sub-espço Tabatinga e Leticia	60
3.1. Breve Histórico	60
3.2. Ciclos Econômicos	64
3.3. Uso do Solo e Crescimento Urbano	76
3.4. Transações na Tríplice Fronteira	97
4. Considerações Finais	107
Bibliografia	111

ÍNDICE DE MAPAS

Capítulo 2

1. Fronteira Norte: Bases Militares do Exército 1998	37
2. Fronteira Norte: População Urbana e Densidade Rural 1991	43
3. Fronteira Norte: População Urbana e Densidade Rural 2000	43
4. Tráfico de Drogas na Bacia de Drenagem do Rio Amazonas – 2000	45
5. Fronteira Norte: PIB 1996	47
6. Fronteira Norte: Crescimento relativo do PIB 1970-1975	50
7. Fronteira Norte: Crescimento relativo do PIB 1975-1980	50
8. Fronteira Norte: Crescimento relativo do PIB 1980-1985	51
9. Fronteira Norte: Crescimento relativo do PIB 1985-1990	51
10. Fronteira Norte: Crescimento relativo do PIB 1990-1996	52
11. Brasil: Migração Internacional – 1996	54
12. Fronteira Norte: Migração Síntese - 1996	55
13. Fronteira Norte: Proporção da População Indígena - 2001	58

Capítulo 3

1. Fronteira Norte: Agências Bancárias 2000	72
2. Fronteira Norte: Unidades da Federação Propostas	74
3. Tabatinga: Evolução do espaço urbano	78
4. Letícia: Evolução do espaço urbano	79
5. Tabatinga: Uso do solo – 2000	85
6. Letícia: Uso do solo – 2000	86
7. Áreas Indígenas no município de Tabatinga e arredores	96

ÍNDICE DE FIGURAS

Capítulo 3

1. Esquema da Fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru	61
2. Tráfico de drogas na tríplice fronteira	66
3. Terras institucionalizadas no município de Tabatinga	93
4. Trocas comerciais (Brasil, Colômbia, Peru)	100
5. Transações na tríplice fronteira	101

ÍNDICE DE TABELAS

Capítulo 1

1. Síntese das realizações da SAE na faixa de fronteira – 1990/1995	21
2. A faixa de fronteira na América do Sul	30

Capítulo 2

1. Situação geográfica dos municípios e sedes na faixa de fronteira norte - 2001	33
2. Cidades gêmeas e cidades de fronteira no limite internacional - 2001	34
3. Grau de informalidade do trabalho na fronteira norte – 1996	48

Capítulo 3

1. Evolução da população urbana nas cidades gêmeas de Letícia e Tabatinga	69
2. Taxas de câmbio na tríplice fronteira	70

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Capítulo 2

1. Evolução da população nos municípios da fronteira norte – 1960 - 2000	41
2. Repartição da população urbana na fronteira norte – 1960 – 2000	41
3. Evolução municipal na fronteira norte	41
4. Fronteira Norte: Valor do PIB por setor de atividade – 1996	47

Capítulo 3

1. Salario Mínimo en Colombia, Brasil y Peru	105
----------------------------------------------	-----

ÍNDICE DE FOTOS

Capítulo 2

1. Rua principal de Pacaraima (RR)	34
2. Rua principal de Santa Elena de Uairen (Venezuela)	35
3. Rua principal de Bonfim (RR)	35
4. Comércio local em Lethem (Guiana)	36
5. Monumento ao Forte São Xavier da Tabatinga	39
6. Crianças Tikunas na Área Indígena do Umariáçu	57

Capítulo 3

1. Cidade de Islândia, no Peru	63
2. Avenida da Amizade na fronteira entre Tabatinga e Letícia	80
3. Rua Marechal Mallet	81
4. Comércio na rua Marechal Mallet	82
5. Fluxo de Passageiros no Porto da Feira	83
6. Pequenos produtores vendem seus artigos no Porto da Feira	83
7. Rua transversal à avenida da Amizade	84
8. Efeito do tráfico de drogas: residências de luxo em Letícia	87
9. Praça central da cidade de Letícia	88
10. Esgoto sendo lançado no rio Solimões	89
11. Lixo depositado a céu aberto no bairro Rui Barbosa	91
12. Área de expansão urbana em Tabatinga	92
13. Rua, casa e escola bilíngüe na A.I. Umariáçu	94
14. Biblioteca do Instituto Amazônico de Investigações (Letícia)	103

INTRODUÇÃO

Cada vez mais freqüentes nas pautas científicas internacionais, as fronteiras políticas internacionais têm sido tema constante de conferências, livros e artigos. A produção científica sobre o assunto foi extremamente fecunda na primeira metade do século XX, sobretudo nos momentos imediatamente anteriores e posteriores às duas grandes guerras mundiais. Desde então foram relegadas a um papel secundário do qual só despertaram nos anos 1990, época em que se propagaram com facilidade discursos sobre o "fim" do Estado Moderno e até da própria história.

No entanto, quanto mais se alardeou o fim e/ou a desfuncionalização das fronteiras, mais interesse estas despertaram entre políticos e estudiosos (MACHADO, 2000). São provas disso os inúmeros centros de pesquisa que se dedicam à compreensão de suas funções e efeitos, bem como à resolução de conflitos entre países e às iniciativas de cooperação transfronteiriça. Criado em 1989, o *International Boundaries Research Unit* (IBRU) localizado na Universidade de Durham (Inglaterra) é de longe o exemplo mais conhecido do primeiro caso. Poderia ser citado também o *Center for Cross Border Studies* vinculado às Universidades Queen's de Belfast e Dublin City (Irlanda do Norte). Outros centros de pesquisa europeus estão mais voltados para a resolução de conflitos resultantes da intensa fragmentação política que se seguiu ao fim da guerra fria. Neste caso pode-se citar o *Peipsi Center for Transboundary Cooperation* e o *International Boundary Monitor*, que possui uma publicação mensal especializada em fronteiras e soberania territorial. Nos Estados Unidos pode-se destacar dois centros de pesquisa dedicados à compreensão e promoção da cooperação fronteiriça, o *Institute for Regional Studies of the Californias* (IRSC) e a *Association for Borderlands Studies*.

Neste contexto enquadra-se o presente trabalho, cuja origem remonta à elaboração da monografia intitulada "O Mapa da Droga", dentro do projeto de pesquisa "A Geografia das Drogas na Amazônia Sul-americana" coordenado pela Prof^a. Dr^a. Lia Osorio Machado. Deste projeto inicial derivou o estudo sobre a geografia das fronteiras internacionais no contexto sul-americano. Esta dissertação pretende explorar alguns aspectos concernentes às cidades gêmeas na zona de fronteira.

Por sua posição singular, as cidades gêmeas formam subespaços estruturados dentro da faixa de fronteira, onde se realizam preferencialmente os fluxos transfronteiriços. Estão longe da imagem de estagnação que lhes é constantemente atribuída e estão inseridas em múltiplas redes que ampliam sua capacidade relacional. Exercida ainda tacitamente, através de acordos locais e regionais, e dinamizada por inúmeros fluxos que atravessam a fronteira, a cooperação já é um cenário real na fronteira norte. Sua institucionalização, através da iniciativa local e da criação de mecanismos administrativos e legais, poderá incrementar a sua ocorrência e gerar alternativas econômicas para as comunidades fronteiriças envolvidas.

A importância do tema para o contexto brasileiro e sul-americano pode ser ressaltada através de vários fatores: a) a abertura dos mercados da América do Sul, pelo interesse cada vez maior de aumentar os fluxos comerciais entre eles; b) pela necessidade de cooperação na resolução de problemas comuns, que transcendem as fronteiras e fogem do escopo de cada soberania nacional, tais como a preservação do meio ambiente; a proteção às culturas e às terras indígenas; o tráfico de drogas, de ouro (e outros minerais) e de eletro-eletrônicos, que se tornou uma questão estratégica em si mesma, mas também por sua associação em alguns casos com movimentos guerrilheiros; c) pela migração transfronteiriça, que coloca em questão os direitos a que tem acesso os estrangeiros que vivem na faixa, bem como as suas diferenças culturais; d) pelas perspectivas de desenvolvimento econômico-social frente a tudo que foi acima colocado.

A escassez de análises comparativas de regiões e cidades de fronteira fora e dentro do país funcionou como um importante motivador para a elaboração desse trabalho. Acredita-se que através da análise da faixa de fronteira norte, pode-se atender ao duplo propósito de ampliar o conhecimento sobre a região e seus processos particulares e gerais e ao mesmo tempo fornecer subsídios às políticas públicas que venham a ser ali exercidas rumo à integração e ao desenvolvimento da faixa.

O objetivo inicial desse trabalho era avaliar o impacto das atividades ilegais nos municípios da faixa de fronteira, especialmente, nas cidades gêmeas dessa faixa. Ao longo da pesquisa, no entanto, este objetivo se revelou ao mesmo tempo ambicioso e limitado. Ambicioso porque é na verdade um dos objetivos maiores do projeto de pesquisa do qual esse trabalho é subsidiário e a definição de variáveis e indicadores que

possam mensurar esses efeitos está ainda sendo perseguida. Por outro lado, a pesquisa e a excursão à área de estudo mostraram que as transações ilegais são apenas parte da dinâmica própria dessa faixa e das interações entre as cidades gêmeas. Assim, o objetivo da dissertação foi caracterizar a geografia da faixa de fronteira norte e analisar as relações espaciais entre um par de cidades gêmeas nela incluída: a cidade de Tabatinga, localizada no extremo ocidental do estado do Amazonas e a sua vizinha colombiana, a cidade de Letícia, localizada no Departamento do Amazonas, na Colômbia. A riqueza e o volume de informações obtidas inviabilizaram o estudo de um outro par de cidades gêmeas na fronteira Brasil e Bolívia que fazia parte do plano inicial desta dissertação: Guajará-Mirim, em Rondônia, e Guayaramerín, no departamento boliviano de Beni, visitadas no segundo trabalho de campo em setembro de 2001 e que se pretende explorar brevemente.

Os conceitos de faixa de fronteira, zona de fronteira e região de fronteira são amplamente utilizados nessa dissertação e devem ser esclarecidos desde já. Ressalte-se no entanto que as definições aqui apresentadas são operacionais. A faixa de fronteira é a faixa legalmente estabelecida pelos Estados. No caso brasileiro, esta possui 150 Km, mas como será visto no capítulo 1 estas nem sempre estarão presentes. Poderá ou não coincidir com a região de fronteira que é a região no interior da qual os fluxos transfronteiriços acarretam efeitos concentrados. O alcance desses efeitos é variável, de forma que determina-la é por si uma questão de estudo. A soma das regiões de fronteira de dois ou mais Estados limítrofes é o que se considera aqui como zona de fronteira.

No primeiro capítulo, são apresentadas diversas abordagens aos conceitos de limites e fronteiras internacionais numa breve discussão bibliográfica. É neste capítulo também que se introduz uma discussão da fronteira institucionalizada, isto é, da legislação e dos projetos especiais que definem e regulam a utilização da faixa de fronteira não só no Brasil, mas também na América do Sul, especialmente nos países limítrofes da faixa de fronteira norte. No capítulo 2, descreve-se e analisa-se o povoamento e a urbanização da faixa de fronteira norte, bem como sua economia e seus efeitos sobre o mercado de trabalho regional, formal e informal. As relações e inter-relações espaciais entre as cidades gêmeas e os efeitos específicos que esses processos provocam na organização espacial desses sub-espacos são discutidos no capítulo 3.

Os dados aqui apresentados e analisados foram obtidos junto a inúmeras entidades governamentais e não-governamentais, listadas ao longo do trabalho, bem como em dois trabalhos de campos realizados na zona de fronteira da Amazônia Ocidental: o primeiro em Tabatinga (AM) e Leticia (Colômbia) em dezembro de 2000 e o segundo nas zonas de fronteira de Rondônia e do Acre, em setembro de 2001, ambos financiados pelo CNPq. Dados primários e secundários foram mapeados através da construção de Sistemas de Informações Geográficos pela própria autora e o grupo de pesquisa de que faz parte, sob coordenação da Prof^ª. Dr^ª. Lia Osorio Machado.

1. LIMITES E FRONTEIRAS POLÍTICAS INTERNACIONAIS: UMA DISCUSSÃO

BIBLIOGRÁFICA

1.1. Questões Teórico-Metodológicas

Primeiras abordagens: a questão da classificação das fronteiras

Na respeitável literatura sobre fronteiras políticas internacionais, tanto aquela produzida pela geografia política como por áreas afins, é possível encontrar inúmeras classificações para diferenciar os tipos de fronteiras e suas peculiaridades. A mais conhecida delas – a classificação das fronteiras em *naturais* e *artificiais*¹ – foi discutida durante toda a primeira metade do século XX, mesmo depois de Robert Sieger ter afirmado que "as fronteiras, mesmo as chamadas naturais, são resultado de convenções (bilaterais) ou de imposição (unilateral)" (APUD BACKHEUSER, 1952).

O que parece ser um traço comum a todas as classificações (naturais e artificiais; boas e más; lineares e zonais; etc) é o intuito de determinar a superioridade de um determinado tipo de fronteira sobre outros, uma superioridade claramente relacionada à função que o autor atribui à fronteira. Por exemplo, as discussões sobre a conveniência dos rios ou das montanhas como limites entre estados estão relacionadas à função prioritária da fronteira como fator de assimilação ou fator de defesa, respectivamente.

Este embate é bem ilustrado pela contraposição dos pontos de vista de Thomas H. Holdich e Lionel W. Lyde, que tinham em vista a divisão do continente europeu no contexto da Primeira Guerra Mundial. Para Holdich (1916), a melhor maneira de preservar a paz entre as nações seria dividi-las com a mais forte e definitiva barreira física que pudesse ser encontrada, geralmente as cadeias montanhosas. Para Lyde (1915), no entanto, o limite político ideal seria uma feição natural que efetivamente encorajasse um intercâmbio internacional pacífico, papel que seria desempenhado vantajosamente pelos rios que, por reunir os habitantes de suas bacias, ofereceriam o máximo de possibilidades de associações pacíficas.

¹ O texto clássico e principal referência dos esquemas classificatórios de fronteiras naturais e artificiais é *Frontiers*, escrito por Lord Curzon of Kedleston (1907), vice-rei da Índia (1898-1905) e responsável pela pasta de Relações Estrangeiras da Grã-Bretanha (1919-1924).

Quase cem anos depois, a proposta de Lyde parece ser a vencedora. Sem dúvida porque as montanhas já não representam nenhuma defesa dada às novas tecnologias de guerra. O valor defensivo da faixa de fronteira perdeu importância durante a Segunda Guerra Mundial, à medida que os ataques aéreos passam a atingir pontos muito distantes do *front* da batalha, transformando a guerra em uma operação tridimensional (SPYKMAN, 1942).

Mas também porque a questão das fronteiras internacionais deixou de ser parte do campo estritamente político para integrar o campo econômico. Assim, por exemplo, na atualidade, várias comissões tem sido constituídas para gerir recursos hídricos em fronteiras internacionais de forma compartilhada. O exemplo da fronteira entre o México e os Estados Unidos é paradigmático. Apesar da importância política (negativa) que os Estados Unidos atribuem aos fluxos migratórios mexicanos, os primeiros protocolos de cooperação entre os dois países surgiram em função da questão hídrica². A partir deles foram criados diversos organismos de cooperação e monitoramento da zona de fronteira entre os dois países que incluem até um boletim diário por *e-mail* das notícias mais importantes sobre vários aspectos da vida de fronteira.

Richard Hartshorne (1936) introduziu a importância do contexto histórico e cultural na gênese e evolução dos limites internacionais. Para este autor (com a colaboração dos geógrafos norte-americanos, Derwent Whittlesey e Stephen Jones), os limites internacionais podem ser classificados de acordo com a *paisagem cultural* no momento de sua formação. O estudo de suas mudanças ao longo do tempo, bem como das etapas de delimitação e demarcação em relação ao povoamento da fronteira levaram esses autores a sugerir uma classificação que levava em conta se o limite político havia sido estabelecido antes (*antecedent boundary*; *pioneer boundary*) ou depois (*subsequent boundary*) do desenvolvimento da maioria dos aspectos da paisagem cultural. Haveria também casos em que o limite político estaria ainda presente na paisagem cultural mesmo que já abandonado de fato (*relict boundary*), ou

² Criada em 1944, a *International Boundary and Water Commission* atua em prol da cooperação bilateral no que tange a disputas de limites fluviais, controle de enchentes, controle da qualidade e do armazenamento da água, entre outros. Para isso, concedeu imunidade diplomática e liberdade de movimento aos oficiais das duas nacionalidades para inspecionar problemas de poluição ou de falta de água (Anderson, 1997:39). Foi precedida pela *International Boundary Commission*, comissão também bilateral criada em 1889 para resolver conflitos sobre os limites fluviais (Coelho, 1992:47).

ainda se o limite estaria em conformidade ou não com uma série de aspectos desta paisagem (*superimposed boundary*).

Julian Minghi (1963), em uma clássica revisão bibliográfica sobre o tema das fronteiras internacionais na primeira metade do século XX, chama a atenção para o vínculo entre as idéias sobre fronteira e o meio histórico e geográfico no qual são elaboradas. Segundo o autor, a variedade metodológica resultante produz com freqüência conceitos contraditórios entre si. Mostra como as classificações e tipologias de fronteira evoluíram da simples divisão natural-artificial para outras, que descrevem a base da fronteira como física ou antropogeográfica, até chegar àquelas com base na paisagem cultural. Minghi registra também as novas idéias que estavam então surgindo e que enfatizavam, de um lado, a importância das similaridades e diferenças entre comunidades sócio-políticas divididas pelo limite político (e a zona de fronteira) quando se quer definir sua função e, de outro, a importância das zonas de circulação na descrição da intensidade de movimento em regiões de fronteira. Além disso, Minghi considera como absolutamente necessário realizar pesquisas objetivas de maneira a validar qualquer intento de generalização.

Anos depois, já em outro contexto de pensamento geográfico e questões estratégicas, o geógrafo franco-suíço Claude Raffestin (1993) criticou os estudos sobre a natureza e função das fronteiras internacionais, afirmando que essas abordagens teriam negligenciado a importância das concepções de fronteira, e de suas funções e efeitos, sobre a organização espacial.

Evolução das concepções de limite e fronteira internacional

Para grande parte dos geógrafos políticos, diferentes princípios serviram ao propósito de delimitação de fronteiras ao longo do tempo e em contextos geográficos diversos (JONES, 1959; GUICHONNET E RAFFESTIN, 1974). A existência de limites precisos para os territórios de povos antigos, por exemplo, foi por longo tempo desconsiderada pelos modernos geógrafos políticos. Aceitava-se que os antigos tivessem alguma noção de fronteira, mas o desconhecimento e a generalização indiscriminada levaram muitos pesquisadores a pensar que povos primitivos deveriam ter costumes primitivos e fronteiras primitivas.

Essa é a opinião de Albert P. Brigham (1919), ao postular que as concepções sobre limite territorial obedeciam a um esquema evolutivo-civilizatório que teria

partido de um estágio primitivo ou tribal onde as linhas não existiam, para um segundo estágio, misto ou de transição, onde as demarcações são volúveis mas abarcam o planeta, para o terceiro estágio, o ideal, onde as linhas são fixas e de pouca importância salvo para conveniências administrativas. Segundo Brigham, o mundo encontrava-se no segundo estágio sem nenhuma garantia de chegar ao terceiro.

A influência dos estudos antropológicos sobre a geografia política rompeu de vez com as teses do ‘primitivismo’ das sociedades tribais, e com a idéia de que os homens primitivos não conheciam as fronteiras lineares, dividindo somente zonas vinculadas ao território de caça. De fato, Stephen Jones (1959) assinala que antropólogos identificaram em várias partes do globo práticas de sociedades tribais não apenas de linhas fronteiriças mas de demarcação e patrulhamento.

A idéia subjacente à tese do primitivismo era de que o parentesco era o único princípio a gerar a coesão social desses grupos, mas o fato é que mesmo entre os povos antigos o princípio territorial era parte importante da formação de sua identidade, convivendo e disputando com a predominância dos critérios de parentesco (LOWIE, 1927 *apud* JONES, 1959).

Owen Lattimore foi outro geógrafo norte-americano que estudou as relações entre fronteira e civilização porém suas conclusões enfatizam a complexidade dos fundamentos sociais e culturais que regem as concepções políticas de fronteira. Para os impérios chinês e romano, a fronteira teve o sentido de limite de civilização. Mas se no caso chinês, pelo menos ao norte, ocorreram inúmeras tentativas de cristalizar a fronteira através da construção de rígidas muralhas, no caso romano, estabelecer fronteiras fixas significava limitar a expansão de seus domínios, o que não lhes interessava, donde o longo período que levaram para definir seu sistema de fronteiras. A rigidez perseguida pelos chineses, como conta Lattimore, expressava um desejo de exclusão de povos que eles consideravam bárbaros e não desejavam absorver. Mais do que dominar povos considerados bárbaros, a transposição da fronteira implicava dominar o espaço das estepes e da atividade pastoril, de forma que a Muralha da China não só separava duas grandes regiões mas dois modos de organização: as bacias hidrográficas chinesas, onde se praticava uma agricultura intensiva e irrigada, e as estepes do norte com sua pecuária extensiva (LATTIMORE, 1937). Situações desse tipo levaram Guichonnet e Raffestin (1974) a afirmar que a fronteira constituiu não só um meio de diferenciação territorial mas também um meio de diferenciação temporal.

Há um consenso na literatura de que é com o advento do Estado Moderno que a fronteira linear, precisamente delimitada e demarcada, vai se tornar imprescindível, já que para se impor o Estado precisou, inicialmente, lançar as bases de sua soberania territorial. Essa visão, no entanto, parte já da concepção moderna de fronteira como limite dos estados nacionais. A relação entre fronteira e soberania territorial não foi imediata pois no mundo feudal (europeu) os argumentos que embasavam o poder dos reis sobre o reino eram de tipo feudal e não nacional.

É no período entre os séculos XIII e XV que surge a palavra fronteira na maioria das línguas européias. No que concerne ao território, a característica marcante até então na Europa era a herança dos feudos por indivíduos ligados por laços de vassalagem. Nem o parentesco nem a territorialidade eram os princípios originais. Mas a evolução do próprio sistema acabou atribuindo aos feudos uma natureza hereditária e territorial. Eram tantos os feudos com relações de lealdade ultrapassando os domínios territoriais dos reinos e impérios, que o mosaico de fronteiras políticas resultante negava, na prática, o poder dos reis no sistema de monarquia feudal. As bases do sistema assentado nos direitos hereditários e históricos que tinham prevalecido até então na delimitação de fronteiras foi gradualmente sendo rompida pela emergência do Estado Moderno.

A idéia de ‘fronteira natural’, surgida na França no século XVI, já seria um indicativo da nova função dos limites, relacionada à fundamentação da base territorial do Estado, segundo Norman Pounds. O debate que surgiu entre os franceses e os alemães sobre essa questão, voltada, no plano empírico, para justificar a soberania francesa sobre a Alsácia e o vale do Reno, deu margem ao aparecimento do conceito de fronteira baseado no princípio de que a base do Estado deveria ser lingüística ou racial, posição defendida pelos humanistas alemães (1951, p.154).

Ainda para Pounds (1954), a busca de uma fundamentação racional para a idéia de ‘fronteira natural’ pelos filósofos políticos franceses e ingleses no âmbito da Ilustração levou à sua conexão com a noção de “lei natural”, no sentido de que respeitar os *limites naturelles* dos estados seria nada mais do que obedecer a lei da natureza. Cada estado teria seu ‘limite naturelle’; defendê-lo era certo e apropriado, mas anexar território fora dele seria ofender a lei natural. Contudo, a contribuição dos filósofos ilustrados foi eminentemente teórica, claramente voltada para a definição das bases do sistema de estados soberanos, não se preocupando com sua aplicação prática, como a definição de regras para a identificação dos limites no terreno. É interessante

notar que no período revolucionário francês as discussões sobre limites raramente mencionavam a história como justificativa, e sim a ‘lei da natureza’ como base lógica da divisão do território.

É no início do século XIX que surge uma nova doutrina de fronteira, não na França mas na Alemanha. Praticamente toda a literatura escolhe como marco de um novo ideário, o *Discurso à Nação Alemã* de J. Fichte (1807). A reação alemã a doutrina das fronteiras naturais foi o conceito de fronteira baseado no princípio da nacionalidade. Fazendo uso de uma idéia mística de “povo”, Fichte defende a unidade territorial do estado e a lógica que preside o estabelecimento de seus limites em função de uma língua e cultura comum.

Diversos autores apontam que a saída para o dilema no século XX foi criar o conceito de autodeterminação dos povos. Contudo, a concepção imperialista de fronteira desenhada durante a hegemonia da Grã-Bretanha no sistema mundial, negligenciou a existência e os interesses das coletividades envolvidas. A maior parte das fronteiras políticas da África e da Ásia foi desenhada pelas potências coloniais visando à estabilização do poder, ainda que momentâneo, entre as próprias potências coloniais.

Engana-se porém quem imagina que a Terra foi desde sempre dividida por limites políticos tão precisos como o são hoje. Para Globet (1934), tal situação só teria acontecido de forma mais generalizada no século XIX. Uma das razões principais apontadas por esse autor seria a pouca importância de negócios realizados em escala internacional. Havia locais de inspeção, onde as mercadorias podiam ser examinadas para efeito de tarifas. Teria sido a necessidade de ajustar as relações entre os Estados ao crescimento do comércio mundial o motivo principal para a demarcação exata dos territórios. A segunda razão apontada por Globet é que somente no século XIX é que os Estados se tornaram suficientemente organizados e capazes de garantir a definição de suas áreas de jurisdição.

Até hoje prevalece em muitas arenas de política internacional uma concepção fortemente contratual de fronteira internacional. O princípio geral da fronteira contratual é que sua delimitação seja o resultado de uma negociação bilateral em que as partes não utilizam outros recursos para fazer prevalecer seus pontos de vista. Os inúmeros conflitos de fronteira observados atualmente indicam, contudo, que a fronteira contratual é na verdade extremamente rara. Muitos tratados foram, na prática, artifícios para ganhar tempo e consolidar velhas conquistas.

A atual tendência de formação de blocos econômicos regionais e as diásporas de povos com nacionalidade compósita numa escala sem precedentes no passado, provocaram uma mudança fundamental na abordagem das fronteiras e limites internacionais. Para muitos países já não importam tanto os efeitos da existência dos limites internacionais, mas os efeitos da remoção desses limites ou pelo menos de reduzir as descontinuidades que estes representaram por muito tempo para a vida econômica e social e para a circulação de idéias, mercadorias e serviços (HOUSE, 1980).

Para Raffestin (1993), as novas abordagens, sobretudo na Europa, estão criando uma nova mitologia, uma mitologia de *abolição* das fronteiras, coincidente com uma vontade confusa de torná-las sem sentido também em outros domínios da sociedade. É interessante notar que tendo sido primeiramente institucionalizadas na Europa, é também lá que as fronteiras políticas estão sendo intensamente questionadas, mais do que em qualquer outro lugar na atualidade. Esta mitologia de abolição de fronteiras estaria apoiada na idéia de que a fronteira seria um obstáculo e um entrave que limita a liberdade individual ou coletiva, dentro de uma tradição de longa data de atribuir às fronteiras apenas funções negativas. Para Raffestin, essa mitologia não faz o menor sentido, já que a fronteira é uma necessidade incontornável, um mecanismo de regulação que garante a existência contra os perigos do caos. No rastro desta idéia muitos têm acreditado numa tendência a total desfuncionalização da fronteira.

No entanto, mesmo quando esta parece completamente desfuncionalizada, aparentemente sem efeitos sobre o cotidiano vivido, a fronteira continua a sublinhar tanto diferenças legais como o principio da identidade territorial e a separação entre “nacionais” e “não-nacionais” através de impedimentos jurídicos, políticos e ideológicos.

As regiões fronteiriças

Grande parte dos estudos atuais sobre regiões fronteiriças no mundo enfoca ou a fronteira dos Estados Unidos com o México, ou as fronteiras entre países da Europa Ocidental, no contexto pós-União Européia. Essa visão paroquial faz com que pouquíssimos pesquisadores realizem estudos comparativos (GANSTER ET AL., 1997).

De modo geral, a escassez de estudos sobre outras regiões de fronteira internacional poderia ser em parte explicada pela situação duplamente marginal que as tem caracterizado. Por um lado, grande parte dessas regiões está isolada dos centros nacionais de seus respectivos Estados, quer pela ausência de redes de transporte e de comunicação, quer pelo peso político e econômico menor que possuem. Por outro lado, as regiões de fronteira estão também formalmente isoladas dos Estados vizinhos pelo papel disjuntor dos limites políticos. Sem instituições para instrumentá-la, a cooperação entre países vizinhos em regiões de fronteira tem sido feita informalmente e através de acordos tácitos entre as autoridades locais dos países fronteiriços.

Para Paul Ganster e seus co-autores, esse quadro tende a mudar. Em primeira instância, pela maior importância assumida e atribuída às cidades e regiões fronteira pelos estados nacionais no contexto atual. Um novo tipo de atuação dos estados nacionais poderia ser facilitado pela criação de novos mecanismos legais e administrativos. Em segundo lugar, pela integração de países em blocos regionais, que poderá transformar essas regiões, por sua própria localização geográfica, em zonas de cooperação e sinergia entre países vizinhos. Nas palavras dos autores:

"With the deemphasis of security as a strategic component of international relations, it appears that regions are emerging from the paternalistic control of the state, defining their own policy interests and, more and more, engaging in their own form of foreign policy by establishing transboundary problem-solving dialogues." (GANSTER ET AL., 1997:7)

Para Lia Machado (1998) esse processo é indicativo de que, mais do que uma perda de função dos limites e fronteiras internacionais, o que está ocorrendo é uma mutação da perspectiva do Estado em relação ao seu papel. A fronteira deixa de ser concebida somente a partir das estratégias e interesses do Estado central, passando a ser concebida também pelas comunidades de fronteira, ou seja, no âmbito sub-nacional. O desejo e a possibilidade real de comunidades locais estenderem sua influência e reforçarem sua centralidade além dos limites internacionais e sobre a faixa de fronteira estaria subvertendo e renovando os conceitos clássicos de limite e de fronteira.

A iniciativa da Confederação Nacional das Indústrias no Brasil, apoiada pela Agência de Promoção de Exportação (APEX), ilustra bem o processo. Sob seus auspícios funciona uma rede de centros internacionais de negócios baseados em 20 Unidades da Federação. O Centro Internacional de Negócios de Roraima, por exemplo, ambiciona projetar a influência do estado, ampliando as relações comerciais com a Venezuela e a Guiana. A organização de bancos de dados sobre produtos de interesse potencial e as oportunidades criadas para encontro de empresários são parte dos serviços oferecidos para subsidiar a estratégia. Na mesma escala sub-nacional tem atuado o SENAI de Roraima. A entidade assinou um acordo de cooperação técnica com o Instituto Nacional de Cooperação Educativa da Venezuela (INCE), no âmbito do qual são oferecidos cursos técnicos nas cidades de Santa Elena de Uairen, Ciudad Bolívar e San Felix. Em contrapartida, o INCE oferece estágios para técnicos e docentes do SENAI no seu Centro Nacional de Mecânica Automotriz, localizado em Maracay. O referido centro dispõe de tecnologia de ponta e foi construído com financiamento dos países da União Européia.

Essas iniciativas de escopo específico e de base local têm sido apontadas como instrumento essencial para intensificar as inter-relações das comunidades fronteiriças, um primeiro passo rumo a uma efetiva integração. No entanto, mesmo na Europa, onde a União Européia provocou maior desfuncionalização das fronteiras do que em outros blocos limitados ao livre comércio, a ação dos governos nacionais e das organizações supranacionais tem sido criticada por sua timidez no que concerne às regiões fronteiriças. As regiões fronteiriças ou transfronteiriças, na prática, ainda não contam com legislação específica nem com projetos de estímulo realmente orientados para elas. A ação quando empreendida tem partido dos governos nacionais que atuam no âmbito supranacional sobre suas respectivas regiões fronteiriças, descaracterizando a interação. A morosidade de atuação nessa escala pode ser legitimada pela impossibilidade jurídica *a priori* do que constitui uma zona de fronteira (PRADEAU, 1994).

É necessário coerência para que não sejam atropeladas as funções legais e de controle, junto com a função fiscal que se pretende amenizar ou eliminar. Mas essa coerência é tida como burocrática, sem agilidade nem flexibilidade para resolver os problemas cotidianos de uma comunidade artificialmente repartida.

Compartilhando muitas vezes dos mesmos problemas e efeitos causados pela fronteira, as regiões fronteiriças são, via de regra, concorrentes. A duplicidade de

infra-estruturas como as rodovias paralelas, aeroportos, usinas de geração de energia, entre outras, é prova dessa concorrência e fonte de desperdício de muitos recursos. É também reflexo de uma concepção de zonas de fronteira defensivas, fechadas e orientadas para dentro. Paradoxalmente, mesmo que permaneçam concorrentes, essas regiões tem sido obrigadas a formar alianças, ainda que para competir com outras diádes – ou tríades - de seus próprios países ou de países limítrofes (PRADEAU, 1994).

De fato, para se afirmar como saídas preferências de escoamento ou como regiões de turismo mais destacadas, muitas regiões de fronteira tem contado cada vez mais com iniciativas locais de integração. Não é por acaso que um dos principais fatores a intervir na promoção da cooperação é a existência de uma elite política *local* empreendedora que esteja disposta a investir tempo, esforços e dinheiro em promover o desenvolvimento de redes transfronteiriças (GANSTER ET AL., 1997).

Na prática, os elementos de integração e de desintegração coexistem e se interpenetram incessantemente de forma diversa para as diferentes funções desempenhadas.

Se as regiões fronteiriças têm potencial para deslanchar a cooperação internacional dos países que as contém, o que dizer da influência do contexto supranacional sobre a qualidade e a intensidade das relações entre elas?

É incontestável que um contexto de integração política e econômica como o que vem ocorrendo com a formação da União Européia abre uma série de novas possibilidades para as regiões fronteiriças. O bom desempenho da EUREGIO, na porção central da fronteira entre Alemanha e Holanda, tem sido considerado modelo de cooperação transnacional. Criada em 1970, a partir da congregação de 3 associações autônomas de municípios localizados na fronteira, a região adquiriu progressivamente uma estrutura complexa (COELHO, 1992).

Um parlamento único formado pelas autoridades locais e representantes civis dos vários segmentos das duas regiões envolvidas foi criado para que os interesses de ambos os lados da fronteira sejam debatidos. O resultado parece animador, tendo em vista que a “Europa dos Quinze” conta com 60 associações de regiões transfronteiriças (GANSTER ET AL., 1997).

Ainda assim, outras questões se colocam sobre o futuro do papel das fronteiras externas no bloco europeu, e sobre a possibilidade de transferir esse modelo para outras regiões. House (1980) indaga quais delas, embora periféricas no nível nacional,

são potencialmente nodais para a União Européia? Pesaram sobre a EUREGIO aspectos favoráveis como a ausência de assimetrias socioeconômicas, estruturais e administrativas, além de problemas econômicos, sociais e ambientais comuns, circunstâncias nem sempre facilmente encontradas e nem sempre garantias de uma efetiva integração. Na mesma linha, os casos da fronteira entre Estados Unidos e Canadá e México são ilustrativos.

Com padrões de vida muito semelhantes, Canadá e Estados Unidos são os primeiro e segundo Índices de Desenvolvimento Humano do mundo. A ausência de conflitos políticos e de diferenças culturais marcantes, bem como a ênfase na acentuada autonomia local, caracterizam uma região transfronteiriça de baixas assimetrias, porém de baixa interação (GANSTER ET AL., 1997).

Em contraste, a fronteira dos Estados Unidos com o México, marcada por fortes assimetrias econômicas e infra-estruturais, tem se provado uma zona de fronteira dinâmica e de alta interação. Mesmo considerando os custos informacionais das transações, definidos pelas diferenças lingüísticas e culturais, as tensões étnicas e as animosidades históricas, ainda assim existem muitos progressos a contabilizar (HOUSE, 1980). Por outro lado, se na Europa a União Européia funcionou como fator de incentivo à cooperação, aqui o NAFTA é quase um fator limitante. A integração que emana dos centros de poder dos países envolvidos é funcional e limitada ao livre-comércio, não visando uma efetiva integração (GANSTER ET AL., 1997).

A existência ou não de simetrias merece destaque. Quando os sistemas em ambos os lados do limite são análogos, é provável, como pensava Boggs (1940), que haja menor tensão na periferia de cada um, mas a existência de simetria e paz não é garantia de grande interação. Em contraste, House (1980) postula que o grau de homogeneidade das condições econômicas e sociais em ambos os lados limita a complementaridade das trocas, enquanto uma grande diversidade pode encorajar o desenvolvimento de complementaridades e, por conseguinte, sustentar uma nova divisão transfronteiriça do trabalho. *As assimetrias e diferenças de gradiente são a fonte do dinamismo dos espaços fronteiros.*

Não apenas as assimetrias econômicas têm efeitos sobre as regiões fronteiriças. A interpenetração de culturas que lhes é peculiar, com seu bilingüismo e costumes próprios, é em muitos países explorada para o turismo. Levando-se em consideração que a maior parte dos turistas são habitantes de grandes cidades, o isolamento das regiões de fronteira permite paisagens mais preservadas que podem

funcionar como um atrativo importante, especialmente se ela estiver próxima a áreas fortemente povoadas (MIOSSEC *apud* PRADEAU, 1994).

As assimetrias culturais, por outro lado, podem gerar efeitos negativos para as transações transfronteiriças. Na fronteira entre Estados Unidos e México, os persistentes estereótipos culturais do "anglo-saxônico prepotente e dominador" e do "hispanico preguiçoso e ignorante" são fatores limitantes do processo de integração. Por isso, Guichonnet e Raffestin (1974) assinalaram que o efeito de fronteira pode ser derivado e prolongado, como no caso de uma fronteira já desfuncionalizada que continua impermeável por inércia do quadro mental que ela "formou".

Há ainda outra importante questão pendente para as regiões transfronteiriças. Ainda que elas atinjam um nível de complementaridade e cooperação efetivo, elas precisarão se impor, não como simples intermediárias, em que suas cidades não são mais que nódulos em rotas de passagem, mas como nódulos intermediários na rede ampla que liga os centros maiores entre si (PRADEAU, 1994). Assim, a questão crucial para as cidades e regiões de fronteira é a de como se inserir nas diversas redes transnacionais que as atravessam, sem desempenharem o papel de mero ponto de passagem.

Redes e fluxos transfronteiriços

A fronteira México - Estados Unidos tem sido uma das mais fecundas para o estudo de relações transfronteiriças. Foi baseada nela que John W. House (1980) desenvolveu um modelo para descrever os fluxos de bens, capitais e pessoas que caracterizariam as *zonas de fronteira* (a zona de fronteira seria composta pelas faixas de cada lado do limite internacional). O pioneirismo de seu trabalho já na década de 1980 foi estudar não apenas os fluxos entre cidades gêmeas e qualifica-los, mas os efeitos desses fluxos na zona de fronteira que, segundo o autor, é mais difícil de justificar em termos teóricos do que operacionais.

Para o autor, pouca atenção foi dada à existência dessas zonas no interior de cada estado, cujos efeitos espaciais poderiam estar concentrados, e que por isso mesmo poderia servir como base para a organização de contatos e de cooperação transnacionais. A extensão desses efeitos teria uma gradação decrescente numa zona de distância indeterminada rumo ao interior de cada território. Determinar essa distância tem sido um dos objetivos mais espinhosos dos pesquisadores dedicados ao

tema, com implicações práticas para a atuação do Estado em suas faixas de fronteira. A dificuldade advém principalmente do fato de que esses efeitos se expressam com forma e amplitude diferenciada no território, ocorrendo às vezes de forma conjugada, às vezes isolados, contínua ou descontinuamente.

A saída que encontrou House (1980) foi isolar esses efeitos para fins analítico em termos dos diversos fatores de produção, tais como terra, trabalho e capital, e dos serviços, públicos ou privados. Uma vez que estava trabalhando com a fronteira entre Estados Unidos e México, seu modelo concerne a uma zona de fronteira muito heterogênea em termos de níveis de desenvolvimento e características culturais. Ele mostra que não se pode deduzir uma relação mecânica entre Estados desenvolvidos e faixas de fronteira desenvolvidos, já que na prática pode ocorrer o inverso.

Um dos fatores que apresenta efeitos mais concentrados nas comunidades fronteiriças de ambos os lados de uma zona de fronteira é o trabalho. As oportunidades que oferece um Estado mais desenvolvido, sobretudo para a realização de tarefas pesadas descartadas pelos profissionais qualificados desse mesmo Estado, acarretam ao longo do tempo grande difusão de trabalhadores para o interior. Esse fluxo é predominantemente de trabalhadores diaristas ou sazonais, desqualificados ou semi-qualificados, atraídos pelas oportunidades de trabalho e pelos possíveis pagamentos de assistência social no outro lado, mas pelos mesmos motivos pode incluir também a saída dos mais qualificados do Estado menos desenvolvido. Se esse afluxo de trabalhadores reduz as pressões demográficas e o desemprego no Estado menos desenvolvido, pode também se converter em potencial para grave exploração de trabalhadores ilegais na região de fronteira do mais desenvolvido.

Mais difíceis de mensurar, pela sua relativa imobilidade comparada à alta mobilidade dos trabalhadores, são os fluxos de capital. Sujeita a variações conjunturais muito constantes pelas diferentes políticas econômicas e cambiais, a faixa de fronteira é muito instável. É comum que vários empresários invistam dos dois lados da fronteira para se proteger dessa instabilidade, possuindo muitas vezes lojas em ambos os lados. Em outros casos são instaladas fábricas do lado menos desenvolvido em busca de trabalho barato e desorganizado e de padrões ambientais menos rigorosos, mas os lucros são invariavelmente drenados através da fronteira para o país de origem.

É interessante o caso de Guajará-Mirim, em cujos bancos os empresários bolivianos de Guayaramerín afirmam depositar seu dinheiro pela segurança que não

encontram em seu próprio país³. Normalmente mais barata, a terra do lado menos desenvolvido tem atraído o interesse do lado oposto e se em alguns casos acaba aumentando o êxodo rural, em outros pode levar ao uso de recursos que estavam abandonados.

O setor de serviços também é objeto da atenção de John House. Excetuando-se os casos de fronteiras já em nível de integração avançado, encontram-se muitas cidades cujos serviços são confinados a cada jurisdição. Não é o caso da zona de fronteira norte do Brasil, onde foi possível encontrar uma grande complementaridade de serviços, ainda que não intencional. Tabatinga, por exemplo, usufrui quando necessário dos serviços prestados pelo corpo de bombeiros de Letícia, que ela mesma não possui. Da mesma forma, todo o gás de Letícia é comprado em Tabatinga, assim como o combustível. A presença do Hospital da Guarnição em Tabatinga é também um poderoso atrator para cidadãos peruanos e colombianos da fronteira. No primeiro caso, porque as localidades peruanas de fronteira não têm assistência adequada, e no caso colombiano porque serviços como saúde e educação superior são particulares e custosos.

1.2. Questões Institucionais⁴

A legislação brasileira e os projetos especiais da faixa de fronteira no Brasil

O estabelecimento das fronteiras políticas internacionais constitui-se usualmente de três etapas: a) a delimitação, que consiste na fixação dos limites através de tratados internacionais; b) a demarcação, que é a implantação física dos limites, por meio da construção de marcos em pontos determinados; c) a densificação ou caracterização, etapa na qual se realiza o aperfeiçoamento sistemático da materialização da linha divisória, mediante intercalação de novos marcos, com o objetivo de torná-los cada vez mais intervisíveis.

³ Segundo entrevistas realizadas em Trabalho de campo, setembro 2001.

⁴ As informações citadas ao longo deste item foram obtidas através de consulta à legislação brasileira e à Divisão de Fronteiras do Ministério das Relações Exteriores e da extinta Secretaria de Assuntos Estratégicos, submetida à Presidência da República e outrora responsável pelos projetos na faixa de fronteira. Para a América do Sul, foram consultadas as suas constituições federais mais recentes, periódicos e a legislação relativa à faixa de fronteira.

No Brasil, a primeira etapa teve início no século XVIII e, nos primeiros anos do século XX, os problemas de limites ainda pendentes foram negociados pelo Barão do Rio Branco. A fronteira do Brasil com a Colômbia, por exemplo, foi delimitada através dos Tratados de Bogotá, em 1907, e do Rio de Janeiro, em 1928, após o tratado que definiu, no mesmo ano, a situação do Trapézio Colombiano, cuja posse estava até então em litígio entre o Peru e a Colômbia.

Uma vez que todas as nossas fronteiras já estão delimitadas, o trabalho de demarcação e caracterização é executado por comissões mistas de limites. O Brasil mantém duas comissões bilaterais demarcadoras de limites. A primeira, com sede em Belém, é responsável pelas fronteiras setentrionais, com a Guiana Francesa, o Suriname, a Guiana, a Venezuela, a Colômbia e o Peru. À segunda comissão, sediada no Rio de Janeiro, cabe executar trabalhos nas fronteiras meridionais, com a Bolívia, o Paraguai, a Argentina e o Uruguai.

A utilização e a propriedade da terra nas zonas próximas à fronteira estão sujeitas a condições especiais desde a República. A Lei nº 601, de 18 de setembro de 1890, dispoendo sobre terras devolutas, reservava uma faixa de 66 Km (10 léguas) ao longo dos limites do território nacional que poderiam ser concedidas gratuitamente. Um ano depois, a Constituição estabelecia em seu artigo 64: "Pertencem aos Estados as terras devolutas situadas nos respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que for indispensável para defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais."

A Constituição de 1934⁵, em seu artigo 166, avança e delimita uma faixa de 100 Km paralela às fronteiras brasileiras. Dentro da faixa, nenhuma concessão de terras ou de vias de comunicação poderia ser feita sem a audiência prévia do Conselho Superior de Segurança Nacional, cuja criação estava prevista na mesma constituição. Esse Conselho, equivalente ao atual Conselho de Defesa Nacional, era responsável por garantir o predomínio de capitais e trabalhadores nacionais na faixa de fronteira, além de determinar as ligações interiores necessárias à defesa das zonas servidas pelas estradas de penetração.

⁵ Se na Constituição de 1891, competia ao Congresso Nacional "adotar o regime conveniente à segurança das fronteiras", a partir de 1934, a tarefa de organizar a polícia e a segurança das fronteiras passa a ser competência apenas da União.

A Constituição de 1937, em seu artigo 165, mantém as regras de concessão e utilização da terra, bem como o predomínio de brasileiros na exploração econômica, mas amplia a faixa de fronteira de 100 para 150 Km, largura que prevalece até hoje.

Em 1939, para corrigir irregularidades existentes na concessão de terras na faixa de fronteira, cujos critérios acabavam de ser estabelecidos, foi criada uma comissão especial a ser nomeada e diretamente subordinada ao Presidente da República. O Decreto-Lei nº 1164/39 criou a Comissão Especial de Revisão da Concessão de Terras pelos estados e municípios na faixa de fronteira e no ano seguinte, o Decreto-Lei nº 1968/40 ampliou suas atribuições. Cabia-lhe a partir de então não só revisar a concessão de terras na faixa, como realizar estudos e emitir pareceres sobre instalações de empresas, implantações de vias de comunicações e meios de transporte na referida faixa e, para isso, a Comissão Especial foi considerada órgão complementar ao Conselho de Segurança Nacional (Decreto-Lei nº9775/46).

A Constituição de 1946 mantém os critérios anteriores para as zonas indispensáveis à defesa nacional e acrescenta a obrigatoriedade da nomeação dos prefeitos, pelos governadores dos estados ou dos territórios, dos municípios que a lei federal, mediante parecer do Conselho de Segurança Nacional, declarar bases ou portos militares de excepcional importância para a defesa externa do País. A Constituição não especifica as zonas indispensáveis à defesa nacional, nem menciona a faixa de fronteira ou a sua largura, que deveriam ficar a cargo da lei: "A lei especificará as zonas indispensáveis à defesa nacional, regulará a sua utilização e assegurará, nas indústrias nelas situadas, predominância de capitais e trabalhadores brasileiros". Essa lei "apareceu" quase 10 anos depois. A Lei nº 2597/55 definiu as zonas indispensáveis à defesa nacional, mantendo entre elas a faixa de fronteira de 150 Km como zona de segurança. Além disso, estabeleceu, em seu artigo 3º, que a União deveria aplicar nos municípios da faixa de fronteira, anualmente, no mínimo, 60% de sua arrecadação (da faixa), especificamente em: 1) viação e obras públicas; 2) ensino, educação e saúde; 3) desenvolvimento da lavoura e da pecuária. Para obter os recursos, as prefeituras deveriam submeter suas planas à Comissão Especial da Faixa de Fronteira (CEFF) que, por sua vez, deveria solicitar que esses recursos fossem previstos no Orçamento da União. A mesma lei também estabelecia que para a realização de obras públicas da competência dos municípios da faixa, a União concorreria com 50% do custo. Era criado assim o Programa de Auxílio Financeiro aos Municípios da Faixa de Fronteira (PAFMFF).

Criar um projeto como esse fazia sentido diante da atitude negligente dos governos estaduais com relação aos municípios de fronteira. Estes poderiam alegar em seu favor a imensa quantidade de prerrogativas legais e a necessidade de assentimento prévio federal para realização de diversas atividades na faixa de fronteira, mas talvez essa atitude faça mais sentido se considerarmos o baixo retorno financeiro que esses municípios são capazes de oferecer. O caso do estado do Amazonas é bastante ilustrativo, já que 98% da sua renda vem de Manaus e da Zona Franca.

O auxílio financeiro seria concedido para realização de pequenas obras públicas de infra-estrutura, mas seu propósito era mais ambicioso: "proporcionar condições mínimas de sobrevivência às populações fronteiriças, fixar o homem à terra, impedindo o êxodo rural para os grandes centros e difundir o sentimento de brasilidade abalado tanto pela ausência do poder público, quanto nos pontos mais remotos, pela desvantagem em relação às outras populações lindeiras". Na prática, muito pouco foi realizado no âmbito desse programa. Os poucos recursos que lhe eram destinados – em alguns anos como os de 1993 e de 1995, não houve recurso algum – respondiam a duas prioridades: a) as obras deveriam ser de pequeno porte; b) os municípios amazônicos, por comparação, mais necessitados, seriam contemplados primeiro. Não há uma lista disponível dos municípios atendidos, nem das obras realizadas com os recursos repassados pelo programa. A extinta Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República divulgou alguns números referentes ao período 1990-1995, que são enumerados na tabela a seguir.

TABELA 1: SÍNTESE DAS REALIZAÇÕES DA SAE NA FAIXA DE FRONTEIRA - 1990/1995

ANO	ESCOLAS	POSTOS DE SAÚDE	PONTES	FOSSAS	OUTROS	PREFEITURAS ATENDIDAS
1990	7	1	49	150	25	53
1991	88	27		750	70	58
1992	27	9	8		23	37
1993						
1994	19	1	1		5	8
1995						

Fonte: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Outra forma de mensurar os investimentos governamentais na faixa de fronteira é pesquisar a quantidade de recursos autorizados e efetivamente utilizados no exercício de 2000. Segundo o Senado federal, dos 18 milhões de reais autorizados para realização de obras civis de pequeno porte nos municípios da faixa de fronteira, cerca de 50% foi efetivamente executada. Outros 116 milhões, fora do âmbito do programa, foram autorizados para a realização de diversas ações na fronteira, entre as quais pode-se citar: construção de trechos rodoviários; realização de estudos para o planejamento e gestão do desenvolvimento regional; demarcação da fronteira nacional; fiscalização sanitária em portos, aeroportos e fronteiras nacionais; intensificação da presença das forças armadas nas áreas da fronteira; implantação e manutenção de infra-estrutura básica nos municípios situados em área de fronteira nacional e nos pelotões especiais de fronteira da calha norte. Cerca de 70% desses recursos já foram utilizados.⁶

Essa amostra indica uma leve reversão no quadro de escassez de recursos destinados aos municípios da faixa, embora sejam muito modestas as realizações do Programa de Auxílio Financeiro. Por isso mesmo talvez, ele seja ainda tão desconhecido. A Assembléia do Rio Grande do Sul, em 1997, organizou um seminário para promover o programa e constatou que a maior parte dos municípios de fronteira – eram 181, no Rio Grande do Sul – não só desconhecia o programa, como sequer sabia que incluía área de fronteira⁷. Durante a pesquisa de campo em Tabatinga⁸, as autoridades municipais consultadas também o desconheciam.

A Lei 2597/55 também abriu um precedente para criação de um outro projeto na faixa de fronteira, a criação de colônias militares, uma política, aliás, bastante antiga e atuante em varias regiões do Brasil desde o século XIX. Em seu artigo 5º, estabelecia: "(...) cabe ao Poder Executivo a criação de colônias agrícolas e núcleos rurais de recuperação do elemento humano nacional onde se tornar necessário bem como estabelecer, por proposta e nos locais indicados pelo Conselho de Segurança Nacional, colônias militares com o mesmo objetivo."

Quatro anos depois, o regulamento das colônias militares de fronteira na Amazônia era aprovado. Deveriam ser implantadas junto às unidades de fronteira então existentes, que demandariam algumas modificações estruturais para se

⁶ Senado federal, 2000.

⁷ Diário da Assembléia do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 10 de abril de 1997.

⁸ Dezembro de 2000.

transformarem em centros de produção e subsistência para a população local, sem, no entanto, perderem sua missão de prover "segurança". No artigo 2º do regulamento das colônias militares, que trata das finalidades das mesmas, fica clara a preocupação com os núcleos geográficos dos países vizinhos e com as vias de acesso ao território nacional: "criar e fixar núcleos de população nacional nos trechos das fronteiras, situadas defronte das zonas ou localidades prósperas do país vizinho, bem como nos daqueles onde haja vias ou facilidades de comunicações (rios navegáveis, estradas ou campos) que dêem franco acesso ao território nacional". A estratégia de implantação dos núcleos também transparece no artigo 3º, pois teriam que ser atribuídos meios e condições que assegurassem a permanência e sobrevivência dos núcleos na fronteira. Para isso, se faria necessário contribuir "ao desenvolvimento adequado demográfico, social e econômico das imensas áreas que medeiam entre os centros de maior expressão da região amazônica e a linha de fronteira, particularmente nos vales dos rios navegáveis de penetração e a cavaleiro de penetrantes".

Criava-se assim, pelo menos no plano teórico, dois tipos de colônias: tipo A, quando instalada na própria linha de fronteira ou nas suas proximidades imediatas; tipo B, quando localizada dentro da faixa de fronteira, mas não sobre a linha de fronteira ou suas proximidades (art. 9º). As condições dos sítios em que seriam instaladas foram minuciosamente descritas no regulamento: área, ângulos, frente em relação à fronteira, seca ou úmida, bem como áreas a serem desmatadas e conservadas, as normas de exploração agrícolas das colônias a serem instaladas na planície sedimentar e fora dela, nos solos cristalinos. Em todo o regulamento transparece uma noção bastante clara das dificuldades que o meio oferece, que muitos prefeitos da região parecem ou preferem ignorar: "Na elaboração dos quadros de organização de material deverão ser altamente consideradas as condições climáticas gerais reinantes na Amazônia, de calor e umidade excessivos e a absoluta dependência de qualquer atividade humana aos cursos d'água naquela região onde, exceção da fronteira do território de Rio Branco, os rios substituem as estradas e as colônias militares constituirão pequenas clareiras na selva exuberante e contínua."

Também encontravam-se discriminados a quantidade e qualidade do contingente militar e civil das colônias militares. Assim, enquanto na linha de fronteira, isto é, nas colônias de tipo A, não seriam aceitos, em hipótese alguma, colonos estrangeiros, nas de tipo B, eles eram permitidos em até 10% da população brasileira da colônia. O recrutamento do colono, seu ingresso e seu comportamento

dentro da colônia eram atribuições de seu comandante. Também eram atribuições dele controlar a presença de elementos estranhos e até fiscalizar e controlar o comércio de "regatões" com o pessoal da colônia, proibindo a presença dos julgados indesejáveis.

As colônias de tipo A inicialmente previstas no regulamento foram: Clevelândia (AP), Cucuí (AM), Japurá (AM), Ipiranga (AM), Tabatinga (AM), Estirão do Equador (AM), Palmeira (AM), Taumaturgo (AC) Brasília (AC), Príncipe da Beira (RO), e as a serem localizadas nas regiões do Marco BV8 (RR), Normandia (RR) e Abunã (RO). Seriam colônias de tipo B aquelas localizadas nas regiões de Caracará (RR), Uapés (Tapuruquara ou Cananaus – AM) e Santo Antonio do Içá (AM). Na prática, apenas duas colônias militares foram criadas: Oiapoque (1964-1980), no Amapá, e Tabatinga (1967-1984), no Amazonas.

A Constituição Federal de 1967 não faz qualquer menção à faixa de fronteira, limitando-se a designar a tarefa de segurança das fronteiras à Polícia Federal. A matéria tornava-se de inteira competência do Conselho de Segurança Nacional e a faixa de fronteira continuava, portanto, a ser regida pela Lei nº 2597/55.

Ainda em 1967, o Decreto-Lei nº 200 reitera que a Comissão Especial da Faixa de Fronteira era um órgão complementar ao Conselho de Segurança Nacional (CSN), com o qual esse deveria contar. No entanto, o regulamento do Conselho (Decreto-Lei nº 348/68) estabelecia que a CEFF era diretamente subordinada à Secretaria Geral desse Conselho (SG-CSN). Para resolver o problema da duplicidade administrativa, as atribuições da Comissão Especial da Faixa de Fronteira, previstas na Lei nº 2597/55 passam então para a competência da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (Decreto-Lei nº 1094/70), que as executaria por intermédio da CEFF.

Em maio de 1979, a Lei nº 2587/55 foi revogada pela entrada em vigor da Lei nº 6634, na qual pelo menos 3 alterações são dignas de nota: o limite de tamanho das terras públicas para alienação ou concessão na faixa de fronteira passa de 2.000 para 3.000 hectares (artigo 8º); a União não mais se obriga a concorrer com 50% do custo de obras públicas municipais na faixa, mas se reserva o direito de concorrer com o custo total ou parcial de acordo com o interesse da área para a segurança nacional; não caberia mais a CEFF (extinta pela Lei nº 6559/78) providenciar a consignação, no Orçamento Nacional, dos recursos para os projetos na faixa, mas à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Em maio de 1985, a Secretaria propõe a formação de um Grupo de Trabalho Interministerial que deveria, mediante a realização de estudos, propor medidas para atender as carências mais sérias da região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas, garantindo a sua integridade territorial e a soberania brasileira. Dos estudos então realizados, três zonas distintas foram identificadas: a) a "faixa de fronteira", com 150 Km de largura, entre as cidades de Tabatinga (AM) e Oiapoque (AP); b) a "orla ribeirinha" dos rios Solimões e Amazonas e seus principais afluentes; c) a "hinterlândia", constituída dos espaços interiores limitados pelos dois primeiros. A reduzida presença brasileira nas áreas limítrofes, tanto institucional, quanto populacional, e todos os problemas daí decorrentes pesaram na escolha da faixa como área prioritária e preferencial para ação imediata do governo. Foi criado, então, o Programa Calha Norte (PCN), sob o controle do Exército, com várias outras vertentes de atuação de caráter sócio-econômico.

De certa forma, o Programa Calha Norte abarcava os programas anteriores já pensados para a faixa como a vivificação da fronteira pela implantação de novos pelotões especiais de fronteira e aperfeiçoamento dos já existentes, que deveriam funcionar como atratores da população, tal qual no programa de criação das colônias militares. Também o suporte financeiro às pequenas obras municipais, já anteriormente previstos pelo PAFMFF estava incluído. No entanto, o conceito do programa era bem mais abrangente. Exigia a participação coordenada de órgãos federais e estaduais na execução de 6 projetos especiais prioritários, que visavam o incremento das relações bilaterais, o aumento da presença militar na área, o incremento das ações da FUNAI na faixa de fronteira, a intensificação das campanhas de recuperação dos marcos limítrofes, a ampliação da infra-estrutura viária e a ampliação da oferta de recursos sociais básicos. Esses projetos, por sua vez, deveriam contemplar com urgência 5 regiões:

- Estado de Roraima (com pólo em Boa Vista), as ações seriam desenvolvidas, particularmente, em Bonfim, Normandia, Pacaraima (BV-8), Erico, Auaris e Surucuru;
- Região do Alto Rio Negro (com pólo em São Gabriel da Cachoeira) as ações seriam desenvolvidas, particularmente, em Maturacá, Cucuí, São Joaquim, Querari e Iauaretê;

- Região do Alto Solimões (com pólo em Tabatinga), as ações seriam desenvolvidas, particularmente, em Benjamin Constant e Ipiranga;
- Região do Alto Traíra (com pólo em Vila Bittencourt);
- Estados do Pará e do Amapá, com ações desenvolvidas, particularmente, em Tiriós, Clevelândia e Oiapoque.

Naquela ocasião, a mídia nacional e internacional criou uma celeuma, acusando o governo de “militarizar” a região Amazônica. Em parte por essas acusações e em parte pela ausência de recursos, o Programa Calha Norte foi praticamente abortado. Até o presente, os resultados são muito modestos. Os órgãos envolvidos alegam uma série de fatores adversos que dificultaram a sua consecução, entre os quais: o imenso espaço geográfico da área; a precária rede viária, predominantemente fluvial; as dificuldades enfrentadas pelos governos estaduais e federal em se fazerem presentes; a distância entre os marcos fronteiriços e as dificuldades que também têm os governos dos países vizinhos em projetarem seu poder nas áreas limites. Curiosamente, entre as adversidades alegadas estão problemas que o próprio projeto deveria sanar. Ainda assim, em 1990 e em 1995, o Programa foi confirmado como prioridade governamental.

Na Constituição de 1988, a fronteira aparece em 5 artigos, sem no entanto, haver alteração significativa das normas já estabelecidas por lei. O artigo 20 reforça que as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras são bens da União e que essas terras se encontram numa faixa de 150 Km de largura, ao longo das fronteiras terrestres brasileiras. O artigo 21 mantém como competência da União não só executar os serviços de polícia de fronteira, como também a exploração direta ou mediante autorização, concessão ou permissão, dos serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais. O artigo 91 delega ao Conselho de Defesa Nacional, órgão de consulta do Presidente da República, a tarefa de "propor critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo". O artigo 176 estabelece condições específicas para a pesquisa e exploração dos recursos minerais do subsolo quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira e condiciona sua realização à autorização ou concessão da União.

Simultaneamente à Assembléia Constituinte foi criado o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira da Amazônia Ocidental – o PROFFAO. Embora lançado abertamente, em contraste com o Programa Calha Norte, não chegou a ser conhecido, muito menos entre os habitantes da faixa e as autoridades locais. Sem pretensões militares, o conceito do PROFFAO se aproxima mais da concepção da fronteira hoje. Previa a incorporação e o prosseguimento dos projetos que já estivessem em andamento na faixa e acrescentava uma preocupação bastante contemporânea com a proteção das terras indígenas e com a conservação ambiental. A área de abrangência do PROFFAO era um pouco maior e envolvia 52 municípios da faixa localizados nos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Mato Grosso, sendo apenas os 3 primeiros efetivamente da sub-região da Amazônia Ocidental (COELHO, 1992). Como em outros projetos e programas anteriores, quase nada saiu do papel.

Até o presente, permanecem em vigor os dispositivos da lei da faixa de fronteira – Lei nº6634/79 – que não entrem em conflito com o que estabelece a Constituição sobre o assunto. O que se nota do estudo das leis é que a fronteira e a faixa de fronteira têm recebido bastante atenção do legislador mas sem que haja efetiva distribuição de verbas.

Há uma grande variação nos órgãos responsáveis pela política da faixa de fronteira. Já foram subordinados diretamente à Presidência da República, ao Conselho de Segurança Nacional, hoje denominado Conselho de Defesa Nacional, e a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. A SAE-PR, criada em 1990, foi extinta em 1999, e suas competências foram transferidas para o gabinete do Ministro Extraordinário de Projetos Especiais, também já extinto.

Atualmente a faixa de fronteira e seu desenvolvimento social estão a cargo da Secretaria de Programas Regionais Integrados do Ministério da Integração Nacional. É alvo de um dos programas estratégicos do Avança Brasil, o chamado “Corredor Norte” que, por enquanto, limita-se a construção e pavimentação de algumas rodovias. Continua em foco o Programa Calha Norte, que aponta novas possibilidades, já que estaria passando por uma fase de recomposição de seu financiamento, remodelação institucional e metodológica e formação de novas parcerias com entidades públicas e privadas. Há também outras iniciativas de menor porte mas talvez de maior alcance, realizadas a partir de acordos bilaterais ou multilaterais: a) com a Venezuela: interligação elétrica Guri - Boa Vista; ligação Caracas - Manaus por estrada de rodagem - BR 174; programa de divisão zonal

econômico-ecológica; b) com a Bolívia: interligação energética Santa Cruz - Cuiabá; criação de comitês de fronteira em Brasiléia - Cobija, Guajará-Mirim - Guayaramerín e Corumbá - Puerto Suárez. Vale mencionar os projetos de integração física e de interligação energética assinados com os vizinhos do Mercosul: com a Argentina, a ponte São Borja - Santo Tomé, a ponte Itaquí - Alvear, a Hidroelétrica de Guarabí e o conjunto de compromissos definidos no Protocolo de Intenções sobre Cooperação e Interligações Energéticas, firmado em abril de 1996; com o Paraguai, a ligação e o gasoduto Chaco - Paraná; e, finalmente, com o Uruguai, a interligação entre o eixo fluvial Buenos Aires -São Paulo e o projeto de construção da ponte Colônia - Buenos Aires.⁹

O Presidente Fernando Henrique Cardoso reiterou a importância da fronteira nas suas mensagens ao Congresso Nacional em 2000 e 2001, destacando a pretensão de ampliar "a densidade populacional da região de 0,75 para 1 habitante por Km², e reduzir a extensão média de fronteira entre cada núcleo de povoamento integrado à pequena unidade militar, de 460 Km (1998) para 400 Km (2003)".¹⁰

A legislação sul-americana sobre a faixa de fronteira

Na América do Sul, cinco países, além do Brasil, reconhecem a faixa ou zona de fronteira como uma unidade espacial distinta e sujeita à legislação específica (vide TABELA 2). As Constituições do Peru e da Bolívia prevêm comportamentos especiais quanto à propriedade de terras e a exploração econômica numa faixa interna de 50 Km junto à fronteira. Na prática, o Peru parece estar trabalhando com outro conceito de zona de fronteira. Em 1992 o governo peruano promulgou uma lei que estabelecia bonificação especial para professores que trabalhavam nas zonas rurais e de fronteira e lançava um programa de apoio às escolas aí situadas para concessão de material escolar. A lei enunciava que seriam entendidas como zonas de fronteira "aquellas poblaciones de menos de 5.000 habitantes que se encuentren ubicadas a menos de cinco (5) kilómetros de distancia de las fronteras nacionales"¹¹.

⁹ Informações divulgadas pelo Ministério de Relaciones Exteriores.

¹⁰ Em visita a São Gabriel da Cachoeira, em março de 2000, o Ministro da defesa, Geraldo Quintão, afirmou que o Projeto Calha Norte é prioridade do Governo federal e declarou que o Ministério dispunha de R\$15,8 milhões para execução de obras do projeto neste ano.

¹¹ Decreto Ley 26961/1992.

Nas Constituições da Colômbia e da Venezuela, a largura da faixa de fronteira não é especificada, mas o interesse pela zona fronteiriça também sobressai. O artigo 337 da Constituição colombiana (promulgada em 1991 e reformada em 1997) avança e facilita a execução de projetos na faixa quando estabelece:

"Por mandato de la ley, los departamentos y municipios ubicados en zonas fronterizas podrán adelantar directamente con la unidad territorial limítrofe del país vecino, de igual nivel, programas de cooperación e integración, dirigidos a fomentar el desarrollo comunitario, la prestación de servicios públicos y la preservación del ambiente."

Foi, por exemplo, esse artigo que provocou a transformação, em 1994, da Estação Científica de Letícia na quinta sede da Universidad Nacional da Colômbia, voltada, sobretudo, para a produção e sistematização do conhecimento sobre a Amazônia colombiana.

No caso colombiano, o precedente aberto pela Constituição levou à sanção da Lei de fronteiras em junho de 1995, que vem sendo considerada como o pontapé inicial de uma política cujos princípios reguladores seriam a integração da zona ao resto do território, simultaneamente à promoção de sua autonomia e à mudança de sua base econômica. A Lei estabelece isenção de impostos sobre importações de bens de capital de empresas que se estabeleçam ou que já estejam estabelecidas na zona fronteiriça, mas apenas nos setores relacionados à criação de infra-estrutura e beneficiamento alimentar. Além disso, criou uma linha de crédito para micro, pequenas e médias empresas localizadas em zonas fronteiriças, que conta com uma garantia automática de 40% do valor investido, através de um Fundo Nacional de Garantias. A eficácia da lei e da concessão de créditos ainda não é conhecida, muito menos em termos de oferecer segurança à classe empresarial, mas a criação do instrumento legal que contempla a zona de fronteira já é um indicativo bastante forte do reconhecimento de seu valor estratégico.

TABELA 2: A FAIXA DE FRONTEIRA NA AMÉRICA DO SUL

País	Faixa de Fronteira	Instrumento Legal
Argentina	Não tem	Constituição de 1994
Bolívia	50 Km	Constituição de 1967, reformada em 1994
Brasil	150 Km	Constituição de 1988
Chile	Não tem	Constituição de 1980, reformada em 2001
Colômbia	Não especifica largura	Constituição de 1991, reformada em 1997
Equador	Não especifica largura	Constituição de 1998
Guiana	Não tem	Constituição de 1980, reformada em 1996
Guiana Francesa*	-	-
Paraguai	Não tem	Constituição de 1992
Peru	50 Km	Constituição de 1993
Suriname	Não tem	Constituição de 1987, reformada em 1992
Uruguai	Não tem	Constituição de 1997
Venezuela	Não especifica largura	Constituição de 1999

- sem dados

Fonte: Constituições Federais dos países supra-citados.

A Constituição da Venezuela de 1999 reconhece a zona de fronteira como uma área de regime especial, cujas normas de povoamento e utilização deveriam ser previstas, prioritariamente, por lei orgânica em dois anos. Foi uma iniciativa significativa, se considerarmos que a palavra fronteira sequer constava da Constituição da Venezuela de 1967, nem mesmo após as reformas de 1983, embora a criação de uma Lei orgânica de Fronteiras é uma pendência um pouco mais antiga e ainda não resolvida. Em agosto de 1996, o periódico El Universal, de Caracas, anunciava a apresentação de um projeto de lei de fronteiras em um seminário sobre temas fronteiriços e declarava que o projeto estava sendo minuciosamente estudado

por uma Comissão Bicameral da Assembléia Nacional. Em novembro de 2001, no entanto, o mesmo periódico traz uma série especial sobre insegurança na fronteira. Um dos principais assuntos discutidos é a entrada de 3.000 colombianos no país, que ocuparam propriedades privadas na zona fronteira. Em 1997, 119 fazendas foram ocupadas. A tensão pela posse da terra e a dificuldade em definir a situação legal desses colombianos (*desplazados o refugiados?*) elevou o potencial de violência em toda a zona. Como solução do problema, uma Comissão de Segurança e Defesa da Assembléia foi convocada para trabalhar em um novo projeto de lei de fronteiras que, entre outras coisas, esclarece a situação legal de estrangeiros na fronteira, ao mesmo tempo em que restringe seu direito de propriedade. Até o momento, o projeto não foi concluído.

2. O ARCO NORTE: UM PERFIL DOS MUNICÍPIOS DE FRONTEIRA NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

2.1. Evolução do povoamento e urbanização

Trinta milhões de brasileiros moram na faixa de fronteira internacional do Brasil. Uma faixa que se estende paralela aos 15.719 Km do limite internacional, dos quais 9.058 Km correspondem ao limite internacional da Amazônia Ocidental¹. Nesse trecho da faixa, que forma um arco desde Rondônia, ao sul até o estado de Roraima, ao norte, moram dois milhões de brasileiros, desigualmente distribuídos por 85 do total nacional de 569 municípios da faixa de fronteira. É um pequeno número, se comparado aos cerca de 5.500 municípios de todo o território nacional e à própria extensão da faixa, mas é bastante expressivo se considerarmos que eram menos da metade apenas 20 anos atrás, e pouco mais de um quarto em 1960.

A Tabela 1 abaixo mostra a distribuição desses municípios e de suas sedes dentro da faixa de fronteira. Mesmo aqueles municípios que apenas interceptam a faixa de fronteira ou cujas sedes municipais situem-se fora da faixa são considerados municípios de fronteira pela legislação atual. Assim, todos os municípios dos estados do Acre e de Roraima estão incluídos na faixa de fronteira, assim como a grande maioria de suas sedes municipais. Já nos estados de Rondônia e Amazonas, essa proporção cai para a metade e um terço dos municípios, respectivamente.

É importante observar que o Arco Norte abriga três capitais estaduais: Boa Vista (RR), Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC), enquanto o segmento sul da faixa de fronteira, nenhum. Igualmente de se notar é que o estado de Roraima é o único totalmente situado em faixa de fronteira.

¹ Neste trabalho, estão sendo considerados como parte da Amazônia Ocidental os estados de Rondônia, Acre, Amazonas e Roraima.

**TABELA 1: SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS E SEDES NA FAIXA DE
FRONTEIRA NORTE – 2001**

ESTADO	MUNICÍPIOS NA FAIXA DE FRONTEIRA	NÚMERO DE MUNICÍPIOS			NÚMERO DE SEDES MUNICIPAIS		
		FRONTEIRIÇOS	TOTALMENTE NA FAIXA	PARCIALMENTE NA FAIXA	NA LINHA DE FRONTEIRA	NA FAIXA DE FRONTEIRA	FORA DA FAIXA DE FRONTEIRA
Amazonas	21	8	1	20	3	4	14
Rondônia	27	9	11	16	3	14	10
Roraima	15	9	8	7	3	12	0
Acre	22	17	18	4	3	17	2

Fonte: IBGE, 1999.

Vários elementos espaciais caracterizam essa área, embora o traço comum seja o fato de que a maior parte do segmento norte seja pouco povoada. Dentre esses elementos destaca-se o aparecimento de pequenas cidades, algumas delas “cidades gêmeas”, que sobrevivem principalmente da economia urbana, tanto informal como ilegal.

É certo que nem todas as cidades de fronteira são gêmeas. Pequenas cidades como Pacaraima (FOTO 1) no extremo norte de Roraima e Santa Elena de Uairén (FOTO 2) na Venezuela ou Bonfim (FOTO 3) e Lethem (FOTO 4) na Guiana, embora vizinhas ao limite internacional, não são próximas. Ao contrário da faixa de fronteira sul, onde o povoamento da região de fronteira foi comparativamente mais denso, a fronteira norte abriga menor número de cidades-gêmeas na linha de fronteira. No entanto, se hoje existem apenas três cidades gêmeas na faixa de fronteira norte (vide TABELA 2), a emergência de pares de vilas ou de vilas e cidades nos pontos de comunicação de ambos os lados do limite internacional sugere uma tendência para a reprodução desse padrão espacial, dependendo para tanto da expansão das vias de circulação e das correntes de povoamento. Na linha geodésica Tabatinga-Apaporis, por exemplo, além das cidades de Tabatinga e Letícia, estão presentes dois pares de vilas: Vila Bittencourt (Brasil) e La Pedrera (Colômbia), no rio Caquetá/Japurá, e o par Ipiranga (Brasil) – Tarapacá (Colômbia), no rio Putumayo/Iça.

TABELA 2: CIDADES GÊMEAS E CIDADES DE FRONTEIRA NO LIMITE INTERNACIONAL – 2001

ESTADO	CIDADES DE FRONTEIRA		CIDADES GÊMEAS
	Brasil	País Vizinho	
Amazonas	<u>Benjamin Constant</u>	Islândia (Peru)	<u>Tabatinga</u> – Leticia (Colômbia) <u>Atalaia do Norte</u> - Vila de Santa Amélia (Peru)
Rondônia	<u>Costa Marques</u> <u>Pimenteiras do Oeste</u>		<u>Guajará-Mirim</u> - Guayaramerín (Bolívia)
Roraima	<u>Bonfim</u> <u>Pacaraima</u> <u>Normandia</u>	Lethem (Guiana) Santa Elena do Uairen (Venezuela)	
Acre	<u>Assis Brasil</u>	Iñapari (Peru)	<u>Brasiléia</u> - Cobija (Bolívia) <u>Plácido de Castro</u> - Vila Montevideo (Bolívia)

Fonte: IBGE, malha digital 1997, e trabalhos de campo, 2000 e 2001.

FOTO 1: RUA PRINCIPAL DE PACARAIMA (RR)



Fonte: Trabalho de Campo, 2001 (Paulo Peiter, CNPq).

FOTO2: RUA PRINCIPAL DE SANTA ELENA DE UAIREN (VENEZUELA)



Fonte: Trabalho de Campo, 2001 (Paulo Peiter/CNPq)

FOTO 3: RUA PRINCIPAL DE BONFIM (RR)



Fonte: Trabalho de Campo, 2001 (Paulo Peiter/CNPq)

FOTO 4: COMÉRCIO LOCAL EM LETHEM (GUIANA)



Fonte: Trabalho de Campo, 2001 (Paulo Peiter/CNPq)

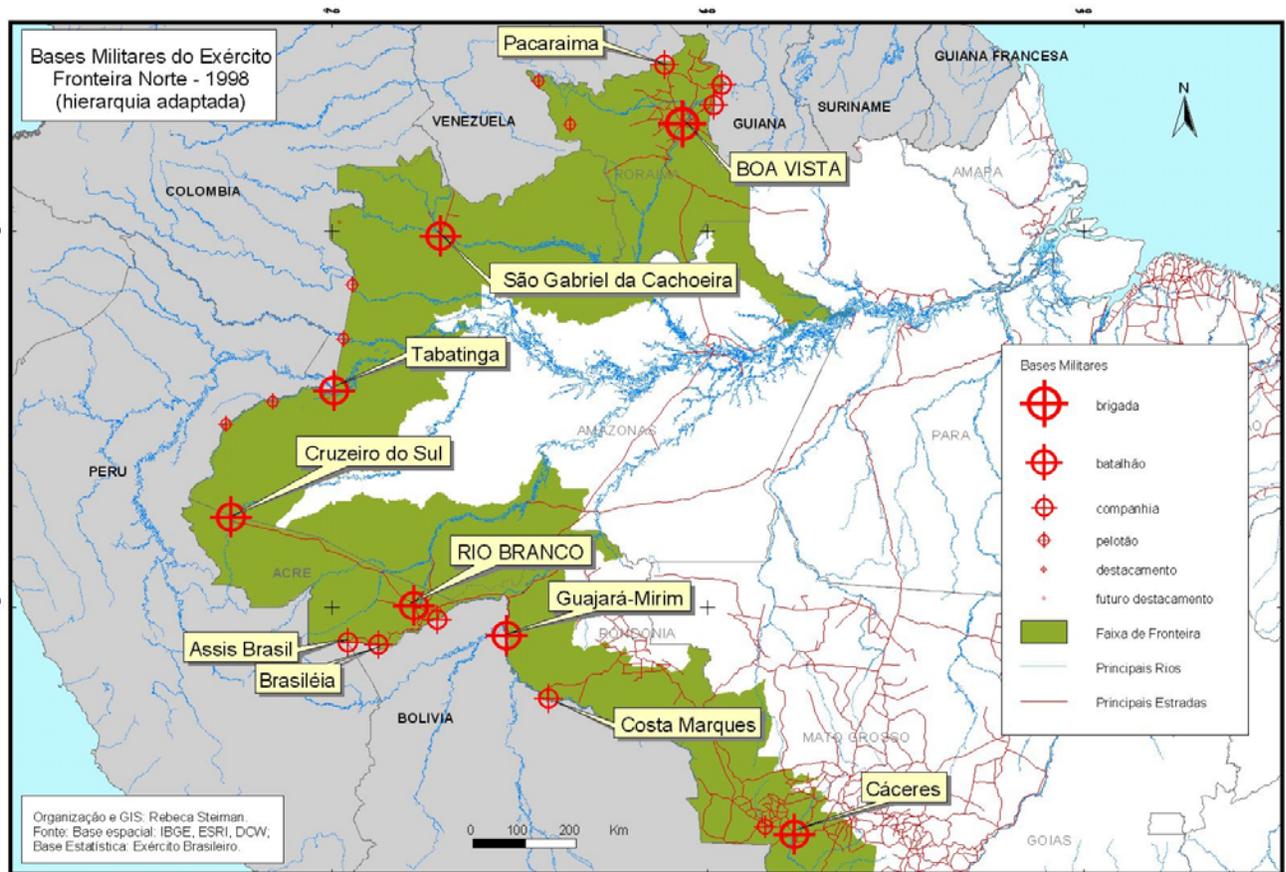
A distribuição espacial dos núcleos de povoamento mais antigos no norte está relacionada com a implantação, ainda no Brasil Colônia, de fortificações para defesa da linha de fronteira, dispostas estrategicamente nos lugares de comunicação com os países limítrofes. Esses lugares, usualmente coincidentes com pontos estratégicos de passagem da rede fluvial e de caminhos, receberam grande atenção nos Tratados de Madri (1761) e de Santo Ildefonso (1777) por serem lugares por onde confluíam circuitos de contrabando e, por isso mesmo, vulneráveis à entrada de estrangeiros (MACHADO). A força de defesa efetiva de que dispunham era mínima, mas essas fortificações marcaram a presença simbólica dos donos lusitanos daquelas terras, quer para os índios, quer para os invasores. Além de seu papel simbólico e de controle do contrabando, estas fortificações foram inicialmente planejadas para potencializar focos de povoamento, segundo o modelo proposto por Vauban, um engenheiro militar francês cuja obra influenciou sobremaneira os portugueses (MACHADO, 2000).

A presença institucional representada pelas unidades militares é outra característica fundamental da faixa de fronteira internacional no sistema de estados nacionais. Cumpre não só a função defensiva mas, no caso do Brasil, constitui uma das

fontes de sobrevivência de várias povoações. A implantação de batalhões e pelotões de fronteira do exército foi responsável não só pela sobrevivência de vilas e povoados da época colonial como também, no Brasil, pela formação de núcleos urbanos que ascenderam à condição formal de cidades.

A localização dessas unidades ocorre segundo uma lógica própria do exército que privilegia primordialmente a função militar estratégica e não é necessariamente coincidente com a hierarquia urbana (vide MAPA 1 abaixo).

MAPA 1



De fato, quanto mais longe da capital, maior é o efetivo militar instalado. A presença dessas unidades, em muitos casos propicia às localidades o acesso a alguns serviços (escolas profissionalizantes, geradores de energia, hospitais, postos de saúde, etc) que sua posição na hierarquia urbana não lhes garantiria. São Gabriel da Cachoeira é um dos casos mais ilustrativos. Localizada num ponto estratégico no noroeste do estado do Amazonas (confluência dos rios Negro e Uaupés), São Gabriel, um dos mais antigos municípios da faixa de fronteira, foi sítio de uma fortificação militar portuguesa do século XVIII, posteriormente abandonada. Ligado à Manaus apenas pelo rio Negro, o atual município de São Gabriel da Cachoeira tem uma população urbana de pouco mais de 12.000 habitantes e 11 aeródromos, todos militares. O Hospital da Guarnição de São Gabriel da Cachoeira atende a população da cidade e das povoações do interior, além de um número considerável de venezuelanos e colombianos que descem o rio Guaynia em busca de cuidados médicos.

No entanto, por mais importantes que tenham sido as fortificações setecentistas seria errôneo imaginar que toda a urbanização descende da instalação primordial dessas unidades. Até porque inúmeros povoados que surgiram ao redor delas deixaram de existir. O Forte São Xavier da Tabatinga, por exemplo, foi duas vezes derrotado pela erosão e pelas grandes variações de nível do Solimões, ou como às vezes prefere a população local, pela "cobra grande". Quem primeiro encontrou no terreno o pequeno forte e o povoado em ruínas foi o príncipe Gastão d'Orleans e Bragança, que visitou o local em 10 de julho de 1889. Foram necessários onze anos para reconstruir o pequeno forte e voltar a ocupá-lo, mas em 1932 ele é novamente destruído por uma grande cheia e desta vez de forma definitiva. Hoje, no local aproximado de onde o forte estaria submerso há um monumento construído pelo exército, inaugurado em novembro de 2000 (vide FOTO 5). Sua posição é tão próxima ao rio Solimões que o torna bastante suscetível de ter o mesmo fim que o forte que é sua função homenagear.

FOTO 5: MONUMENTO AO FORTE SÃO XAVIER DA TABATINGA



Fonte: Trabalho de Campo, 2000 (Lia Machado/CNPq).

Longe de ser exceção, a história de Tabatinga é a história de muitas povoações amazônicas. Os primeiros a apontar o processo de aparecimento/desaparecimento de povoações amazônicas foram os naturalistas Spix e Martius, que em sua excursão ao estado do Amazonas no início do século XIX, notaram que por causa da erosão muitos povoados nasciam, desapareciam e reapareciam em sítios diferentes, mas na mesma posição geográfica (apud MACHADO, 1987).

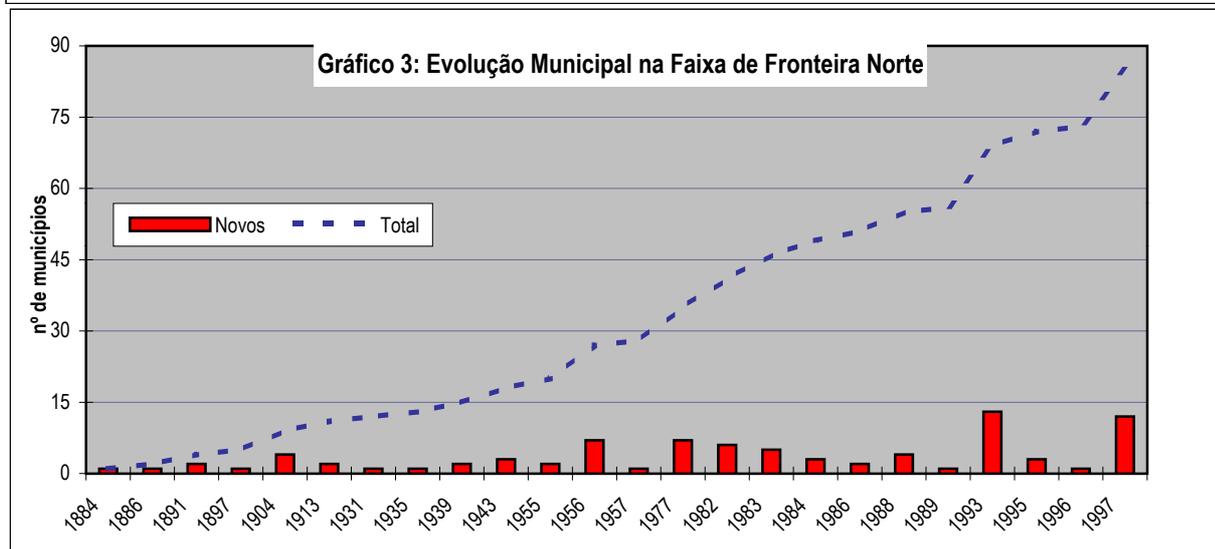
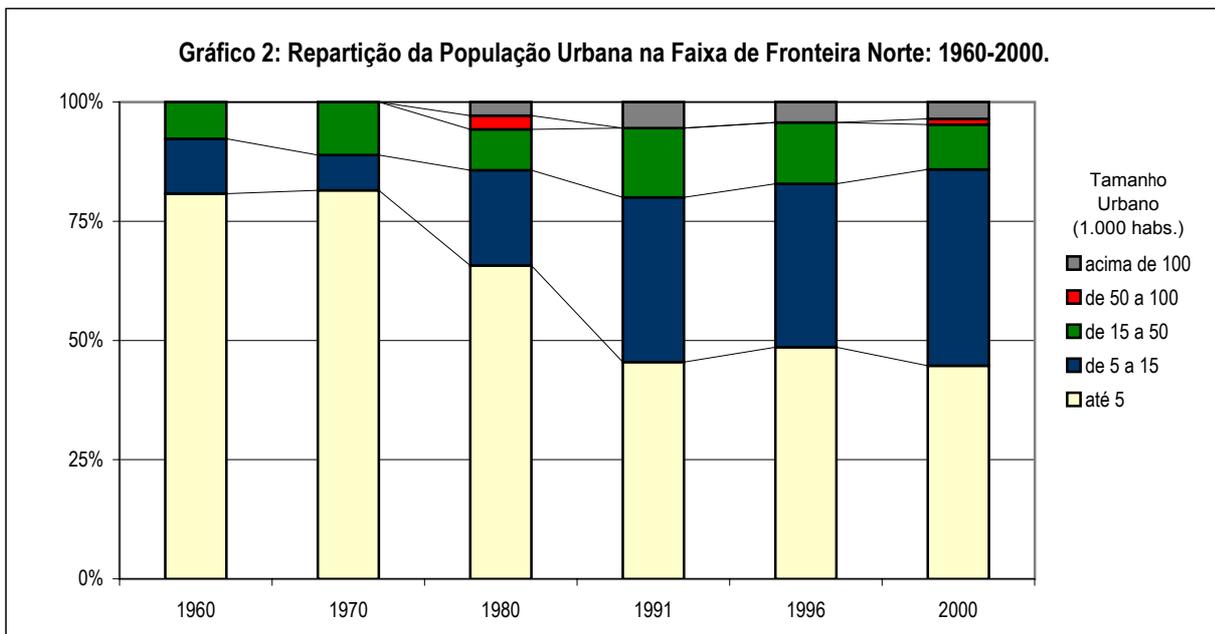
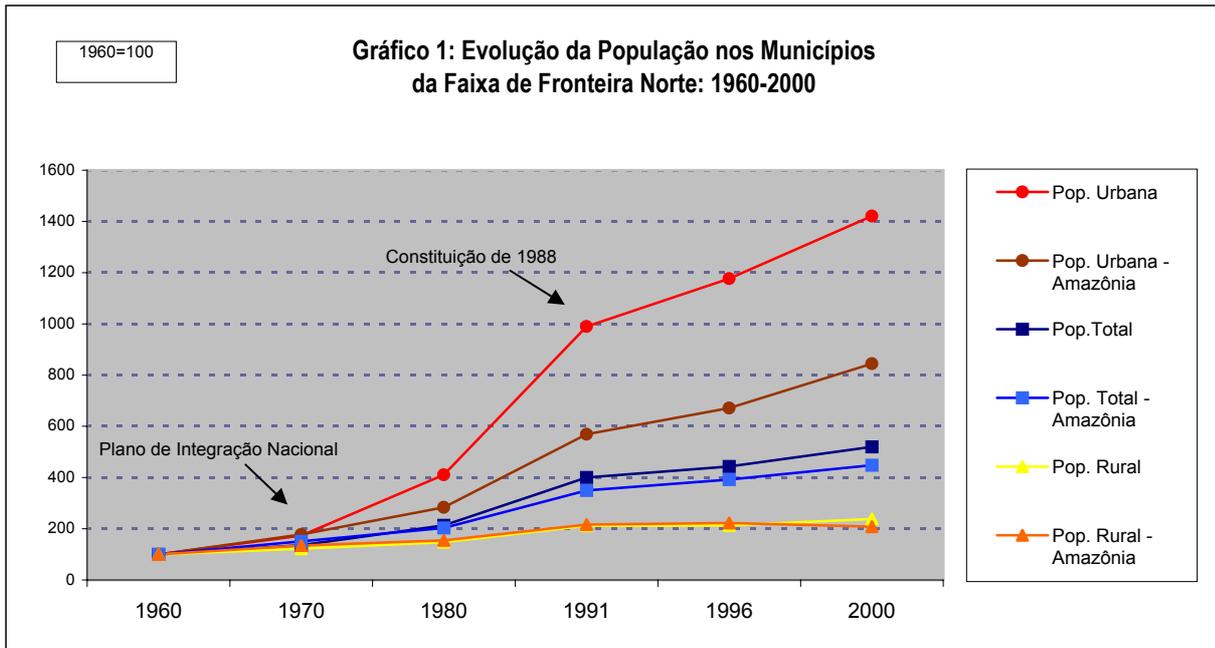
Sendo a ‘periferia da periferia’ amazônica, a faixa de fronteira norte permaneceu por muitos anos praticamente desligada do resto do país. As cidades de fronteira distavam dias de viagem das capitais de seus estados porém apenas alguns minutos das cidades dos países vizinhos, elas próprias também periféricas. Esse quadro começa a mudar a partir dos planos governamentais de integração da Amazônia ao restante do território.

Os primeiros efeitos das intervenções federais na região Amazônica começam a ser sentidos na faixa de fronteira a partir da década de 1970, quando a população urbana mais que dobra de tamanho, passando de 163.625 habitantes para 388.726 habitantes. O Gráfico 1 mostra a evolução da população total, urbana e rural na faixa de fronteira norte e na Amazônia Legal.

Note-se que a população urbana começa a crescer de forma suave na década de 1960 e dobra na década de 1970, acompanhando a dinâmica regional, mas é na década de 1980 que esse crescimento vai ocorrer em ritmo bem mais acentuado. Em primeiro lugar porque há multiplicação de centros urbanos a partir do processo de criação de novos municípios (vide GRÁFICO 3). No período de 1977 a 1988, são criados e instalados 27 municípios, que se somam aos 28 existentes até então. É um fato curioso, se considerarmos que a década de 1980 é o momento de retração da ação do Estado federal em toda a região amazônica. Poderia-se considerar o processo como consequência do Projeto Calha Norte (1985), mas como já colocado anteriormente, a mudança da conjuntura nacional, com o fim da ditadura militar e a crise da dívida externa resultaram em escassos recursos financeiros e políticos para a sua efetiva implantação. Além disso, a maior parte dos municípios instalados no período o foi fora da área de atuação do projeto: 13 novos municípios em Rondônia e 5 no Acre. É possível que a criação de novos municípios esteja mais relacionada à transformação dos territórios federais do Guaporé, Rio Branco e Acre nos estados de Rondônia, Roraima e Acre entre 1981 e 1983.

Em segundo lugar, pode-se observar na década de 1980 um aumento na heterogeneidade da estrutura hierárquica de cidades (vide GRÁFICO 2), acompanhando uma tendência regional iniciada na década de 1970 na Amazônia (MACHADO,1999). Para Lia Machado, a constituição de novos municípios é menos significativa que o crescimento populacional das cidades existentes. Assim, mesmo, a mudança conjuntural acima descrita não teria tido efeito imediato na imigração. Para o caso da faixa de fronteira, a hipótese não apenas se confirma mas parece apontar para uma ocorrência ampliada do processo, só que uma década mais tarde.

Ainda que crescendo mais suavemente após 1991, a população urbana da faixa de fronteira norte ainda não se estabilizou como no resto da Amazônia, crescendo em ritmo mais acentuado do que no conjunto da região.



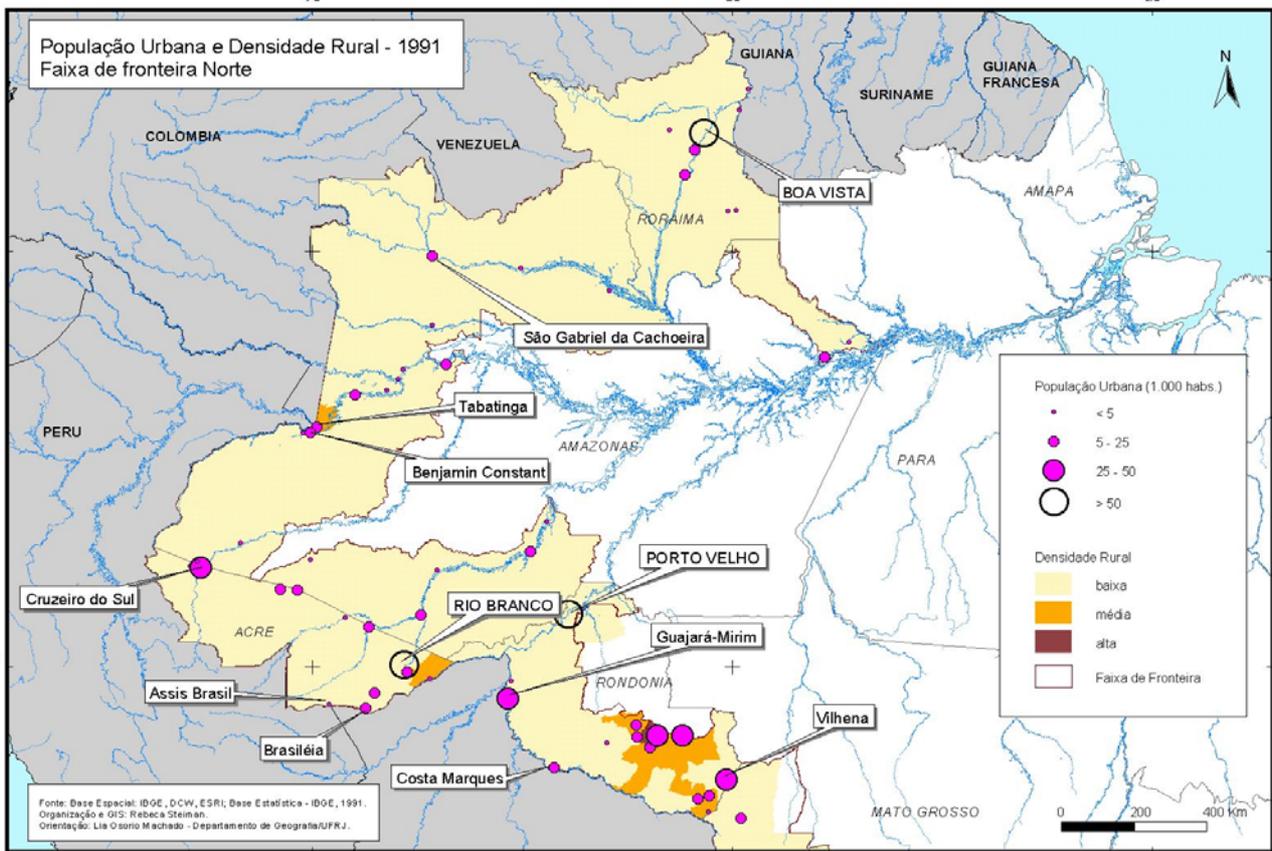
O crescimento da população urbana nas cidades de fronteira pode estar associado também ao fato de que a década de 1980 foi uma época áurea para o tráfico de drogas. Por sua localização geográfica, as cidades de fronteira representam nas redes de tráfico de drogas um papel essencial como nódulos importantes de intercâmbio de precursores químicos e de drogas e como centros de lavagem de dinheiro. São também pontos estratégicos nas negociações de transporte e redistribuição de produtos contrabandeados através das fronteiras com Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia e Venezuela, muitas vezes sem que os produtos contrabandeados passem efetivamente por estas cidades. As oportunidades oferecidas por essas atividades e por atividades legais à ela associadas possivelmente se constituíram num poderoso fator de atração e aglomeração populacional.

É também ao longo da década de 1980 que ocorrerá a superação numérica da população rural pela população urbana, superação que só será constatada em 1991 (54%). No entanto, o número de municípios com população rural superior à urbana é amplamente predominante, o que sugere um aumento da concentração da população nas maiores cidades e nas capitais, cuja primazia persiste mesmo nos dias de hoje. O caso de Boa Vista é o mais emblemático já que a cidade é 23 vezes maior do que a segunda cidade do estado, Caracará. Porto Velho e Rio Branco são quase 6 vezes maiores do que as cidades de Vilhena e Cruzeiro do Sul, respectivamente as duas segundas maiores na faixa.

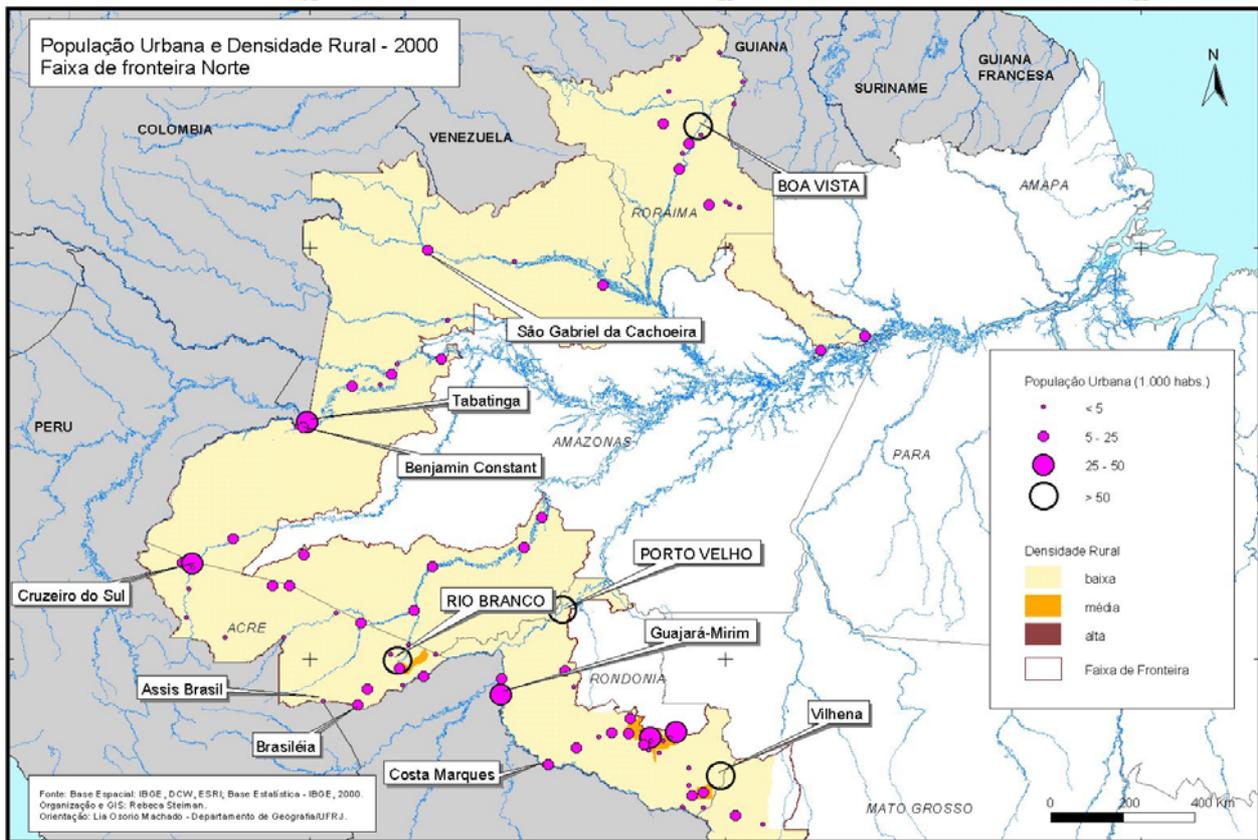
O estado do Amazonas é o único cuja capital não está localizada na faixa. Tabatinga, que é a sétima maior cidade do estado do Amazonas, ocupa a oitava posição em toda a faixa de fronteira norte. Não é nem duas vezes maior do que a cidade de Lábrea, a terceira maior do estado presente na faixa. A estrutura acima descrita permaneceu quase inalterada no período 1991/2000.

O predomínio de municípios com população majoritariamente rural não significa alta densidade rural. Observando-se os mapas 2 e 3 referentes aos anos de 1991 e 2000, pode-se constatar que a densidade rural em toda a faixa é baixa (menos de 5 hab/Km²), com raras exceções, como o centro-sul de Rondônia e a área no entorno de Rio Branco, no Acre. Mesmo essas áreas, que apresentavam densidades médias em 1991, diminuíram de tamanho em 2000.

MAPA 2



MAPA 3



Entre os fatores que podem ter pesado para o aumento do êxodo rural na região está o fato de que a maior parte dos pequenos produtores não têm a propriedade da terra e sem ela, não conseguem ter acesso a crédito. Submetida a uma série de restrições de tamanho, nacionalidade do requerente e utilização, a propriedade da terra na faixa de fronteira sempre foi algo difícil de conseguir e dependia de assentimento prévio do Conselho de Segurança Nacional. Os títulos de propriedade eram constantemente revistos com a mudança dos órgãos gestores da faixa. Mesmo nos dias de hoje, os títulos de propriedades rurais devem ser ratificados pelo INCRA.

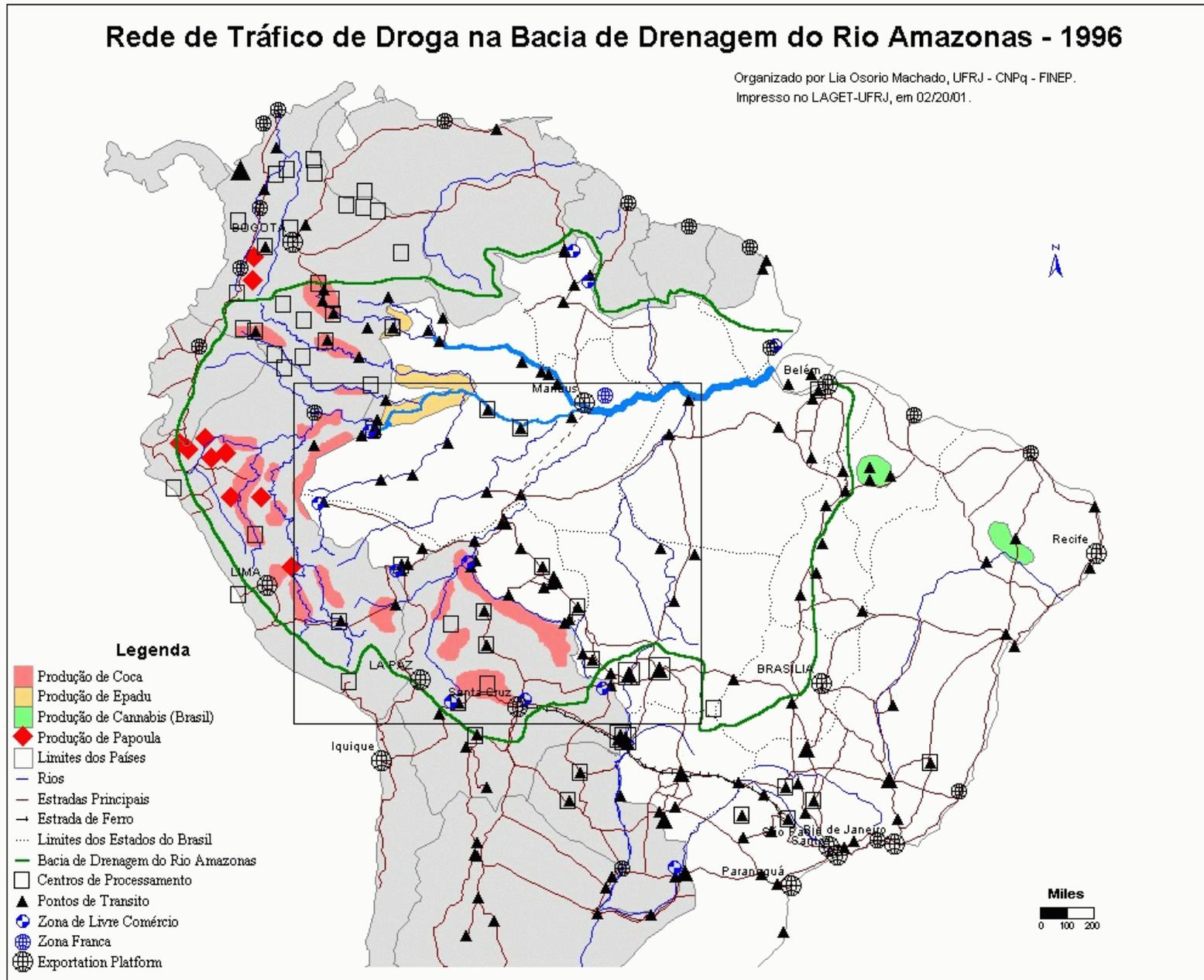
Por muitos anos, a União promoveu a concessão de terras públicas e chegou a estimular a distribuição de lotes a militares e retirantes de regiões atingidas por calamidade pública. Esse expediente e a burocracia necessária para a obtenção da escritura acabaram transformando a terra num recurso político e seus limites, em um "acordo verbal de cavalheiros". Em Guajará-Mirim, por exemplo, as terras dos seringalistas tinham sua "propriedade" definida pela calha principal do rio. Os limites de cada "propriedade" eram denominados "limites de respeito" e correspondiam aos divisores de cada bacia. A necessidade de um critério informal se fez ainda mais necessária porque os proprietários dos seringais eram muitas vezes estrangeiros ou descendentes de estrangeiros e por lei, eram vedados de possuí-los. Mesmo com a decadência da atividade extrativista, o critério continuou válido e só foi rompido com a chegada do INCRA em 1970.

Além da dificuldade de obtenção de crédito, os produtos da pequena lavoura e do extrativismo vegetal não oferecem renda suficiente para fixar a população no campo. Em Plácido de Castro (AC), segundo informações do Sindicato dos Soldados da Borracha, os baixos preços obtidos pela borracha (R\$1,00 por quilo) e pela castanha (R\$4,00 por quilo de "banha" de castanha) teriam levado boa parte da população rural a migrar para a sede do município em busca de alternativas de sustento. Exceção seja feita às as plantações de coca, cujos preços têm alta cotação no mercado internacional, mas essas se realizam primordialmente na faixa de fronteira dos países limítrofes (ver MAPA 4).

MAPA 4

Rede de Tráfico de Droga na Bacia de Drenagem do Rio Amazonas - 1996

Organizado por Lia Osorio Machado, UFRJ - CNPq - FINEP.
Impresso no LAGET-UFRJ, em 02/20/01.



2.2. Mercado de Trabalho

Se grande parte dos municípios é ainda majoritariamente rural, o mesmo não se pode dizer de sua mão-de-obra. E não é apenas o caso de uma total informalidade da mão-de-obra rural, embora isso de fato ocorra em níveis muito altos. As atividades rurais não sobressaem como função principal em quase nenhum dos municípios da fronteira norte, como demonstram os dados sobre o mercado de trabalho formal do Ministério do Trabalho. Em 1996, menos de 30% dos municípios tinha a maior parte de sua PEA ocupada no campo. O mercado de trabalho formal dos municípios da fronteira norte está em sua esmagadora maioria nas cidades. Mas a informalidade também é a regra nas cidades da fronteira norte. Excetuando-se as capitais, o trabalho urbano é predominantemente informal e atinge marcas superiores a 70% de informalidade como se observa na tabela 3.

A quantidade de pessoas envolvidas no processo produtivo é muito pequena, típica de países subdesenvolvidos. Nas capitais, com mais de 100.000 habitantes, a PEA urbana variava, em 1996, em torno de 32%. Essa média é cada vez menor à medida que descemos a hierarquia urbana: 30% nas cidades de 15.000 a 50.000 habitantes, 24% naquelas de 5.000 a 15.000 habitantes e 22% apenas nas cidades com menos de 5.000 habitantes.

É também típico do subdesenvolvimento que, na maioria das cidades o maior empregador formal seja a administração pública, não só nas capitais, mas principalmente nas pequenas cidades (MACHADO,1999). O fato interessante e que pode ser indicador de um certo dinamismo econômico é que as cidades na linha de fronteira, como Tabatinga e Guajará-Mirim (ambas cidades-gêmeas), ou próximas a ela como Cruzeiro do Sul, apresentam empregadores diversificados, com grande peso para o comércio, os setores de transporte e comunicações e de hotelaria. Além disso, com exceção das capitais e de Vilhena, no eixo da BR-364, é apenas nas cidades próximas aos lugares de comunicação da fronteira internacional, que o setor terciário se sobressai como predominante na formação do PIB (vide MAPA 5). Ainda assim, a distribuição do PIB por setores da economia mostra o predomínio em valores absolutos do setor terciário em toda a faixa de fronteira norte (GRÁFICO 4).

MAPA 5

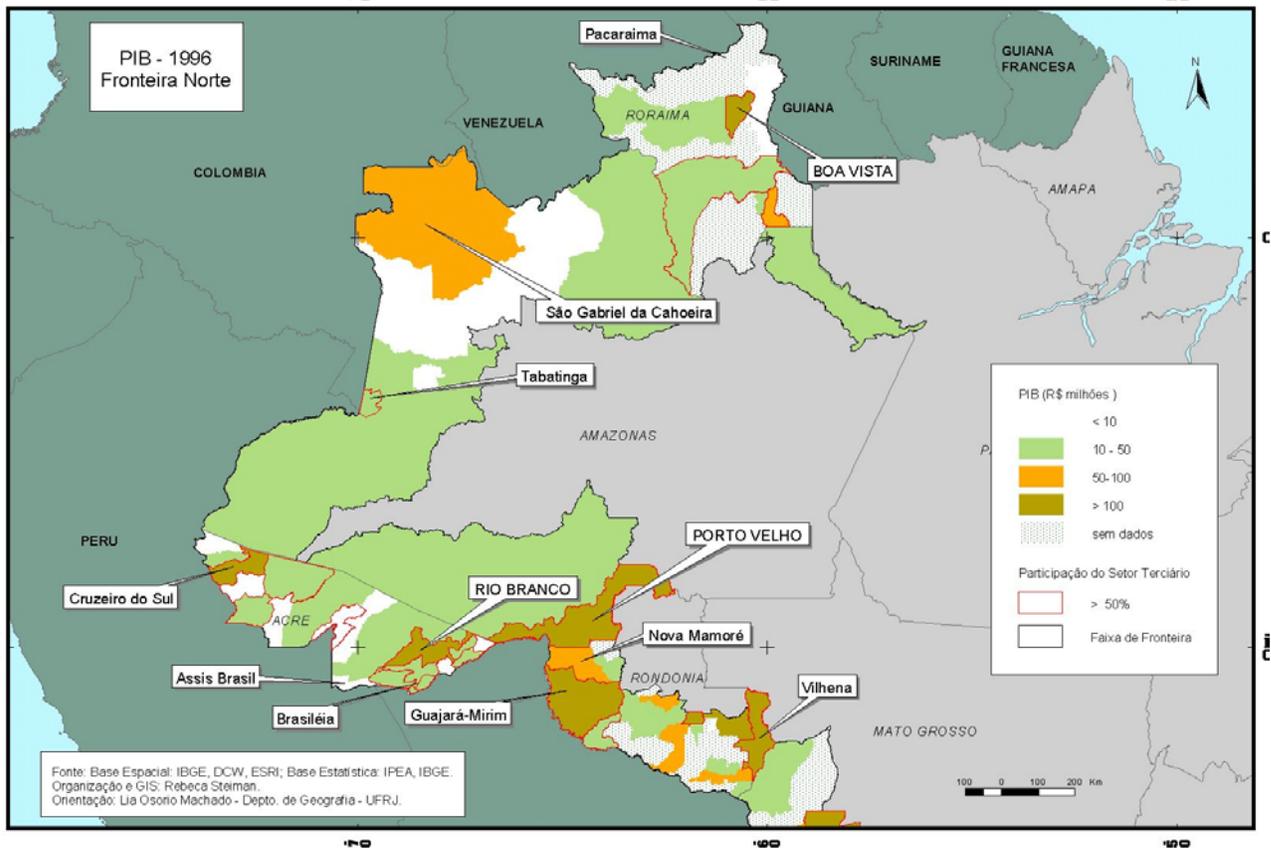
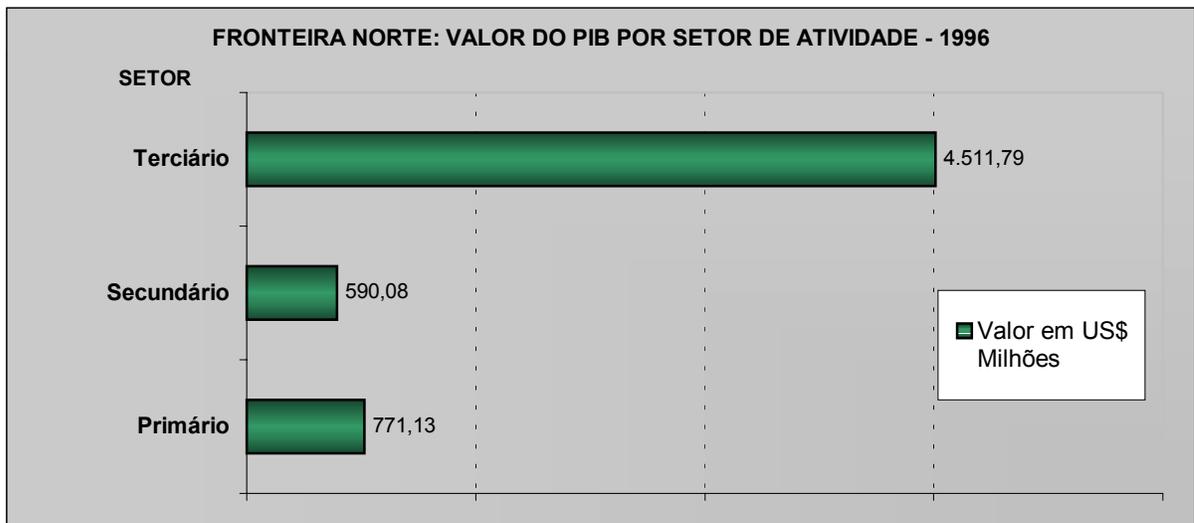


GRÁFICO 4



Fonte: IPEA, 2000. Elaborado por Pedro Neto (Grupo Retis/CNPq).

Tabela 5: Grau de Informalidade do Trabalho na Fronteira Norte

Cidades	UF	Pop. Urbana Total	PEA Ocupada Urbana (%)	PEA Ocupada	Formal	Informal
				Urbana Total*	(%)	(%)
Acima de 100.000						
Porto Velho	RO	238.421	37	88143	80	20
Rio Branco	AC	201.480	32	64370	72	28
Boa Vista	RR	150.442	28	42645	49	51
15.000 - 50.000						
Vilhena	RO	39.991	35	14057	27	73
Pimenta Bueno	RO	26.686	36	9663	26	74
Cruzeiro do Sul	AC	32.659	25	8180	21	79
Rolim de Moura	RO	30.950	35	10765	19	81
Guajará-Mirim	RO	31.263	30	9507	16	84
Colorado do Oeste	RO	16.417	33	5432	12	88
Cerejeiras	RO	15.221	34	5237	7	93
Tabatinga	AM	23.504	20	4759	5	95
Lábrea	AM	17.515	21	3690	5	95
5.000 - 15.000						
Barcelos	AM	8.493	13	1145	27	73
Nova Mamoré	RO	6.670	17	1110	26	74
Xapuri	AC	6.160	28	1732	26	74
Nova Brasilândia D'Oeste	RO	5.882	29	1697	26	74
Tarauacá	AC	11.386	26	2957	21	79
Nhamundá	AM	5.838	23	1338	19	81
Senador Guiomard	AC	6.452	36	2338	18	82
Jutaí	AM	9.895	19	1854	17	83
Sena Madureira	AC	12.310	24	3015	15	85
Alvorada D'Oeste	RO	8.618	31	2664	15	85
Pauini	AM	5.734	12	675	15	85
Alta Floresta D'Oeste	RO	11.796	32	3777	12	88
Costa Marques	RO	9.240	21	1957	12	88
Mucajá	RR	6.423	22	1386	9	91
Brasiléia	AC	7.290	57	4179	7	93
Boca do Acre	AM	13.602	25	3350	6	94
Envira	AM	7.618	9	694	6	94
Urucará	AM	7.441	19	1439	6	94
Benjamin Constant	AM	13.650	24	3239	5	95
São Gabriel da Cachoeira	AM	9.563	20	1889	4	96
Feijó	AC	9.744	23	2261	2	98
Santo Antonio do Içá	AM	6.365	20	1245	2	98
São Paulo de Olivença	AM	6.315	18	1135	2	98
Abaixo de 5.000						
São Miguel do Guaporé	RO	4.520	17	772	43	57
Plácido de Castro	AC	3.867	36	1408	26	74
Cabixi	RO	2.504	30	748	22	78
Santa Luzia do Oeste	RO	4.716	31	1466	19	81
Ipixuna	AM	4.367	15	676	17	83
Manoel Urbano	AC	2.647	15	399	16	84
Caracará	RR	4.374	28	1230	13	87
São Luiz	RR	3.148	23	718	4	96
Santa Isabel do Rio Negro	AM	3.111	19	582	3	97
Atalaia do Norte	AM	2.914	23	670	3	97
Assis Brasil	AC	1.857	30	554	3	97
Canutama	AM	4.747	15	720	2	98
Tonantins	AM	3.426	14	474	2	98
Amaturá	AM	2.903	14	409	2	98
Bonfim	RR	1.446	22	320	2	98
Japurá	AM	1.433	28	400	2	98
Normandia	RR	1.433	21	296	2	98
Mâncio Lima	AC	4.708	20	922	1	99
Alto Alegre	RR	3.929	23	914	1	99
Guajará	AM	3.879	22	852	1	99
São João da Baliza	RR	3.082	24	735	1	99

* estimada a partir da PEA 1991

Fonte: Ministério do Trabalho - Sistema Rais; IBGE - PEA.

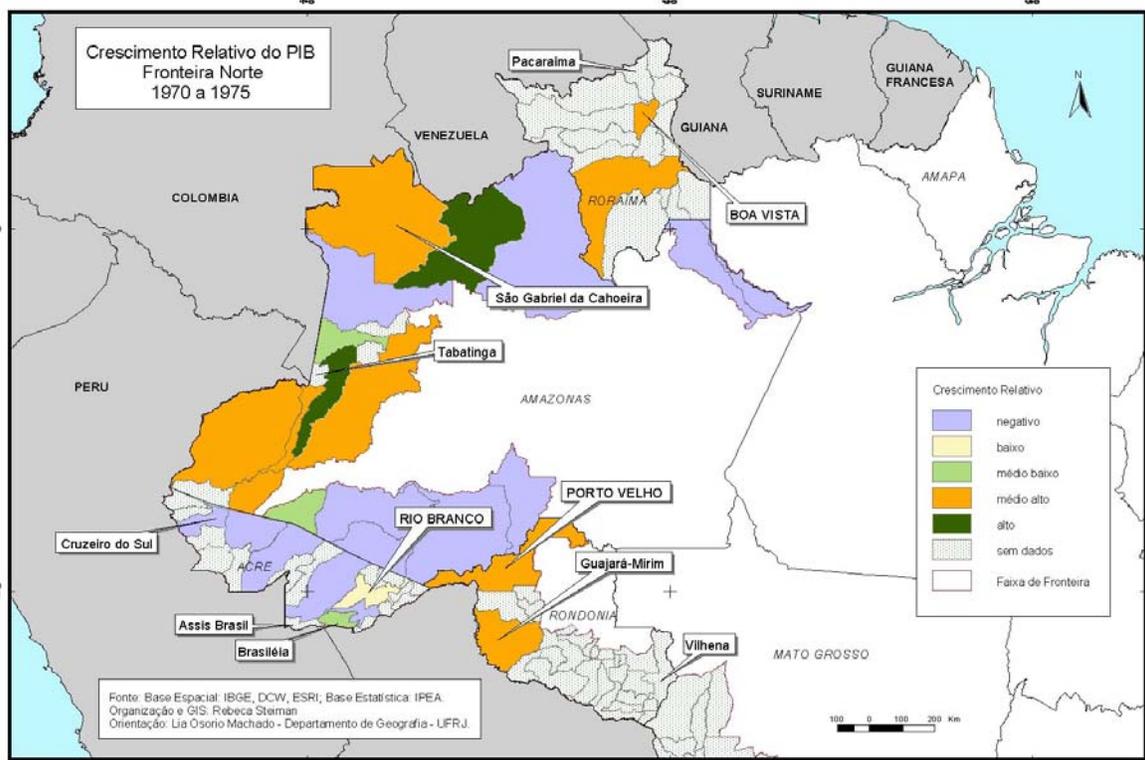
A série de mapas a seguir (MAPAS 6, 7, 8, 9 E 10) revela as variações nos níveis e no ritmo de crescimento relativo do PIB. A primeira observação a ser feita é a ocorrência de uma enorme instabilidade no comportamento econômico dos municípios de fronteira. Note-se que essa instabilidade ocorre nos mais diversos níveis da hierarquia urbana, desde os centros mais elementares às capitais dos estados. Tome-se o caso de Boa Vista que teve um crescimento médio alto em toda a década de 1970, um crescimento médio na primeira metade da década de 1980 e depois passa de um crescimento alto entre 1985 a 1990 a um crescimento baixo entre 1990 e 1996.

Outro exemplo interessante é o do sudoeste do estado do Amazonas, que inclui municípios como Canutama e Lábrea. Após ter atravessado a primeira metade da década de 1970 com um crescimento negativo, esses municípios experimentam um crescimento alto na metade seguinte e retornam a situação deprimida durante a década de 1980. No período de 1990 a 1996, no entanto, Canutama emerge da situação de estagnação para um crescimento alto e Lábrea, para um crescimento médio.

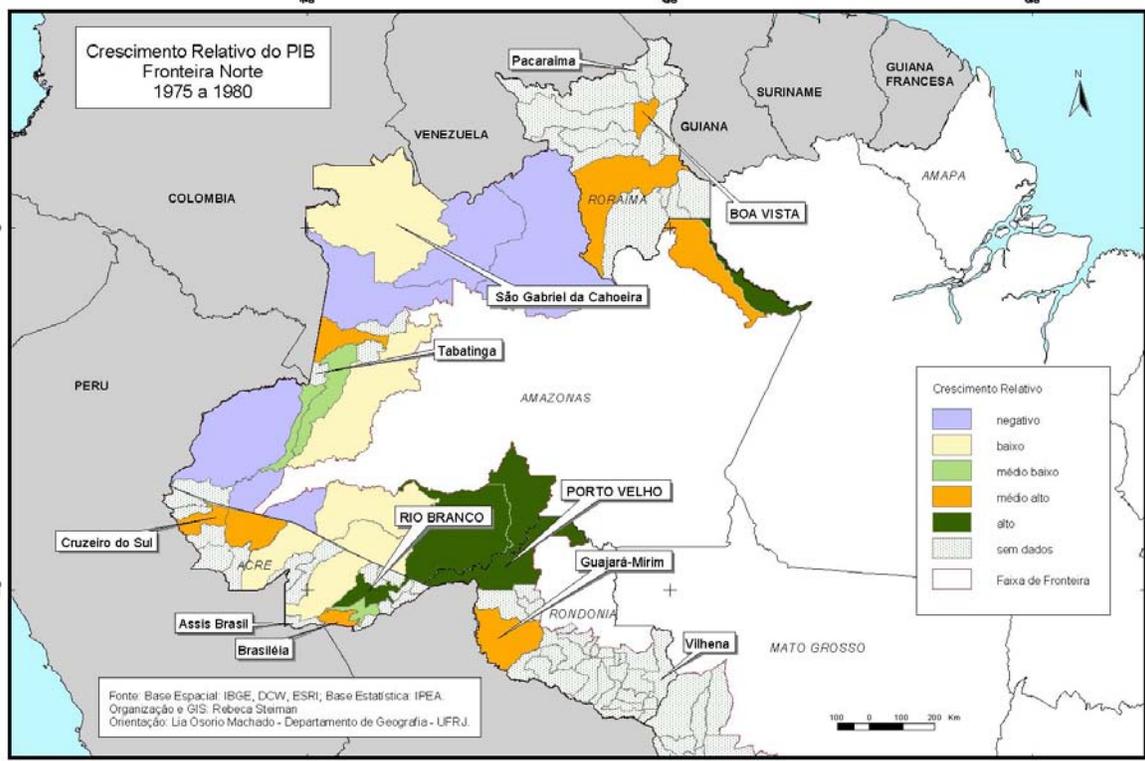
Por sua vinculação econômica a atividades extrativas, a maior parte destes municípios está submetida a intensa flutuação dos preços de seus produtos no mercado internacional. Como em muitos desses municípios, o tráfico de drogas desempenha parte importante de suas economias, essas flutuações são ampliadas pelo fator risco, um dos principais elementos constitutivos dos preços das drogas. A flexibilidade de rotas e nós de trânsito e exportação característica das redes internacionais de tráfico de drogas também pode ter contribuído para a natureza cíclica de muitas dessas economias, ora incluídas, ora excluídas dessas redes.

A despeito das inúmeras diferenças intra-fronteira, o período 1990-1996 parece ter sido o de maior crescimento econômico na fronteira: 39% dos municípios apresentaram crescimento relativo alto ou médio alto, enquanto apenas 7% apresentou crescimento negativo. No extremo oposto se encontra o período anterior (1985-1990), em que 48% dos municípios da faixa de fronteira norte apresentou crescimento negativo e apenas 21% atingiu os níveis alto e muito alto de crescimento, entre eles o recém criado município de Tabatinga, cujo PIB alcançou o impressionante crescimento de 423%. A mudança dos arranjos espaciais de quem ganha e quem perde PIB é bastante complexa e merece atenção em trabalhos posteriores.

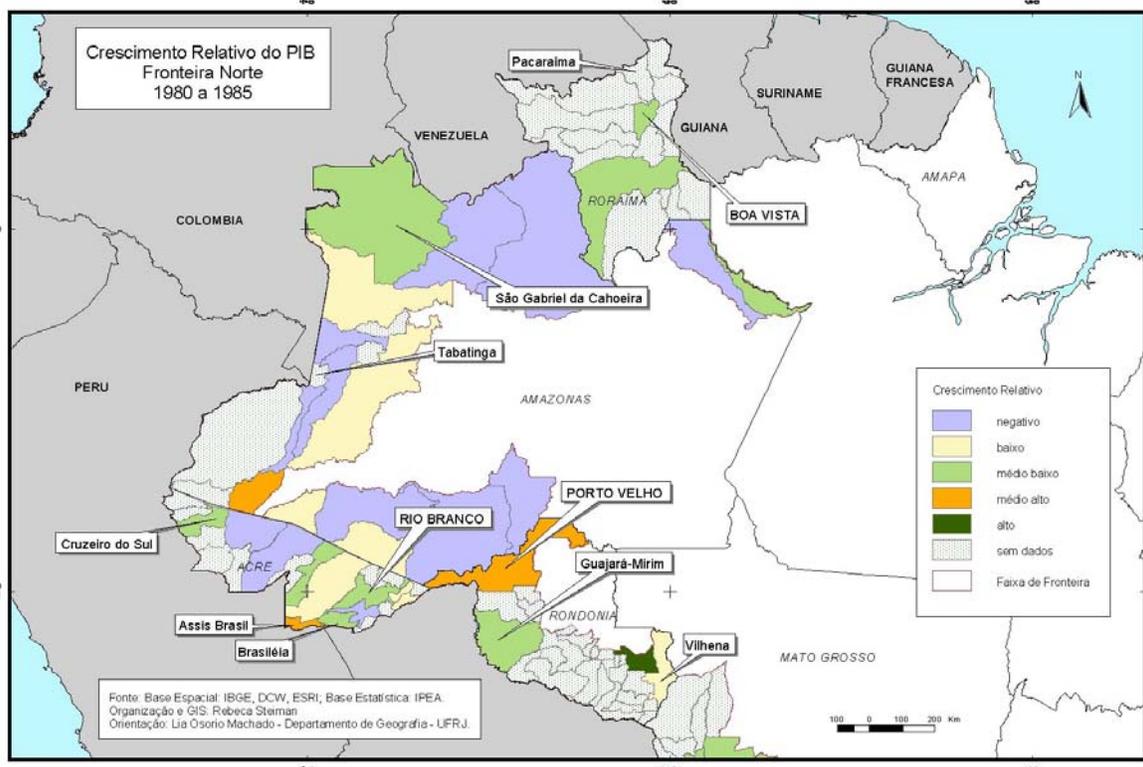
MAPA 6



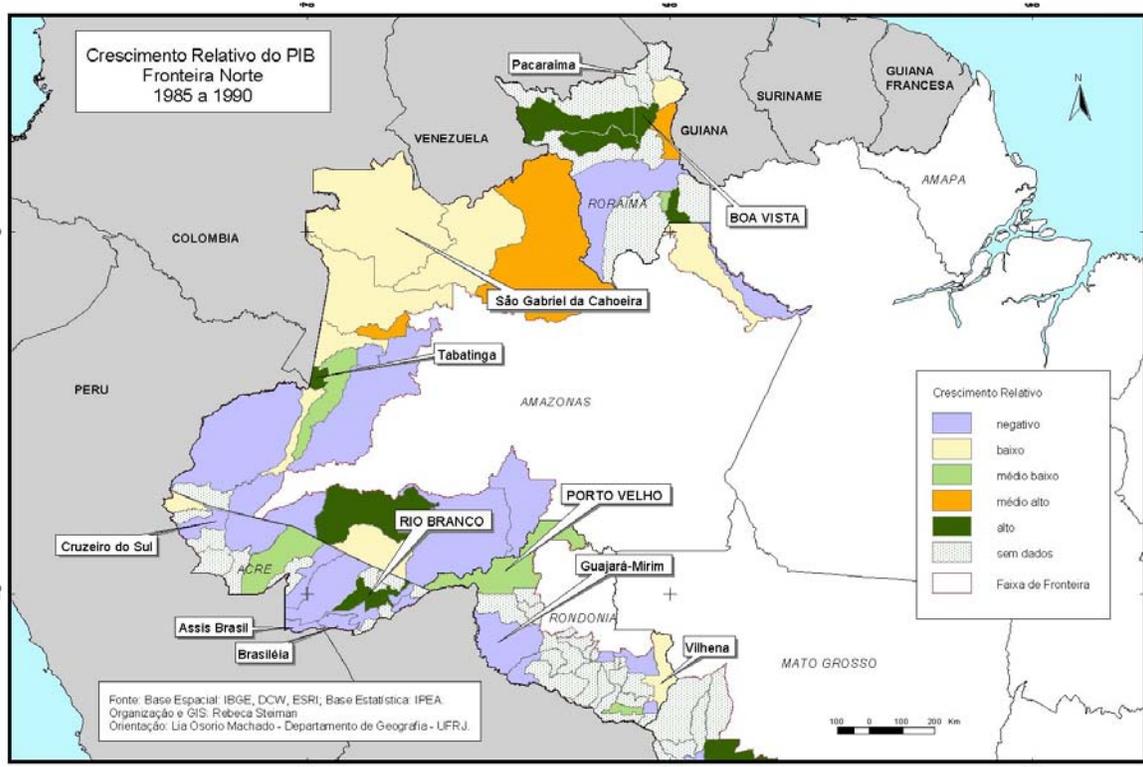
MAPA 7



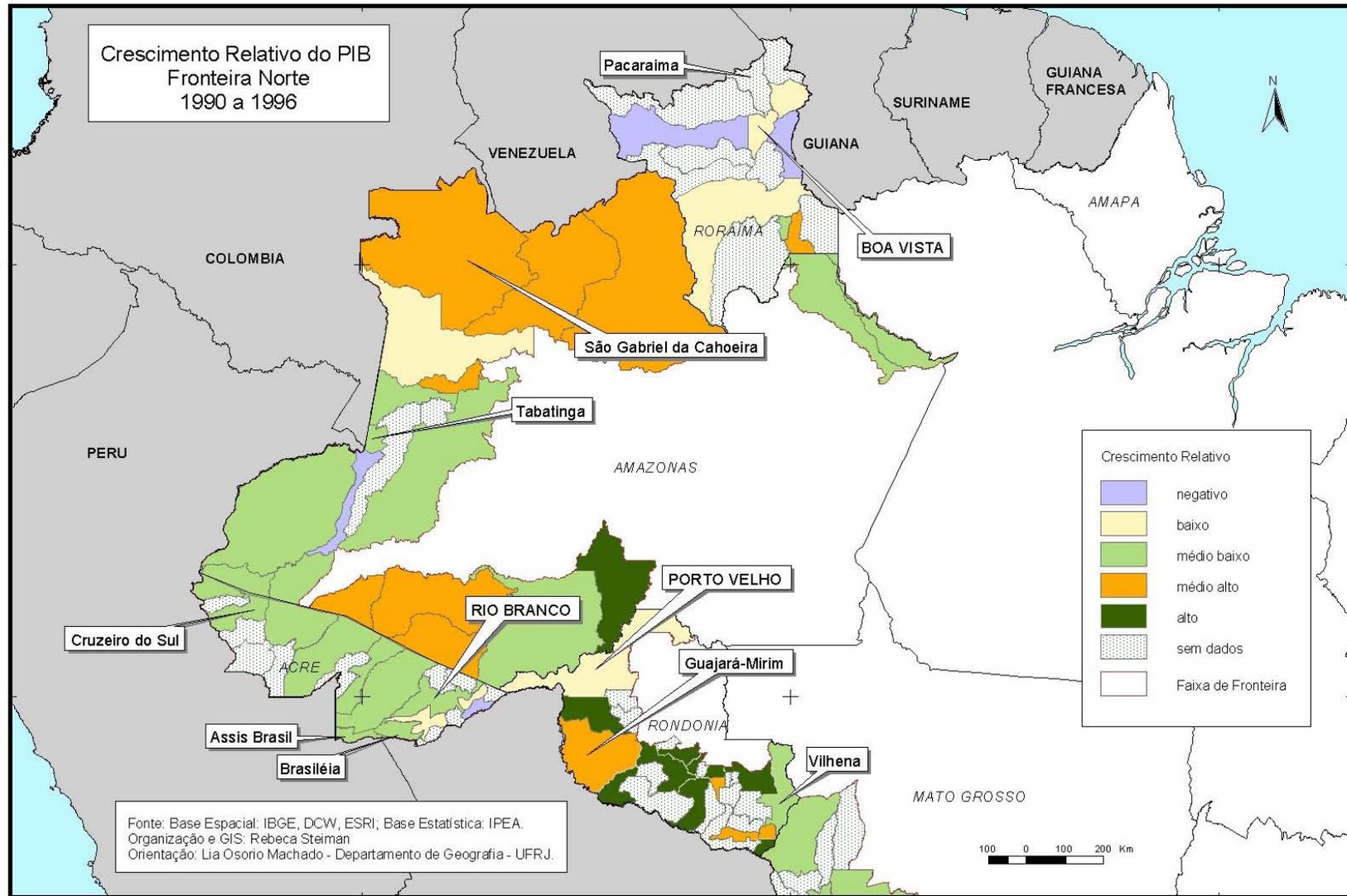
MAPA 8



MAPA 9



MAPA 10



2.3. A heterogeneidade etno-cultural

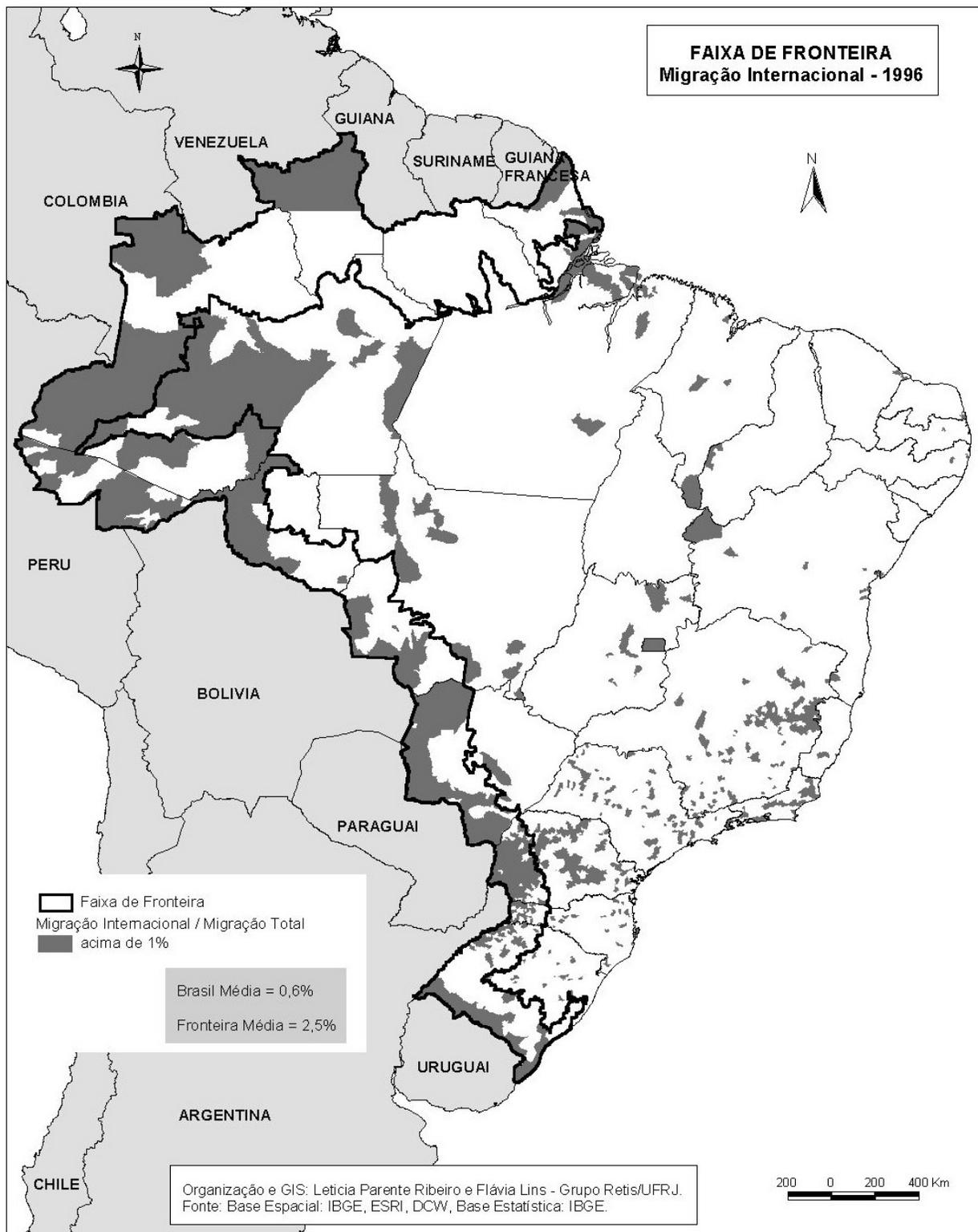
Traços culturais característicos são típicos em áreas de fronteira de todas as partes do mundo pela interpenetração dos fluxos humanos. As inúmeras transações que se realizam em cidades de fronteira e sobretudo em cidades gêmeas acarreta uma intensa mobilidade da população. Tanto a mobilidade de curta duração, como a de trabalhadores diaristas ou de cidadãos e turistas em busca de preços mais baixos no comércio da cidade vizinha, quanto a mobilidade de média ou longa duração, como a daqueles que se deslocam para morar no país vizinho, enriquece as cidades envolvidas com seus hábitos e costumes próprios, divulga a culinária de sua região original e cria grandes zonas de bilingüismo pela necessidade de comunicação para a efetuação de suas transações.

O mapa 11 (a seguir) ilustra a importância da migração internacional na faixa de fronteira brasileira, nos seus setores sul e norte. Como era de se esperar, os migrantes internacionais estão sobretudo presentes nos pontos de comunicação criados pela existência de eixos fluviais e rodoviários e pela presença de cidades gêmeas, sendo raros ou bastante reduzidos no interior do território nacional. Enquanto no país os imigrantes internacionais atingem a média de 0,6% sobre a população total, na faixa de fronteira eles representam em média 2,5% da população.

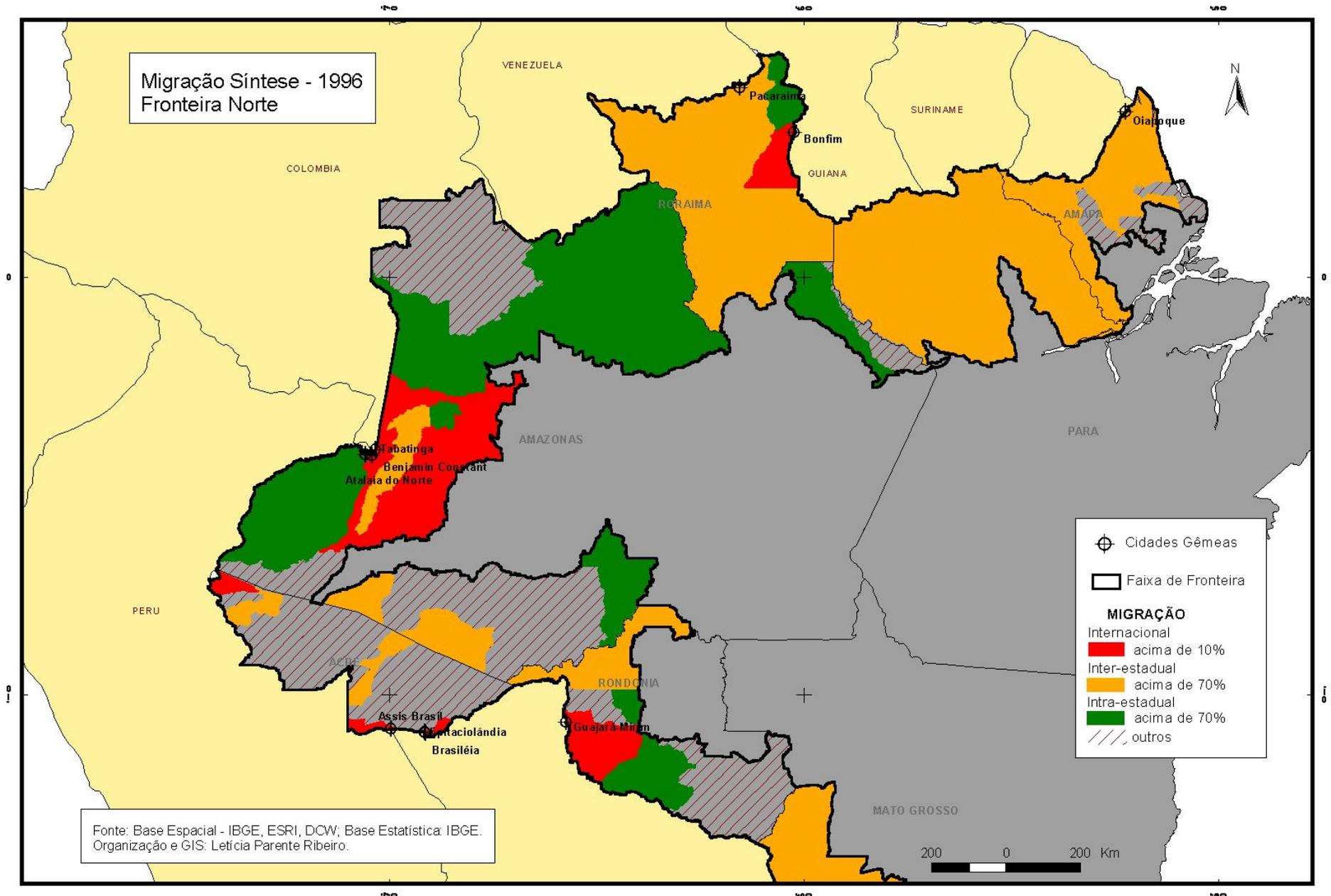
No mapa da fronteira norte (MAPA 12) fica ainda mais explícita a participação dos imigrantes internacionais nas cidades gêmeas, onde atinge marcas acima de 10% e representa o mais importante contingente migratório dessas cidades. Acrescente-se a isso que nessas cidades a presença de imigrantes é muitas vezes clandestina e não é incluída nas estatísticas oficiais. Só no estado do Amazonas, um levantamento realizado pela Fundação Joaquim Nabuco (2000), com base em dados da Pastoral do Imigrante, estima em mais de 40 mil o total de imigrantes clandestinos no Amazonas, quase três vezes o número registrado pela Polícia Federal². Noventa e três por cento dos imigrantes clandestinos identificados eram oriundos do Peru, país que viveu instabilidades econômicas recentes e enfrenta crises políticas devido à presença de grupos guerrilheiros, como o Sendero Luminoso. Cerca de 3% apenas vieram da Colômbia e em torno de 2,5% da Venezuela.

² FSP, 06/11/2000.

MAPA 11



MAPA 12



Como estão em situação de ilegalidade, ficam impedidos de trabalhar, o que em geral os leva ao comércio ambulante, aos biscates e à prestação de serviços que exigem pouca qualificação, ainda que o estudo da Fundação Joaquim Nabuco tenha comprovado um nível de instrução relativamente alto entre os peruanos. Além disso, vivem em condições geralmente mais insalubres do que as da população de baixa renda local e estão sujeitos ao preconceito da população.

A origem do preconceito contra os peruanos pode estar relacionada a pelo menos 3 fatores: a) a questão étnica, já que aqueles que penetram no território nacional vêm sobretudo da Amazônia peruana e têm aparência indígena e pelo fato deles serem tratados como cidadãos de segunda classe em seu próprio país; b) a questão cultural, uma vez que são os mais pobres e com menos infra-estrutura na zona de fronteira; c) a questão econômica, pois a população local se ressentiu de repartir os já escassos recursos que são destinados ao atendimento médico e a outros serviços nos municípios de fronteira.

A migração internacional para áreas de fronteira não é, no entanto, um processo apenas da atualidade. Importantes fluxos imigratórios foram gerados durante o ciclo da borracha para satisfazer a demanda por trabalhadores. O caso de Guajará-Mirim é ilustrativo, pois além dos imigrantes bolivianos que vieram trabalhar em seringais brasileiros (o inverso também ocorria), a cidade também recebeu um importante fluxo de descendentes de sírio-libaneses que vieram trabalhar com o comércio ambulante e outro ainda mais expressivo de diversos trabalhadores que foram recrutados para trabalhar na construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (1907-1912). Fato que explica a presença na região de famílias descendentes de hindus, escoceses, chineses, gregos, suecos e belgas, entre outros. Nos últimos anos da construção foram trazidos também barbadianos, que se adaptaram bem ao clima quente e úmido da floresta amazônica.

Ao peso da imigração internacional e sua contribuição para a formação de uma cultura própria na faixa de fronteira acrescenta-se o importante fluxo de imigrantes nordestinos que escaparam da situação de calamidade da sua região de origem para trabalhar nos seringais da faixa de fronteira em meados do século XIX e mais tarde durante a segunda guerra mundial, quando ocorreu um novo surto de produção da borracha no país. Fluxos de migrantes vindos da região sul foram particularmente importantes também no segmento sul da faixa de fronteira norte. A pequena cidade de

Plácido de Castro, no sul do Acre, reúne ambos os casos, pois recebeu grande contingente de nordestinos que vieram trabalhar como "soldados da borracha"³ e de paranaenses, que foram assentados no município após a inundação de suas terras após a construção da barragem da Hidrelétrica de Itaipu.

Por fim, a presença expressiva de povos indígenas (ver MAPA 13) em ambos os lados da fronteira contribui para a formação de um verdadeiro "caldeirão cultural". Em municípios como São Gabriel da Cachoeira (AM), Iracema (RR) e Santa Rosa (AC), a população indígena representa mais de 80% da população.

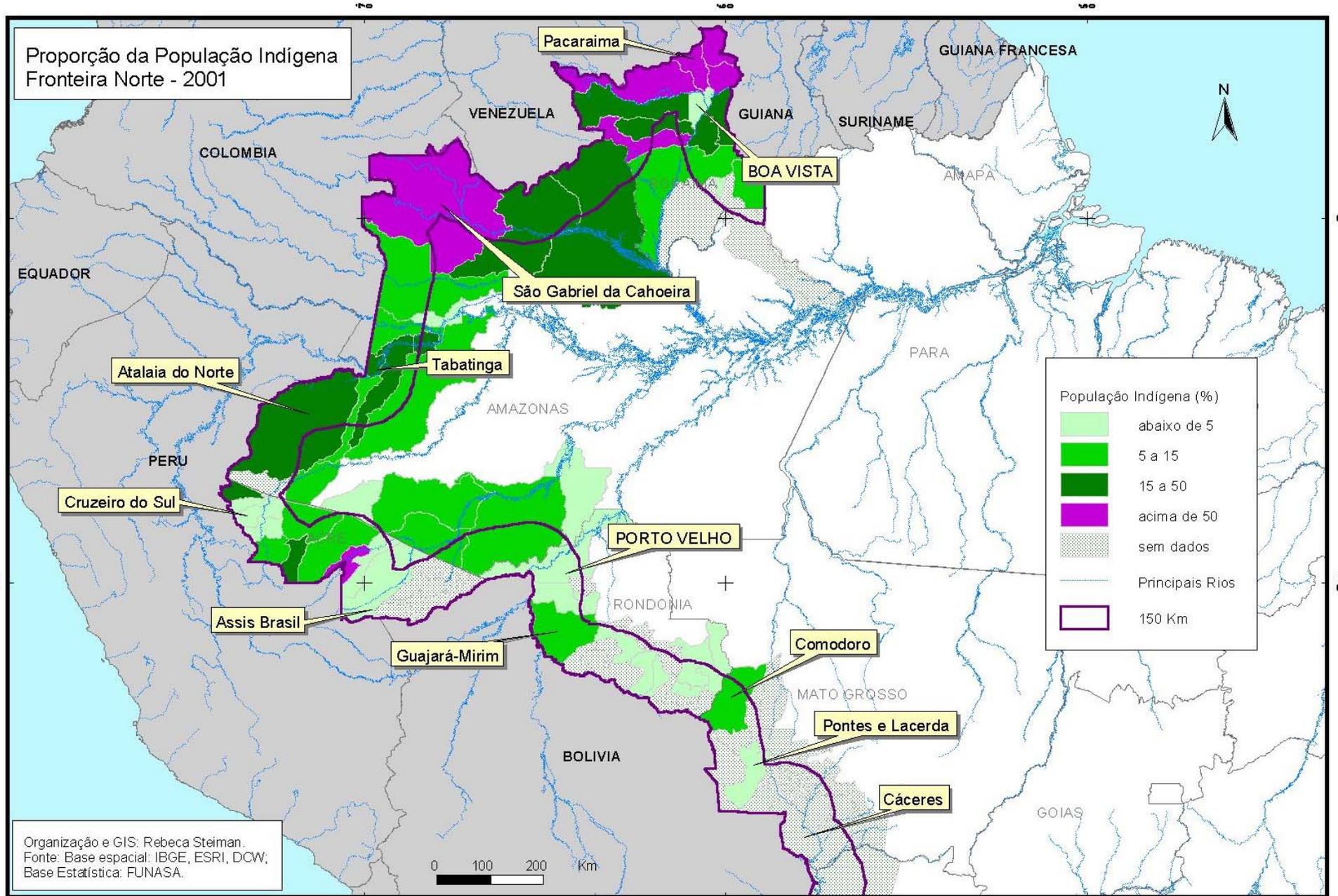
FOTO 6: CRIANÇAS TIKUNAS NA ÁREA INDÍGENA DO UMARIAÇU



Fonte: Trabalho de Campo, 2000 (Lia Machado/CNPq).

³ O número expressivo desses imigrantes na cidade levou à fundação em anos recentes do Sindicato dos Soldados da Borracha Ex-Combatentes da Segunda Guerra Mundial, que visa garantir o recebimento de seus direitos legais.

MAPA 13



É interessante pensar que a população indígena ao invés de ser empurrada para regiões ainda menos povoadas, aglomera-se próxima às cidades gêmeas.

Note-se no mapa 13 que a maior concentração de população indígena na faixa de fronteira norte, com raras exceções, ocorre justamente nos pontos de penetração do território brasileiro, que são também os de maior concentração urbana no limite internacional.

Essa situação é aparentemente paradoxal. Um exame inicial levaria a crer que os índios deveriam procurar áreas mais isoladas e menos suscetíveis ao contato com o homem branco, à semelhança dos índios norte-americanos que foram empurrados para as Montanhas Rochosas pela Marcha para o Oeste. No entanto, no eixo Tabatinga-Apoporis, a população indígena assimilada e destituída depois de séculos de evangelização, hostilidade local e invasão de suas terras tradicionais, se localiza bem próxima aos órgãos assistencialistas do Estado e da Igreja. É nas cidades, e nas mais importantes, que estão as sedes das administrações regionais da FUNAI, das Dioceses católicas e das ONG's - a primeira, responsável oficial pela tutela dos índios, as duas últimas, por terem tomado para si a tarefa de defender seus direitos.

3. O NEXO TERRITORIAL DAS CIDADES GÊMEAS: O SUB-ESPAÇO TABATINGA – LETÍCIA

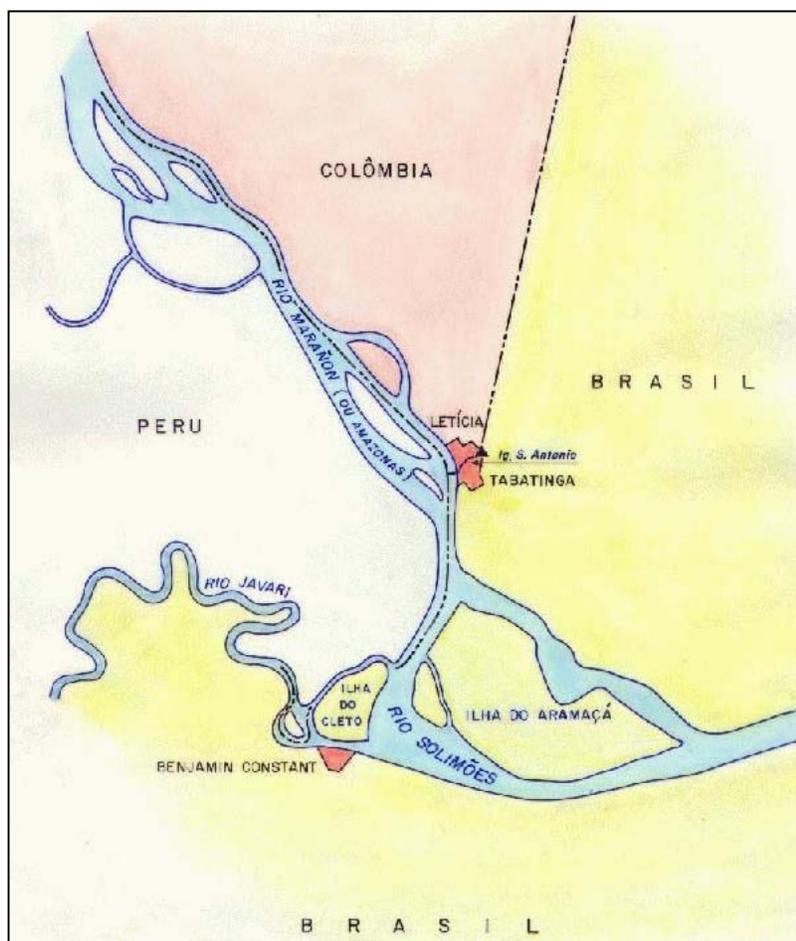
"Desde el siglo XVIII el área donde hoy se encuentra la ciudad binacional Leticia - Tabatinga ha tenido una importancia fundamental, porque refleja, simultáneamente, las diferencias y las afinidades entre el mundo de origen hispánico y el portugués. Allí se concentraron las luchas entre los misioneros jesuitas y los bandeirantes del Pará por la permanencia o exterminio de los pueblos Omagua; allí se enfrentaron las comisiones de límites, en los siglos XVIII, XIX y XX, para determinar las fronteras, y; allí se han mezclado las economías, los pueblos y las culturas, para formar una sociedad trinacional y multiétnica totalmente nueva." (GOBERNACIÓN DEL AMAZONAS, 1999: 53)

3.1. Breve Histórico

As cidades gêmeas de Tabatinga e Letícia nasceram separadas por quase um século. Quando Letícia foi fundada em 1867 pelo Capitão peruano Benigno Gustamante, um pequeno povoado já tinha se desenvolvido em torno do Forte de São Francisco Xavier de Tabatinga. O Forte, instalado em 1776 pelo major português Domingos Franco, tomou para si as funções militar e fiscal inicialmente exercidas pelo Forte de São José do Javari, alguns quilômetros abaixo no rio de mesmo nome por ser mais estratégica sua posição na confluência dos rios Javari e Solimões (ver FIGURA 1). Embora a intenção na construção do forte fosse a repressão ao contrabando e, primordialmente, assegurar a posse do território às vésperas da assinatura do tratado de Santo Ildefonso (1777), o equipamento militar ali presente era sem expressão, constituindo-se de poucas canhonetas muito antigas - duas das quais foram recentemente recuperadas do fundo do rio Solimões e hoje ornamentam o quartel do Comando de Fronteira do Exército. Sem dúvida que a função militar foi mais simbólica do que efetiva, fazendo parte de um plano maior dos portugueses de marcar presença e reforçar o princípio do *uti possidetis* pela construção de uma linha de fortificações nos confins ocidentais da colônia do Brasil (MACHADO, 1987).

Embora o forte tenha sido destruído por duas vezes, o povoado de Tabatinga resistiu ao tempo. Aparece no recenseamento de 1840 como povoado, e como freguesia em 1850. Com a criação da comarca do Alto Solimões, em 1891, é integrada ao município de São Paulo de Olivença, sede da comarca. Mais tarde, com a criação do município de Benjamin Constant em 1938, passa a ser zona distrital daquele município. Sua importância estratégica leva à sua transformação em colônia militar¹ em 1967 e, através de Emenda Constitucional do Estado do Amazonas, atinge a sua autonomia municipal, com efetiva instalação em 1983.

FIGURA 1: ESQUEMA DA FRONTEIRA ENTRE BRASIL, COLÔMBIA E PERU



Fonte: elaborado por Wilson R. M. Krukoski Divisão de Fronteiras, Ministério das Relações Exteriores.

¹ Para mais informações, reportar-se ao capítulo 2, p. 5.

Fundada por peruanos, que ali instalaram o Posto Militar de San Antonio (1867), Letícia é hoje uma cidade colombiana. O posto foi instalado bem na fronteira com o Brasil, na desembocadura do igarapé de San Antonio, na margem esquerda do rio Amazonas. A versão corrente do motivo que levou os peruanos a fundar este posto militar foi a instalação pelo governo brasileiro de uma bateria de "canhões" no forte de Tabatinga, mas podemos supor que a abertura do rio Amazonas à navegação internacional pelo governo brasileiro, em pleno processo de valorização da borracha amazônica, teve um peso considerável na iniciativa peruana.

Como é comum em várias cidades amazônicas, há uma lenda envolvendo o início da povoação. Assim, o nome Letícia teria sido cunhado por um engenheiro da Comissão Hidrográfica do Amazonas (do Peru) que passara a se referir ao povoado como Puerto Letícia em homenagem à sua noiva, mas contra a determinação do então Secretário de Marinha do Peru, cuja intenção era denominá-lo de General Castilla em homenagem a Ramon Castilla, presidente peruano do século XIX que havia se interessado pelos territórios no Amazonas. A lenda persiste, pois ainda hoje diversos mapas da região registram a existência de uma cidade peruana na fronteira, às margens do rio Amazonas, oposta à Letícia e Tabatinga, cujo nome seria Ramon Castilla.

O nome hoje pertence à província peruana fronteiriça, cuja capital é Caballococha, a muitos quilômetros do limite internacional. Existem no lado peruano, no entanto, vários centros povoados e pelo menos duas cidades: Puerto Alegría e Islândia. A última, situada quase em frente à cidade brasileira de Benjamin Constant, é sede municipal e tem um destacamento militar. Para escapar das cheias constantes, as casas foram construídas sobre palafitas que se comunicam através de passarelas de concreto (ver FOTO 1). Islândia foi muito beneficiada pelo aumento do controle da atividade madeireira pelas autoridades brasileiras no rio Javari. O controle, iniciado por volta de 1994, e que prejudicou as madeireiras locais de Benjamin Constant, fechou o rio de modo a impedir a extração ilegal de madeira nas áreas indígenas ao longo do Javari. As atividades de beneficiamento da madeira para exportação, que se localizavam sobretudo em Benjamin Constant, migraram para a cidade de Islândia. A procedência da madeira, no entanto, ainda é o município de Benjamin Constant, que se encontra em terra firme, ao contrário do lado peruano do mesmo rio, em que predominam as terras de várzea.

FOTO 1: CIDADE DE ISLÂNDIA, NO PERU



Fonte: Trabalho de Campo, 2000 (Rebeca Steiman).

A soberania do Trapézio Amazônico (onde se situa Letícia) passou para mãos colombianas em 1922 através do Tratado Salomon Lozano, que fixou os limites entre Peru e Colômbia. Todavia em 1932, os peruanos resolveram tomar a cidade de volta. Na tentativa de obter a reavaliação do Tratado, eles invadiram a cidade e expulsaram as autoridades colombianas (que fugiram para Tabatinga). A situação ficou indeterminada por 2 anos até a assinatura do Protocolo do Rio que decidiu a favor da Colômbia.

Mas se a autoridade política voltou a ser colombiana o mesmo não ocorreu com a população, pelo menos não de imediato, conforme a resenha histórica da cidade assinala: "Em 1930, se dictó el decreto que crea la Comisaría de Amazonas y se le da como capital a Letícia, uma población que había sido conformada por peruanos de Loreto y que, em su mayor parte, continuó siendo habitada por peruanos." (GOBERNACIÓN DEL AMAZONAS, 1999:48)

Transformada em capital da *Comisaria del Amazonas* em 1930, a “cidade” era constituída apenas por um conjunto de 12 quadras dispostas às margens do rio Solimões, onde moravam cerca de 50 habitantes, e que foi elevada à categoria de município somente em 1963 e, quando da criação do Departamento do Amazona em 1991, em sua capital.

3.2. Ciclos Econômicos

Até o final da década de 1970, a economia da zona de fronteira onde se localizam Letícia e Tabatinga se baseava no extrativismo do caucho e secundariamente na exploração de madeira e de sorba. A exploração da borracha no lado colombiano e peruano da faixa se intensifica no final do século XIX, quando o esgotamento de zonas *caucheras* mais conhecidas e centrais da Colômbia provoca uma migração dos *caucheros* colombianos para as terras desconhecidas do baixo Putumayo e do baixo Caquetá. (GOBERNACION DEL AMAZONAS, 1999). A mão-de-obra utilizada na região era sobretudo dos grupos indígenas witotos, que trocavam o látex por mercadorias e estavam sempre em dívida com os donos dos barracões.

Em 1896, o comerciante peruano Julio César Arana entrou na região do Putumayo e seus afluentes, tendo como base a cidade peruana de Iquitos. Formou uma sociedade com a casa *cauchera*, *Compania Larraganiaga, Ramirez y Co.* e em pouco tempo a exploração do baixo rio Putumayo passou a ser dominada por ele e seus irmãos. A *Casa Arana y Hermanos* tinha uma sucursal em Manaus, e uma linha de navios entre Iquitos e o vale do Putumayo. Em 1905 Arana havia adquirido quase 31.000 km quadrados de território colombiano. Por volta de 1907 a firma se associou com capital britânico e formou a *Peruvian Amazon Rubber Company*, cuja sede foi transferida para Londres, o principal destino de sua produção de borracha. A Casa Arana usava Iquitos, no Peru, como centro exportador, ainda que Manaus fosse mais próxima das áreas produtoras, já que em Iquitos os custos das mercadorias eram mais baixos. Era constante a passagem de navios ingleses pelo rio Solimões rumo a Iquitos para apanhar a mercadoria. Nessa época, a libra esterlina era uma das moedas mais importantes que circulavam na região.

A brutalidade do regime de trabalho e das punições impostas aos índios praticadas por essa companhia logo se tornou conhecida na imprensa internacional, sobretudo a partir das queixas de *caucheros* colombianos que se viram prejudicados com a entrada em funcionamento da companhia. Como consequência, em 1911 sua sede em Londres foi liquidada, mas a Casa Arana continuou explorando o caucho no Putumayo até 1920, quando não conseguiu mais competir com as companhias européias, nem com os baixos preços praticados pelos produtores asiáticos (ARIZA e outros, 1998; GOBERNACION DEL AMAZONAS, 1999).

Nas décadas de 1960 e 1970, a venda de peles e de animais vivos foi uma das atividades mais lucrativas da região. Um dos negociantes mais famosos do ramo, o norte-americano Myke Tslakis, morava em Letícia e fez da cidade seu centro exportador para os Estados Unidos. As leis ambientais de controle da exploração da fauna começam a surgir nesse período e logo a atividade perde fôlego e mercados.

Foi nesse período também que a extração (e exportação) de madeira ganha destaque e permanece como uma das atividades extra-regionais mais importantes até os anos 1990, quando a institucionalização das terras indígenas e as leis ambientais mais rigorosas passam a regular e controlar a exploração. No lado colombiano, a madeira era extraída nas cercanias dos centros urbanos, sobretudo em Tarapacá e La Pedrera, de onde a madeira seguia pelo rio Putumayo até Puerto Asis e de lá por terra aos seus principais compradores em Cáli e Bogotá. Em La Pedrera, parte da madeira era também comercializada com brasileiros (GOBERNACION DEL AMAZONAS, 1999).

No lado brasileiro, a exploração de madeira era feita sobretudo no rio Javari e Benjamin Constant ganhou destaque com a atividade não só por ser o local de seu beneficiamento, mas também pela venda de insumos para os madeireiros.

Tabatinga, ao contrário de Letícia, se situa em área de várzea, daí não se sobressair nessa atividade, pois a madeira de lei é encontrada em terra firme. Essa diferença pode ser vista na paisagem: as arvores mais imponentes e desenvolvidas da terra firme apresentam, de um modo geral, uma coloração verde mais escura que a floresta de várzea.

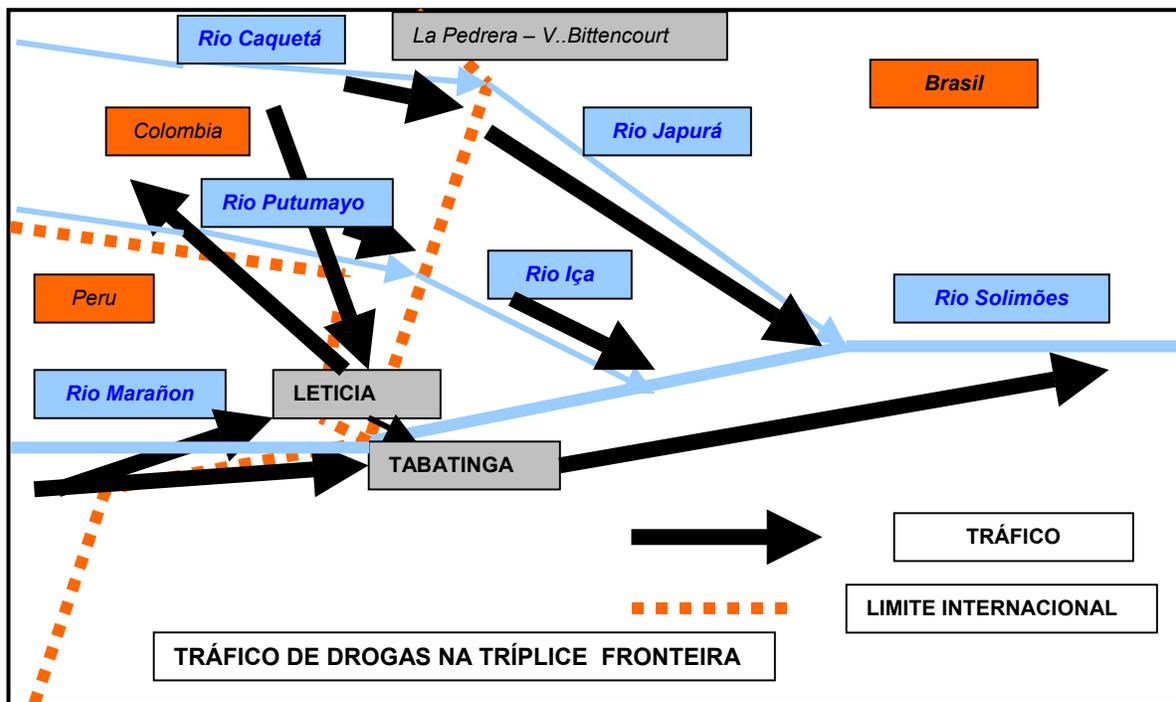
A extração de madeira diminuiu sensivelmente mas ainda é realizada sobretudo para a construção de casas, já que com a exceção das cidades de Tabatinga, Benjamin

Constant e Letícia, a maioria dos povoados apresenta casas em madeira. Geralmente se extrai a madeira em épocas de baixa produção do pescado, isto é, na época em que os rios estão em seu mais alto nível (inverno). No verão, época de baixa pluviosidade, os ribeirinhos se concentram mais na pesca, na preparação de novas lavouras e na coleta de produtos silvestres (GOBERNACIÓN DEL AMAZONAS, 1999).

A mesma rede de rotas e corredores que serviu aos propósitos do contrabando durante o século XVIII e mais tarde para a exportação da borracha, madeira e peles passa a ser utilizada a partir da década de 1970 para o tráfico de drogas (MACHADO, 1999). Extremamente sensíveis às mudanças cambiais, as transações comerciais entre Tabatinga e Letícia foram seriamente afetadas pela utilização das duas cidades como rota de exportação da cocaína e da pasta de coca (ver FIGURA 2).

Os pontos de comunicação que tanto esforço custou ao governo pombalino controlar, hoje são amplamente utilizados para a saída da droga para o Atlântico via rio Solimões/Amazonas, ao mesmo tempo que funcionam como ponto de entrada de precursores químicos no território colombiano.

FIGURA 2



Fonte: Relatório de Trabalho de Campo na Zona de Fronteira Norte, 2000.

O tráfico de drogas transformou-se no carro chefe da economia regional entre 1977 e 1986, quando se inicia o cultivo de coca em maior escala na Amazônia Colombiana. E isto não apenas diretamente por gerar emprego e renda a pequenos e médios traficantes, mas por suas implicações indiretas. No auge do primeiro *boom* do tráfico de cocaína na região (1977-1982), houve um grande aumento da quantidade de dólar circundante, o que elevou sobremaneira o custo de vida em Letícia. A presença de centros de processamento da pasta de coca também levou Letícia a comprar energia de Tabatinga para satisfazer sua demanda. O peso colombiano e a moeda peruana valiam bem mais que o cruzeiro brasileiro e os preços de Tabatinga se tornaram bem mais atrativos². Dessa forma, embora fosse apenas um lugar de passagem na rota, Tabatinga viu sua economia crescer com o aumento da população que circulava entre as duas cidades e com a mudança do eixo comercial que transformou a cidade na principal área comercial. A grande variedade e quantidade de moedas circulantes garantiram ainda a existência de inúmeras casas de câmbio nas duas cidades.

Tabatinga chegou a desenvolver uma espécie de mercado financeiro da droga³, do qual até os trabalhadores de baixa renda chegaram a participar: cinco ou mais pequenos "investidores" rateavam o custo de um carregamento, sem sequer ter contato com a droga. O retorno do investimento era proporcional à distância do mercado que a droga conseguisse atingir sem ser apreendida. Como investimento de risco, enquanto muitos podem perder suas economias, outros conseguem acumular o suficiente para investir. Em geral, os "investidores" participavam uma ou duas vezes do esquema e depois se retiravam para cuidar de seus negócios legais.

No caso de Letícia o investimento em atividades legais, principalmente no setor imobiliário e hoteleiro, parece ter sido menor do que o uso dos lucros em consumo pessoal de luxo, palacetes, automóveis de luxo, lanchas, motos ou lojas. O fim do primeiro *boom* de aumento de preço da cocaína no mercado internacional (1983) causa

² Quando pensamos na fronteira do Brasil com Bolívia, Colômbia, Peru e Venezuela, como é o caso do trecho da fronteira de que se trata aqui, imaginamos a relação cambial do Real com o Peso boliviano, o Peso Colombiano, o Nuevo Sol e o Bolívar. Todavia, a moeda que circula na fronteira desses países, quer pela atuação ostensiva da economia "subterrânea", quer pela presença norte-americana que ambiciona combatê-la, é o dólar. Essa idéia foi de tal forma internalizada que muitos dos habitantes das cidades fronteiriças, em entrevistas durante os trabalhos de campo, se referiram ao Real como a moeda fraca da fronteira. No mesmo período das entrevistas (dezembro de 2000), um real valia em torno de 980 pesos colombianos.

uma primeira crise em Letícia e no poder aquisitivo da população colombiana, o que atinge por extensão o comércio de Tabatinga. Todavia, esse período coincide com a chegada de muitos migrantes de Manaus e de outras cidades da região em Tabatinga, incentivados pelo Exército a migrar para a então colônia militar, já em vias de se tornar um município.

Embora os dados demográficos da zona distrital de Tabatinga (então parte do município de Benjamin Constant) não estejam disponíveis para o início da década de 1980, muitos moradores da cidade relatam um grande aumento da população no período, para o qual deve ter contribuído também o tráfico de cocaína colombiana e peruana para o mercado internacional.

Como parte da estratégia de fortalecer Tabatinga, várias instituições dos governos federal e estadual haviam sido instaladas desde a segunda metade da década de 1970, como a construção do aeroporto e a transferência da sede da Receita Federal e da agência do Banco do Brasil (1976), única no Alto Solimões, que até então se situavam em Benjamin Constant. Esses fatores podem ter colaborado para que Tabatinga fosse menos atingida pela crise comercial decorrente da perda de poder aquisitivo da cidade vizinha.

Em meados da década de 1980, enquanto o preço da cocaína no mercado internacional continuava a decrescer, a exportação cresceu. Na Colômbia, o volume das exportações quase dobrou, passando de 67,5 toneladas em 1981, para 104,6 em 1985, enquanto no mesmo período o valor em bilhões de dólares de exportação de cocaína foi estimado respectivamente em 3,4 bilhões (1981) e 4,2 bilhões (1985). Entre 1986 e 1989, o volume de exportações aumentou de 121,3 toneladas para 147,5. Em 1992 havia 41.206 hectares plantados com coca na Colômbia, crescendo para 101.800 hectares em 1998. O aumento do trânsito de drogas nas duas cidades gêmeas entre 1977 e 1986 e o correlato dinamismo econômico pode explicar o salto na população urbana de Letícia entre 1973 e 1993, que praticamente triplicou no período, continuando a crescer na década de 1990 (ver TABELA 1).

³ Folha de São Paulo, 28/11/1994; Machado, 2001.

TABELA 1: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA NAS CIDADES GÊMEAS DE LETÍCIA E TABATINGA - 1950/2000

Ano	Letícia		Ano	Tabatinga	
	habitantes	população urbana (%)		habitantes	população urbana (%)
1951	2.898	64,50	1950	s/d	s/d
1964	4.013	s/d	1960	s/d	s/d
1973	5.849	70,38	1970	s/d	s/d
1985	17.005	70,58	1985	s/d	s/d
1993	17.187	78,59	1991	19.850	71,04
1996	17.758	s/d	1996	23.504	73,43
1999	27.760	s/d	2000	26.539	70,36

Fonte: Brasil - IBGE: Censos Demográficos, 1991 e 2000; Contagem da População, 1996; Colômbia – Banco de La Republica: Anuários estatísticos (GOBERNACION DEL AMAZONAS, 1999).

O aumento da repressão ao tráfico de drogas na década de 1990 e seu ápice em 1997 ocasionou a dissolução do Cartel de Letícia, o terceiro mais importante da Colômbia, e levou consigo o padrão de crescimento econômico da cidade até então. Os bens dos traficantes colombianos da cidade foram confiscados (mansões luxuosas, a empresa *Gaseosas* de Letícia, centros comerciais, hotéis, etc), muitos chefes locais do tráfico foram presos ou fugiram. Em meados da década de 1990, o corredor de trânsito e exportação de cocaína que inclui as duas cidades ainda era utilizado, mas com menor intensidade e frequência do que aqueles cujas rotas atravessam os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul em direção à cidade de São Paulo (STEIMAN, 1995).

Por volta de 2000, a situação financeira da Gobernación del Amazonas e da Municipalidad de Letícia era grave. Ambas apresentam um alto déficit fiscal e não há perspectiva de aumento das transferências financeiras por parte do governo central até que cheguem efetivamente recursos norte-americanos (Plan Colômbia). Como complicador para a situação política e para a imagem da cidade, tanto o alcaide (prefeito) como o ex-governador, foram recentemente suspensos de seus cargos sob investigação por irresponsabilidade fiscal. O alcaide devia aos seus funcionários no final do ano 2000 dois meses de salários, mas a administração anterior já havia deixado uma dívida em

salários atrasados de mais de 6 meses. Na mesma situação se encontravam os funcionários estaduais, sem receber a 11 meses. Uma vez que a administração pública é o maior empregador da cidade colombiana – em 1998, ela empregava 71,5% do pessoal ocupado - o não pagamento de salários provocou um grande impacto no potencial de consumo e portanto uma retração da atividade comercial, já agravada pela decadência do tráfico de drogas na cidade.

A valorização da moeda brasileira a partir do Plano Real (1996) é um dos poucos fatores favoráveis ao setor comercial de Letícia atualmente. Em 1997, o Peso apresentou uma desvalorização nominal de 20,1% frente ao Real (ver TABELA 2), o que permitiu a Letícia captar grande quantidade de recursos que provém dos brasileiros que passam a se abastecer na cidade. No mesmo ano o Nuevo Sol se valorizou em 20,7% em relação ao Peso colombiano, mas os baixos salários pagos aos peruanos, dedicados sobretudo a trabalhos informais, não implicaram em um efetivo aumento de seu poder de compra.

TABELA 2: TAXAS DE CAMBIO NA TRÍPLICE FRONTEIRA*

Modalidade	Unidades	Anos					
		1993	1994	1995	1996	1997	1998
compra	Pesos x Real	3	847	840	859	1033	1080
venda		3	867	860	869	1050	1100
compra	Pesos x Nuevo Sol	350	348	380	374	451	470
venda		370	365	410	394	478	490

* valores médios no mercado paralelo de Letícia.

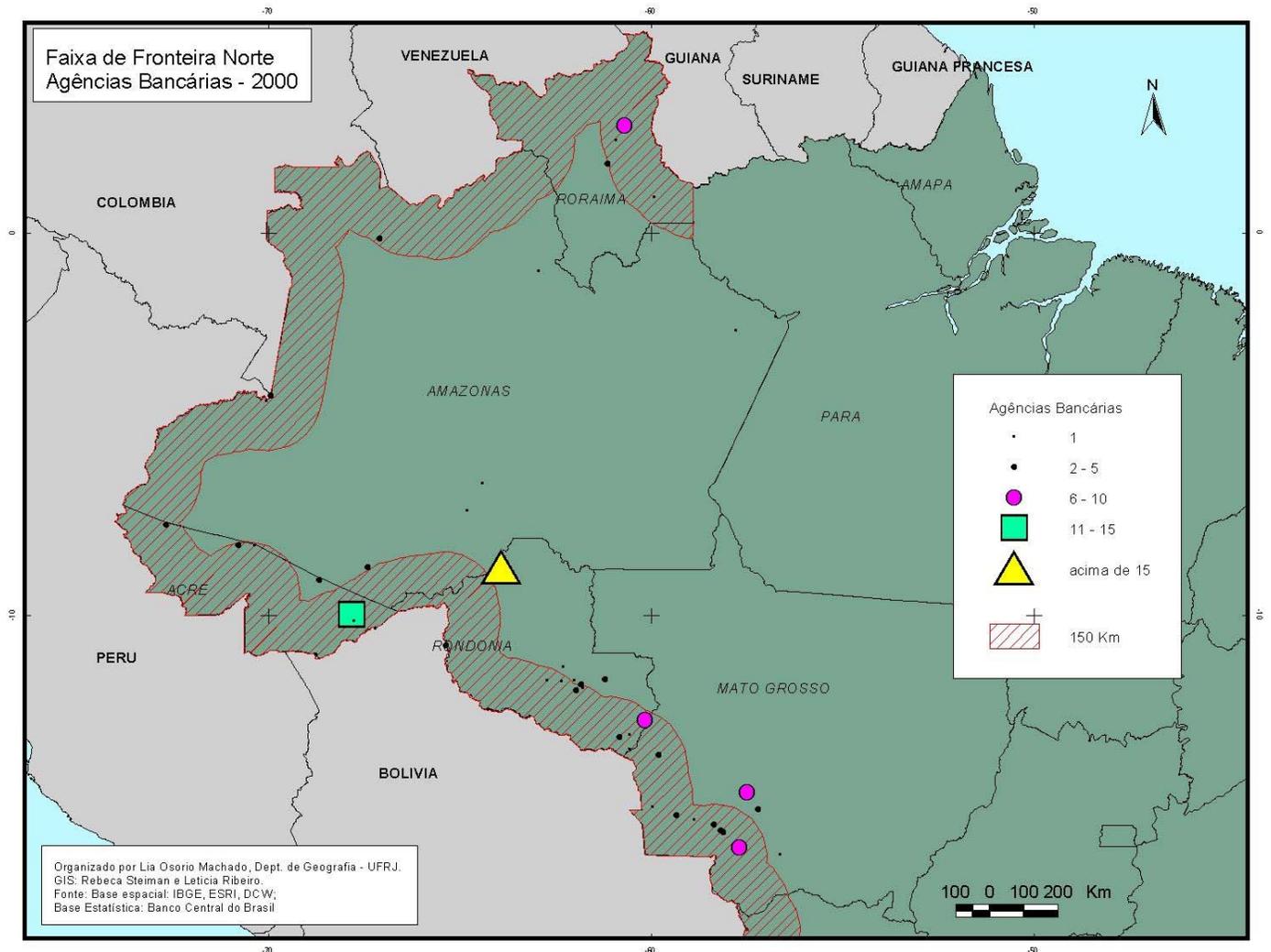
Fonte: Banco de La Republica, 2000 (ICER).

A valorização do Real só não causou o completo esvaziamento do comércio em Tabatinga por causa das dificuldades de acesso terrestre à Letícia no território colombiano. A única possibilidade de conexão com o interior da Colômbia é feita por avião, o que a obriga a manter a relação de complementaridade comercial com Tabatinga. Os altos custos do transporte de mercadorias por avião, dependente ainda da carga de compensação que haja entre Letícia e o interior, restringe a compra de determinados produtos ao município de Tabatinga. São exemplos desses produtos os mantimentos e materiais de construção.

O déficit fiscal não é monopólio de Letícia e se transformou numa questão grave também para o município de Tabatinga. Nos últimos 10 anos, dois prefeitos foram cassados e a atual administração assumiu a prefeitura municipal com muitas dívidas e a responsabilidade de arcar com as demandas acumuladas da cidade. No final do ano 2000, a Prefeitura já devia aos seus funcionários 2 meses de salário. Não é modesto no entanto o faturamento do município que entre arrecadações e transferências do governo federal recebia, em média, em 2000, em torno de 450.000 reais (estimativa).

A cidade de Tabatinga também se beneficia da grande presença de instituições públicas federais e estaduais no município, tais como: SUFRAMA, Delegacia da Capitania dos Portos, EMBRATEL, Correios, Companhia de Saneamento do Amazonas (COSAMA), Companhia Energética do Amazonas (CEAM), Inspeção da Receita Federal, Companhia Docas do Maranhão (CODOMAR) e Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Algumas delas têm jurisdição sobre vários municípios da micro-região do Alto Solimões. É o caso, por exemplo, da FUNAI, cuja Administração Regional aí instalada, é responsável também pelos municípios de Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antonio do Içá e Tonantins. Da mesma forma a Sub-Delegacia do Ministério do Trabalho, que tem como principal atividade fiscalizar a correção das relações de trabalho em diversas atividades, tem jurisdição sobre os municípios de Benjamin Constant, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença e Amaturá. Uma vez que o valor dos salários é definido a nível nacional e estadual, seus funcionários têm alto poder aquisitivo na cidade. Além disso, não estão sujeitos às vicissitudes do comércio, instável pelas constantes mudanças cambiais mas, ao contrário, garantem uma demanda constante de mercadorias e serviços. Acrescente-se a isso que os diversos funcionários dos órgãos e filiais dessas instituições devem constantemente se apresentar às suas sedes e vir receber seus salários em Tabatinga nas duas únicas agências bancárias de todo o Alto Solimões (ver MAPA 1: Distribuição das Agências Bancárias na Fronteira Norte). Também os representantes das prefeituras da micro-região devem visitar o município pelo mesmo motivo e terminam por realizar suas compras na cidade. É na verdade uma hinterlândia muito pobre, mas comandada por Tabatinga, garante alguma sustentabilidade para a atividade comercial e a prestação de serviços da cidade.

MAPA 1



Por outro lado, a grande presença institucional teria transformado Tabatinga num pólo de atração para os habitantes do Alto Solimões, que a cidade afirma não estar preparada para receber. Segundo estimativa do Secretário Municipal de Assuntos Fundiários, 90% da população atendida no Hospital de Guarnição do Exército é civil e composta em grande parte de habitantes dos municípios vizinhos. A solução na perspectiva da população da cidade seria a criação de uma nova unidade da federação no Alto Solimões a ser criada com terras cedidas pelo estado do Amazonas. A nova unidade teria como capital a cidade de Tabatinga, o que também lhe possibilitaria melhores condições de competir com Letícia, que já é uma capital de Departamento desde 1991.

A idéia conta com aprovação de setores militares que acreditam que a redivisão poderá fortalecer o Programa Calha Norte e desta forma tornar mais fácil a tarefa de garantir a segurança da fronteira e de seus recursos naturais⁴. A proposta foi tema de uma reunião interministerial sobre a região amazônica, realizada em 1995 com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (hoje extinta), mas foi sugestão de uma comissão criada para este fim por determinação da Constituição de 1988⁵. Após um ano de trabalho, a Comissão de Estudos Territoriais propôs a criação de 5 novas unidades da federação: os territórios federais do Alto Rio Negro e Alto Solimões e os estados do Araguaia, Tapajós e Triângulo.

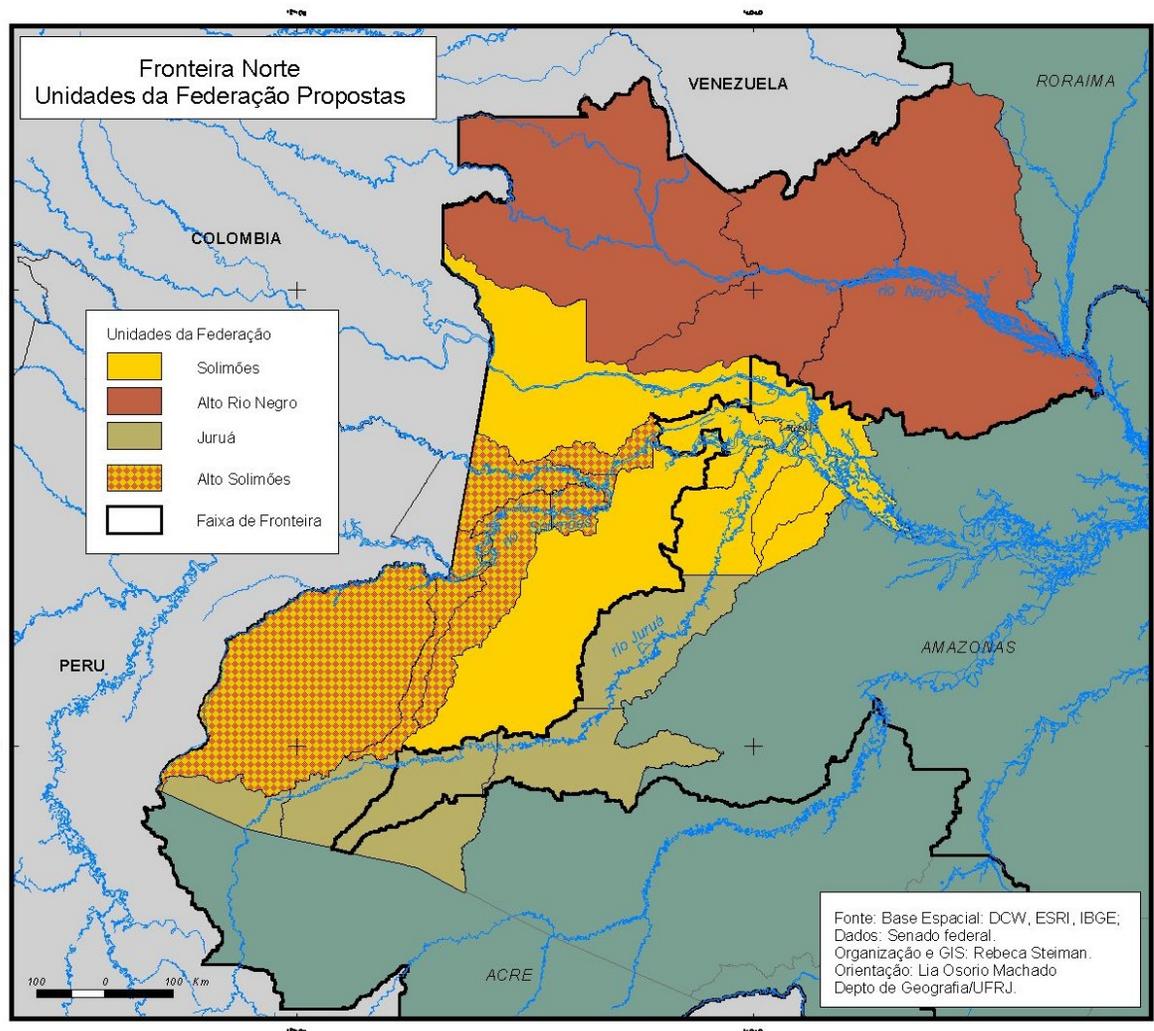
Embora a comissão tenha sido extinta, várias propostas de redivisão territorial da Amazônia Ocidental tramitam hoje na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Todas partem do princípio de que estados com grandes áreas territoriais são um empecilho à atuação do aparelho estatal, mas discordam sobre o tipo de unidade da federação a ser criada. Os partidários da criação de estados alegam que criar territórios federais manteria o forte vínculo com o governo central. Aqueles que defendem a criação do território federal argumentam que a criação de estados é muito mais cara para o erário público, uma vez que implica obrigatoriamente a criação de um Tribunal de Justiça, de uma Assembléia Legislativa e de um Tribunal de Contas. Além disso, um novo estado pode encontrar grande resistência por parte de outros estados mais populosos que poderiam levantar a questão da representação no Congresso Nacional. Enquanto um novo estado implica a eleição de três senadores e pelo menos oito deputados federais, um território federal não teria representação no Senado e deveria eleger apenas quatro deputados federais.

Em ambos os casos porém a questão da autonomia financeira das novas unidades territoriais fica pendente. Além disso, não há concordância sobre os municípios a serem incluídos nas novas unidades (ver MAPA 2). Em linhas gerais, as novas unidades corresponderiam à parte das bacias dos rios Negro e Solimões e à totalidade da bacia do Juruá, mas há alguns casos de municípios que se encontram na interseção entre elas.

⁴ FSP, 13/10/1996.

⁵ FSP, 14/10/1996.

MAPA 2



Com a finalidade de incrementar o comércio e promover o desenvolvimento da região de fronteira do extremo oeste do Estado do Amazonas, foi criada em 1989 a Área de Livre Comércio (ALC) de Tabatinga. Embora tenham sido criadas 7 ALC's em toda a Amazônia, apenas as de Guajará-Mirim, Macapá e Tabatinga foram regulamentadas e podem efetivamente receber os incentivos previstos pela lei⁶. No entanto, tendo sido a primeira a ser criada e regulamentada (1991), e concebida para funcionar como um piloto e um exemplo para o funcionamento das ALC's, a de Tabatinga praticamente não saiu do papel. Perguntados, poucos entrevistados sequer sabiam da sua existência ou conheciam

⁶ Lei 7.965/1989.

os benefícios a que tinham direitos. As ALC's contam com suspensão de tarifas alfandegárias para a importação e exportação de uma determinada pauta de mercadorias e para a produção industrial de mercadorias que utilizem matérias-primas regionais. De acordo com o Instituto Técnico de Cooperação Intermunicipal (1995), a ALC de Tabatinga foi implantada em 1991, mas logo esbarrou com a concorrência da vizinha cidade de Letícia onde também funciona uma área de incentivos fiscais (isenção total).

O mesmo problema foi reportado pelo Ministério do Planejamento por ocasião de uma auditoria na gestão na SUFRAMA em 1997⁷. Na auditoria, não foram encontradas irregularidades envolvendo casos de corrupção, mas foram feitas algumas ressalvas sobre o funcionamento das ALC's, já que duas das três ALC's da Amazônia Ocidental eram deficitárias. A SUFRAMA mantinha então dois funcionários controlando R\$ 13.564,00 de receita em 1996 em Tabatinga, mas no mesmo ano a ALC teve prejuízo de 143 mil reais.

De acordo com o Plano Modelo para o Desenvolvimento Integrado do Eixo Tabatinga – Apaporis (1989), desenvolvido por comissões bilaterais com o apoio da OEA, a pesca é seguramente a atividade que apresenta melhores perspectivas. Como emprega tradicionalmente um número elevado de pessoas, garante por conseguinte um ingresso estável para as mesmas. O mesmo plano informa que 76% dos pescadores são brasileiros, mas o grande mercado de peixes é a Colômbia. Os altos custos e a dificuldade de obtenção dos equipamentos e materiais de pesca, associados à indisponibilidade de crédito e de linhas de financiamento submetem a maior parte dos pescadores ao financiamento informal dos frigoríficos colombianos.

Com uma área potencial de pesca maior, a área brasileira do plano tem uma capacidade nominal de aproximadamente 123 toneladas, mas sobretudo de "peixes com couro". De baixa aceitação no mercado brasileiro, esses peixes são considerados nobres na Colômbia. Sem fiscalização, são vendidos pelos pescadores a intermediários – aqueles que possuem barcos a motor – que os revendem aos frigoríficos de Letícia, inexistentes no Brasil. A revenda para o interior da Colômbia e a exportação para Argentina e Chile são uma importante fonte de renda para a cidade de Letícia.

⁷ Folha de São Paulo, 11/07/1997.

O contrabando de peixe, inclusive os ornamentais, é reconhecido pelas autoridades colombianas. O Informe de Coyuntura Econômica Regional de Letícia, publicado trimestralmente pelo Banco de La Republica, ao se referir à importância da atividade pesqueira para o município, destacava: "(...) es importante aclarar que la totalidad de este pescado se adquiere a compañías pesqueras brasileras y en la casi totalidad de los casos se registra como pescado capturado en aguas territoriales colombianas" (2000: 11).

O sistema de aviamento da pesca praticado pelos frigoríficos colombianos já havia sido constatado em 1978 pela "Operação Amazônia" - uma ação conjunta de entidades como a EMATER, o INPA e o INCRA que visava aumentar a produção local e criar mecanismos de ação comunitários. Em seu relatório de atividades⁸, os técnicos informavam que "(...) antes de chegar ao porto os atravessadores tomam o peixe na canoa dos pescadores e muitas vezes eles vão comprar o peixe no local de captura, impondo certas condições, tendo em vista esses atravessadores possuírem motores de pesca que facilitam o seu deslocamento aplicando a lei do monopólio, deixando muitas vezes a população sem alimento, indo vender a outros pólos, em Letícia, por exemplo."

Os pescadores brasileiros aguardam há anos a instalação de um frigorífico nas proximidades do Porto Fluvial da cidade. Em 1996, a principal alegação para que o frigorífico não fosse instalado era o déficit energético de Tabatinga. Nos últimos anos, houve aumento da geração bruta, mas o fornecimento de energia elétrica ainda é instável. Além disso, seria necessário criar um plano que isentasse a comercialização do peixe da incidência do ICMS, que tornaria os preços impraticáveis⁹.

3.3. Crescimento urbano e uso do solo

Se for usual dizer que os países da América do Sul cresceram de costas uns para os outros, tão fortes eram as suas conexões além mar, o mesmo não ocorre em territórios no interior continental, como se verifica aqui. Os Mapas 3 e 4 mostram a evolução do espaço urbano em ambas as cidades.

⁸ Equipe Integração. *Operação Amazônia: um desafio para a ação comunitária*. Tabatinga, 1978. mimeo.

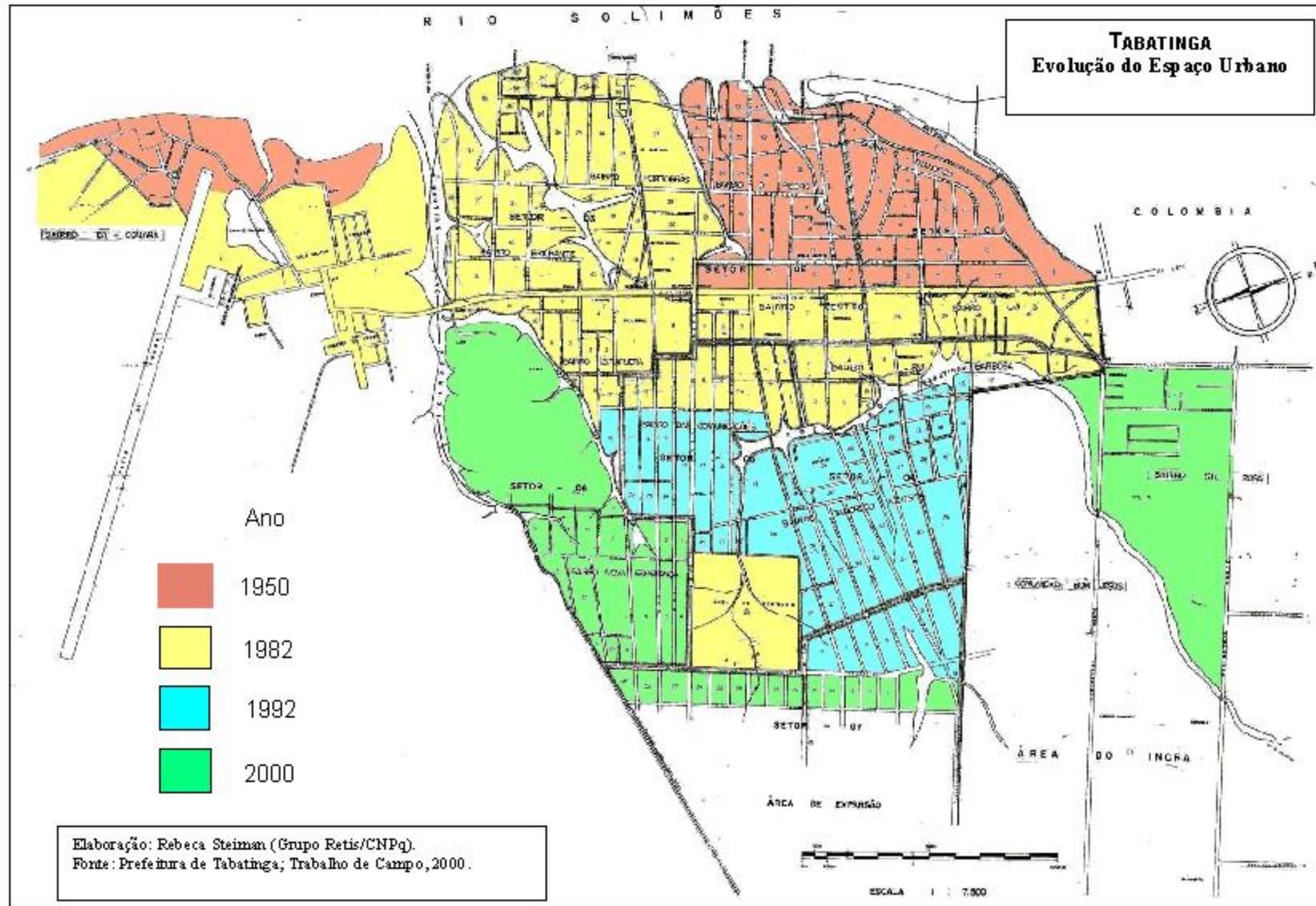
⁹ Folha de São Paulo, 06/10/1996.

Localizadas na mesma margem do rio Amazonas, a separação formal entre Tabatinga e Leticia tem sido lentamente sobrepujada. As duas cidades têm crescido voltadas uma para a outra, a direção do crescimento urbano indo do limite internacional em direção ao interior de seus respectivos países. A parte mais antiga da cidade de Tabatinga se desenvolveu na própria linha de fronteira, bem na confluência do igarapé de Santo Antônio com o rio Solimões/Amazonas, em função não apenas da localização dos postos de fronteira de ambos os países, mas de uma demanda por trabalhadores brasileiros no lado colombiano na época da borracha.

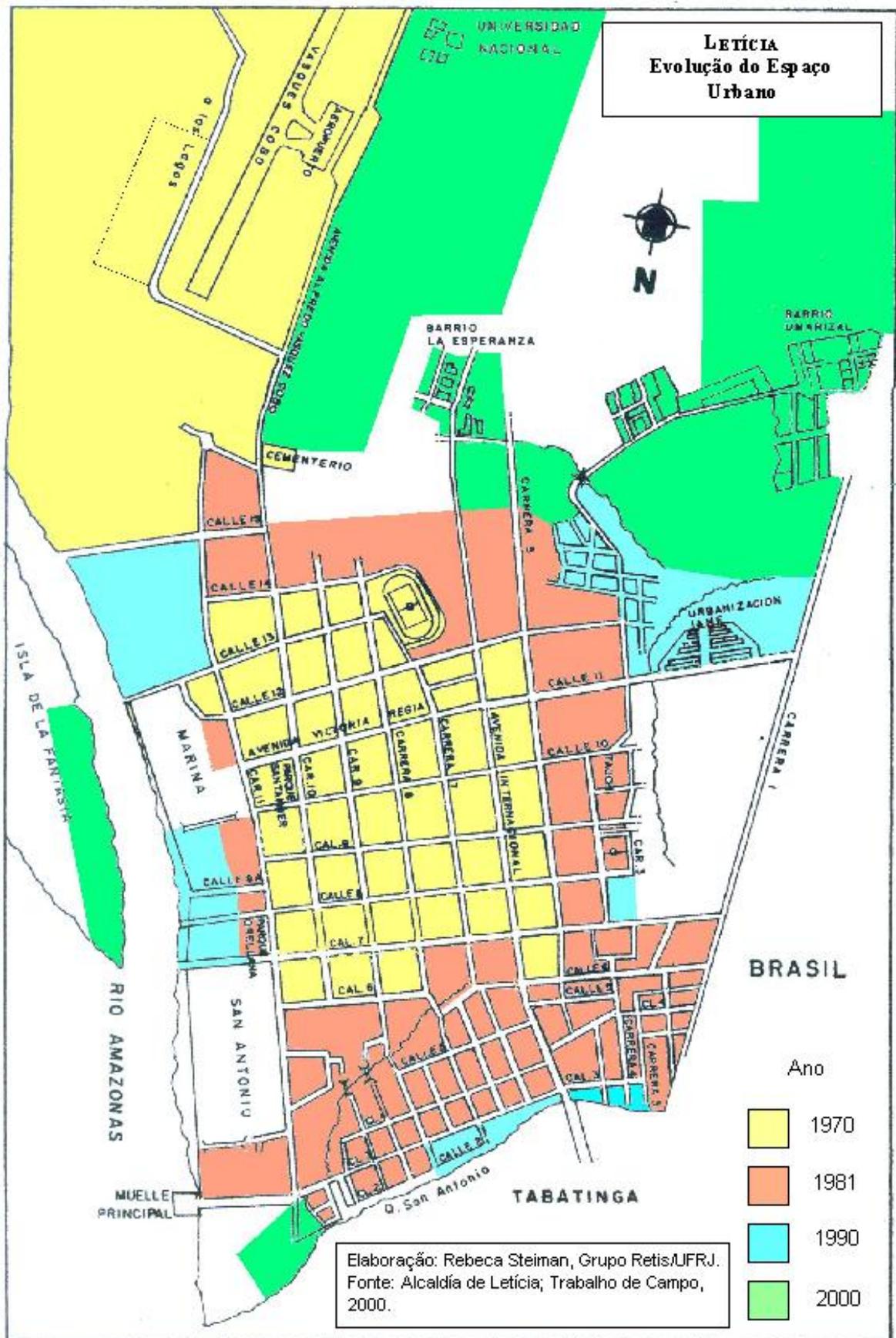
Até muito recentemente, a comunicação entre as duas cidades era feita majoritariamente pelo rio embora seja essa uma fronteira seca. Hoje, a construção de uma avenida internacional e a banalização do uso de motocicletas trafegando de um lado a outro do limite internacional mostra o desenvolvimento de uma incipiente integração entre as duas cidades.

O rio continua a ter um papel fundamental na vida urbana e nas trocas com os povoados fluviais porém é visto agora num contexto negativo. Não há áreas de lazer próximas a ele e as áreas residenciais às suas margens são justamente as mais desguarnecidas de infra-estrutura e habitadas pela população mais pobre. É compreensível, já que o rio as inunda periodicamente. Por outro lado o rio é o diferencial dessas cidades e poderia ter um potencial turístico a ele associado se não estivesse sendo tão mal tratado, com a deposição de resíduos sólidos e o vazamento de óleo dos diversos motores que o cruzam carregados de peixe e de passageiros. A erosão das barrancas é outro problema agravado pela ocupação humana desordenada das margens. Conjugadas, as inundações periódicas, a poluição, a erosão das margens e sua desvalorização atual, talvez possam explicar a expansão das duas cidades na direção continental, oposta ao rio. Notem-se nos dois mapas da evolução urbana que as áreas de ocupação mais recentes são as mais distantes do eixo do rio Solimões/Amazonas.

MAPA 3



MAPA 4



A avenida da Amizade, que hoje atravessa sem descontinuidade o território colombiano e brasileiro, era apenas uma "picada" até anos recentes. Hoje a avenida é chamada pelos colombianos de Avenida Internacional e é o principal eixo de ligação viária, cortando transversalmente as duas cidades. A avenida e o rio constituem os principais eixos de estruturação do espaço urbano. Na avenida estão instaladas as principais casas comerciais e instituições públicas de Tabatinga. Em Letícia, sua importância é relativizada pela presença de um outro eixo importante: a Calle 8 e o restante da área central, que constituem a área mais antiga da cidade. Note-se que a linha divisória de Letícia e Tabatinga nem seria percebida, não fosse pelo fato de que os letreiros comerciais e as placas de sinalização passam a utilizar o espanhol (FOTO 2).

Foto 2



Fonte: Trabalho de Campo, 2001 (Paulo Peiter/CNPq).

É difícil perceber uma clara distinção no uso do solo urbano se nos afastamos dos dois eixos principais. Tabatinga tem atualmente duas áreas onde o uso comercial é predominante. A mais recente é a própria avenida da Amizade, mas até início dos anos 80 o principal eixo comercial era a rua Marechal Mallet, situada na parte mais antiga da cidade.

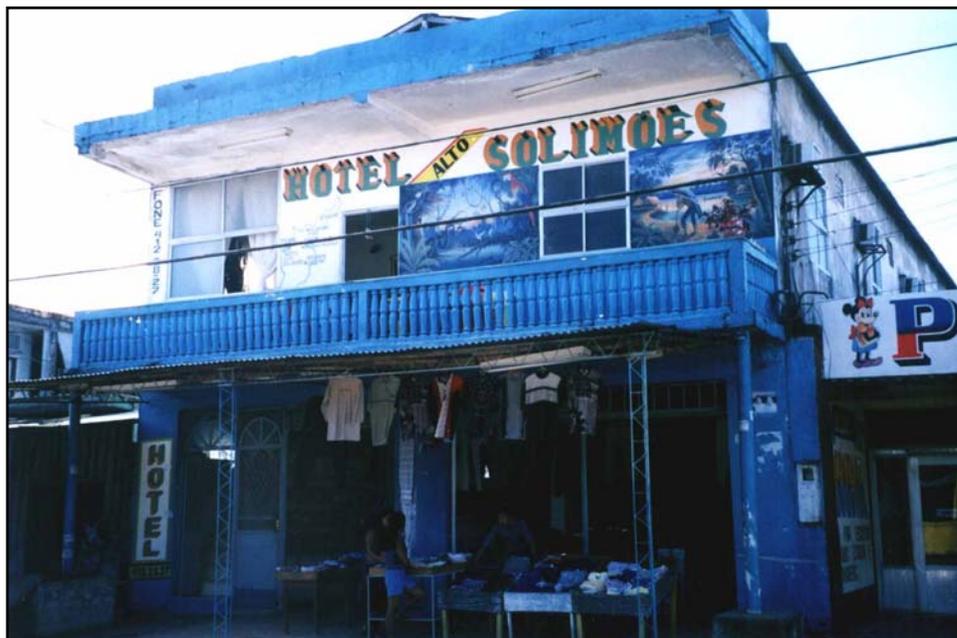
Entre 1976 e os primeiros anos da década de 1980, Tabatinga era um centro atacadista pequeno, com predominância de um comércio de roupas e artigos de confecção dominado por descendentes de libaneses com lojas na rua Mallet. As mercadorias vinham do Ceará e eram compradas em toda a região, não só por brasileiros, mas por colombianos e peruanos, cujos navios vinham apanhar as mercadorias para revender em seus países. Com o fechamento da fronteira peruana através de um grande aumento de tarifas, aliado à maior repressão do contrabando, a rua Mallet (FOTO 3) viu seus negócios, casas comerciais e até um cinema fecharem rapidamente. A maior parte dos comerciantes de origem libanesa foi para Fonte Boa ou voltou para Manaus. Nos últimos anos da década de 1990 começou um processo de redinamização da rua com a abertura de casas comerciais ainda ligadas ao comércio de confecção, só que de artigos vindos de Manaus e São Paulo (FOTO 4).

FOTO 3: RUA MARECHAL MALLET



Fonte: Trabalho de Campo, 2000 (Rebeca Steiman/CNPq).

FOTO 4: COMÉRCIO NA RUA MARECHAL MALLET



Fonte: Trabalho de Campo, 2000 (Rebeca Steiman/CNPq).

Perpendicular ao rio, a rua Mallet corta a avenida da Amizade e a rua Marechal Rondon e termina bem próxima ao Mercado Municipal e ao Porto da Feira (FOTO 5), às margens do rio Solimões, onde se localiza uma espécie de "circuito inferior" do comércio da cidade, explorado principalmente por imigrantes (informais) peruanos. Diariamente, pela manhã, a população ribeirinha e indígena expõe suas mercadorias em barracas de feira livre ou em plásticos estendidos no chão, atraindo compradores da cidade e de localidades próximas, criando um movimento intenso de gente, barcaças e canoas (FOTO 6). São peixes, frutas regionais, produtos agrícolas e "bugigangas" asiáticas. Dessa área também partem os barcos deslizadores rumo a Benjamin Constant, na margem oposta do rio Solimões, e rumo às outras cidades e povoados da região.

Barcos a motor não são fáceis de comprar e ter um barco a motor faz toda a diferença para os pescadores, pois com ele passam a posição de atravessadores, podendo comprar o peixe de seus companheiros e revendê-los diretamente aos frigoríficos colombianos. O transporte de passageiros é dominado por colombianos e brasileiros.

FOTO 5: FLUXO DE PASSAGEIROS NO PORTO DA FEIRA



Fonte: Trabalho de campo, 2000 (Rebeca Steiman/CNPq).

FOTO 6: PEQUENOS PRODUTORES VENDEM SEUS ARTIGOS NO PORTO DA FEIRA



Fonte: Trabalho de Campo, 2001 (Paulo Peiter/CNPq).

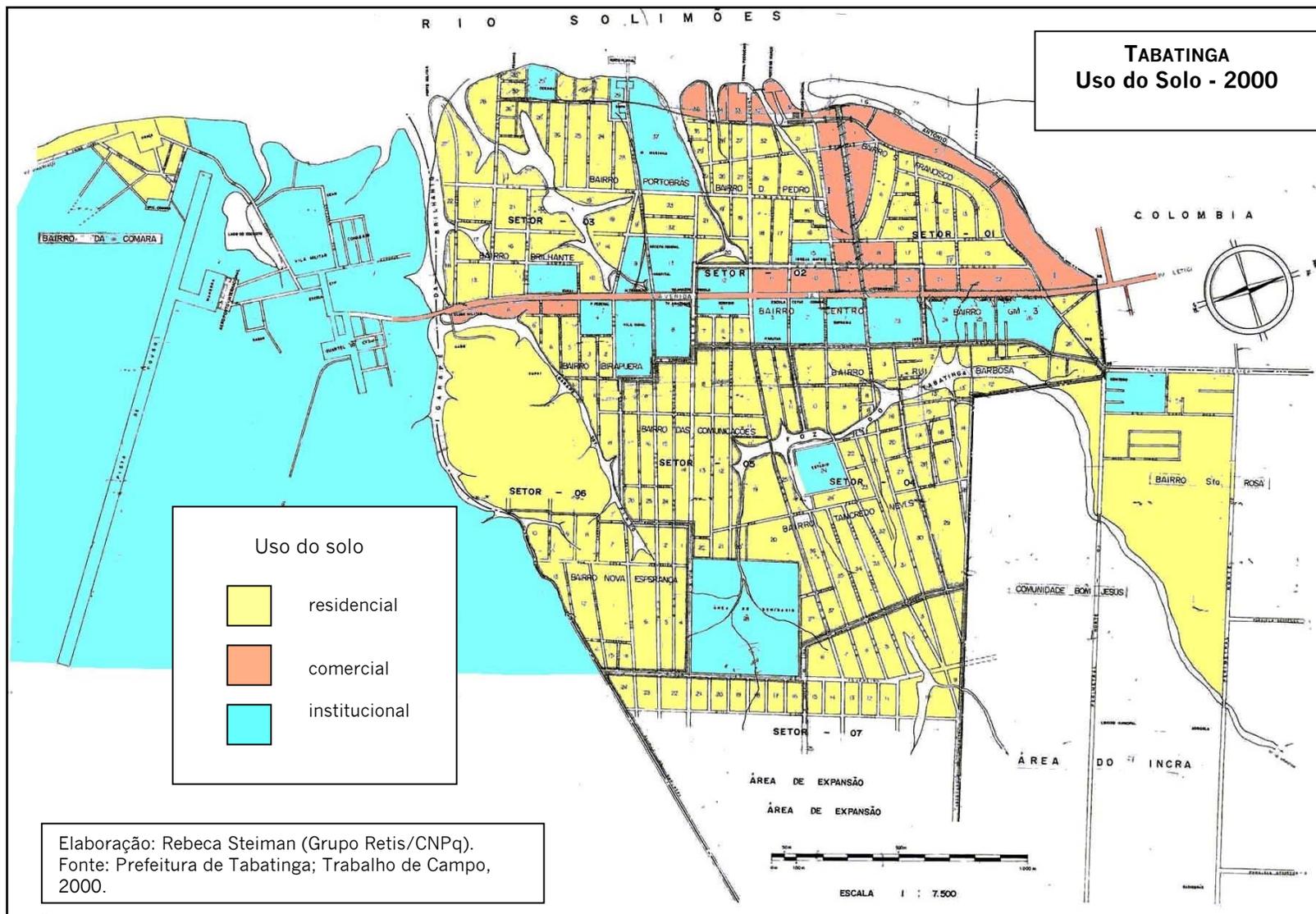
A primeira assimetria que salta aos olhos dos moradores e visitantes das duas cidades é a disparidade de seus equipamentos urbanos. Enquanto Letícia é uma cidade ordenada, com certo embelezamento urbanístico, Tabatinga apresenta todas as características de “cidade de fronteira”. Cestas de lixo, asfalto e calçamento são aparentemente tidos como supérfluos, exceção feita à avenida da Amizade, onde se localizam os principais prédios públicos (Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, Receita Federal, Polícia Federal, entre outros) e boa parte do comércio local. Não há quase nenhuma outra rua asfaltada e com calçadas conservadas na cidade. O capim ocupa a maior parte das ruas, especialmente as suas margens, por onde passam as águas pluviais e os esgotos da cidade (FOTO 7). É de se admirar também que estando situada dentro de uma das mais exuberantes florestas do mundo, a cidade quase não conta com ruas arborizadas e praças – uma espécie de esforço coletivo para negar a floresta?

FOTO 7: RUA TRANSVERSAL À AVENIDA DA AMIZADE

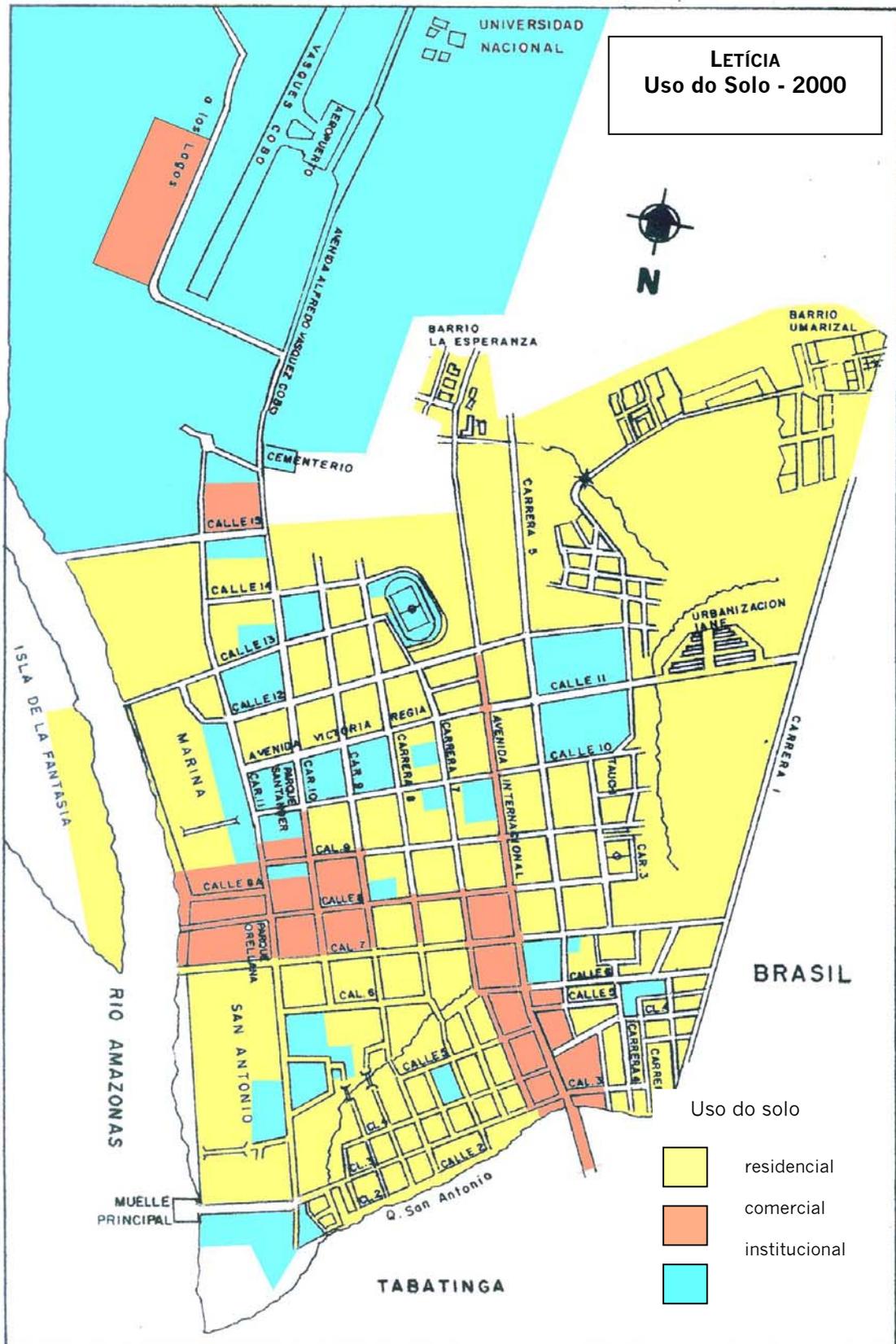


Fonte: Trabalho de Campo, 2000 (Rebeca Steiman/CNPq).

MAPA 5



MAPA 6



Elaboração: Rebeca Steiman. Fonte: Alcaldía de Leticia; Trabalho de Campo, 2000.

Já Letícia parece não só ter se beneficiado da condição de capital do departamento do Amazonas, como de um certo investimento privado em serviços urbanos e na qualidade e mesmo luxo das casas particulares (FOTO 8), muitas delas pertencentes até pouco tempo aos chefes locais do tráfico de ilícitos, hoje retomadas pelo governo colombiano. Praças, ruas arborizadas e bem conservadas sobretudo na área central da cidade, dão um certo ar de sofisticação urbanística. A principal praça (FOTO 9), onde se situa a prefeitura e a sede do governo do Departamento, contava até alguns anos atrás com um tanque onde as mais variadas espécies da fauna da região eram exibidas, assim como a Vitória Régia.

FOTO 8: EFEITO DO TRÁFICO DE DROGAS: RESIDÊNCIAS DE LUXO EM LETÍCIA



Fonte: Trabalho de Campo, 2000 (Lia Machado/CNPq)

FOTO 9: PRAÇA CENTRAL DA CIDADE DE LETÍCIA



Fonte: Trabalho de Campo, 2000 (Rebeca Steiman/CNPq)

Essa assimetria não é recente. Por volta de 1950, o capitão-tenente Aécio Pereira de Souza da Marinha Brasileira, encarregado de patrulhar e conceder apoio logístico aos pelotões de fronteira, já constatava o contraste entre as duas cidades:

"A situação de penúria do pelotão de Tabatinga se mostrava mais angustiante porque, ao lado, se situava a cidade colombiana de Letícia, moderna, projetada com saneamento básico, luz elétrica, bancos, comércio, etc. e que sediava o Comando Militar Colombiano da Amazônia, dispondo de um efetivo de mais de mil soldados, com uma Base Naval, com três canhoneiras modernas, recentemente construídas na Inglaterra, e uma Base Aérea em que operavam aviões de grande porte." (SOUZA, 2000: 20)

Não é apenas uma impressão. A cidade de Letícia é sem dúvida mais bem sucedida em sua projeção turística, sua oferta de serviços e empregos. Mas o contraste tão notável na aparência e no número de habitantes dos dois centros não é tão forte no que concerne ao nível de vida da população.

Em Tabatinga, apenas 39,8% dos domicílios estão ligados à rede pública de abastecimento de água. A coleta pública de lixo atinge apenas 22,6% dos domicílios.

Dado o mau estado de conservação das ruas da cidade, o serviço de limpeza pública não é feito com regularidade e não ocorre no período das chuvas. Não há também rede geral de esgotamento sanitário, nem existem sarjetas nas ruas. A drenagem das águas ocorre em valas margeando as ruas e desembocam diretamente no rio Solimões, na área do Porto da Feira, sem qualquer tratamento (FOTO 10).

FOTO 10: ESGOTO SENDO LANÇADO NO RIO SOLIMÕES



Fonte: Trabalho de Campo, 2001 (Paulo Peiter/CNPq).

Saindo do núcleo central da cidade, a cidade de Leticia também não conta com uma cobertura de serviços básicos. Embora 93% da população receba água encanada, esta não chega potável à maioria dos bairros.

A cidade abastece seu aqueduto da *quebrada*¹⁰ Yauarca, que está contaminada com os dejetos dos assentamentos rurais e comunidades indígenas que habitam à montante. As redes de distribuição são obsoletas, com escapes e infiltrações. Além disso, a planta de purificação foi projetada para um fluxo de 15 litros por segundo, mas na atualidade passa quase o triplo de água, diminuindo significativamente o tempo de

floculação e sedimentação e, por conseguinte, a qualidade da água. Se a qualidade deixa a desejar, o mesmo ocorre com a quantidade que na época seca não atinge os níveis mínimos para alcançar as habitações dos bairros mais afastados.

Setenta por cento da população de Letícia está conectada à rede de esgoto, que é eliminado por sete saídas sob o porto de Letícia, contaminando não somente o entorno mas as águas de Tabatinga, por sua posição à jusante do aqueduto desta cidade, 100 metros abaixo. Em 2000, boa parte do bairro colombiano na fronteira com Tabatinga foi inundado por seu próprio esgoto porque as autoridades municipais de Tabatinga ordenaram o fechamento de uma vala negra que vinha da Colômbia e desembocava no Igarapé de Santo Antônio, poluindo-o.

O manejo do lixo e de outros resíduos também é deficitário em Letícia. Cerca de 80% da população da cidade é atendida pelo sistema de coleta de lixo, porém não há método de reciclagem, nem de aterro sanitário adequado. O lixo é diariamente depositado a céu aberto num terreno de solo semi-saturado que se converteu num foco de proliferação de insetos e roedores. Apenas eventualmente se adiciona cal ou se procede ao aterro do lixo de forma que vem ocorrendo a contaminação dos lençóis freáticos e das águas superficiais que fluem para o sistema de drenagem da *quebrada* Yauarca, que abastece de água a cidade.

A gravidade da situação fez o Conselho Municipal de Letícia (2000) admitir que as comunidades mais próximas à cidade de Letícia vivem em piores condições do que as comunidades ribeirinhas mais afastadas e, teoricamente, menos assistidas.

Em ambas as cidades, são os bairros de imigrantes os que têm as piores condições de vida. Em Letícia, grande área da Isla da Fantasia é ocupada irregularmente por imigrantes peruanos (ver MAPA 6). Os poucos brasileiros moram num bairro junto ao Igarapé de Santo Antonio, numa área mais baixa e sujeita a alagamentos periódicos. Em Tabatinga, bem próximo à área da fronteira, encontra-se também um bairro de baixa renda, ocupado irregularmente por imigrantes peruanos. Como os peruanos são considerados cidadãos de segunda classe, o bairro Rui Barbosa não recebe nenhum investimento municipal; não tem luz, nem coleta de lixo, que acaba sendo depositado em terrenos baldios bem próximos às casas (FOTO 11).

¹⁰ *Quebrada* é a equivalente colombiana para a palavra igarapé.

FOTO 11: LIXO DEPOSITADO A CÉU ABERTO NO BAIRRO RUI BARBOSA



Fonte: Trabalho de Campo, 2001 (Paulo Peiter/CNPq).

O desconhecimento do comportamento do rio pela falta de estudos adequados é outro fator agravante das condições de vida em ambas as cidades. Sabe-se que há uma variação periódica de cerca de 12 metros nos níveis do rio Solimões/Amazonas, mas não se conhece a duração, a periodicidade e a intensidade exata de seus movimentos. Daí decorre a falta de planejamento na utilização de suas margens com uma ocupação desordenada pela população de renda mais baixa. Durante as cheias, as inundações aumentam o contágio de enfermidades da população e danificam as frágeis habitações aí instaladas. Programas de estabilização de margens para atenuar o efeito dos processos de erosão existentes e as grandes variações de nível que ocasionam o assoreamento do leito do rio se fazem urgentes na área.

A situação irregular da propriedade da terra é outro aspecto particular das zonas de fronteira. No caso em estudo, e mais particularmente de Tabatinga, essa situação é ainda mais grave. Cerca de 2.500 habitações e "prédios" comerciais não possuem título definitivo da terra (OEA, 1989). Recurso político de uma elite patrimonial, os lotes foram tradicionalmente cedidos por diversos prefeitos, na maior parte das vezes sem nenhuma infra-estrutura instalada (FOTO 12).

FOTO 12: ÁREA DE EXPANSÃO URBANA EM TABATINGA



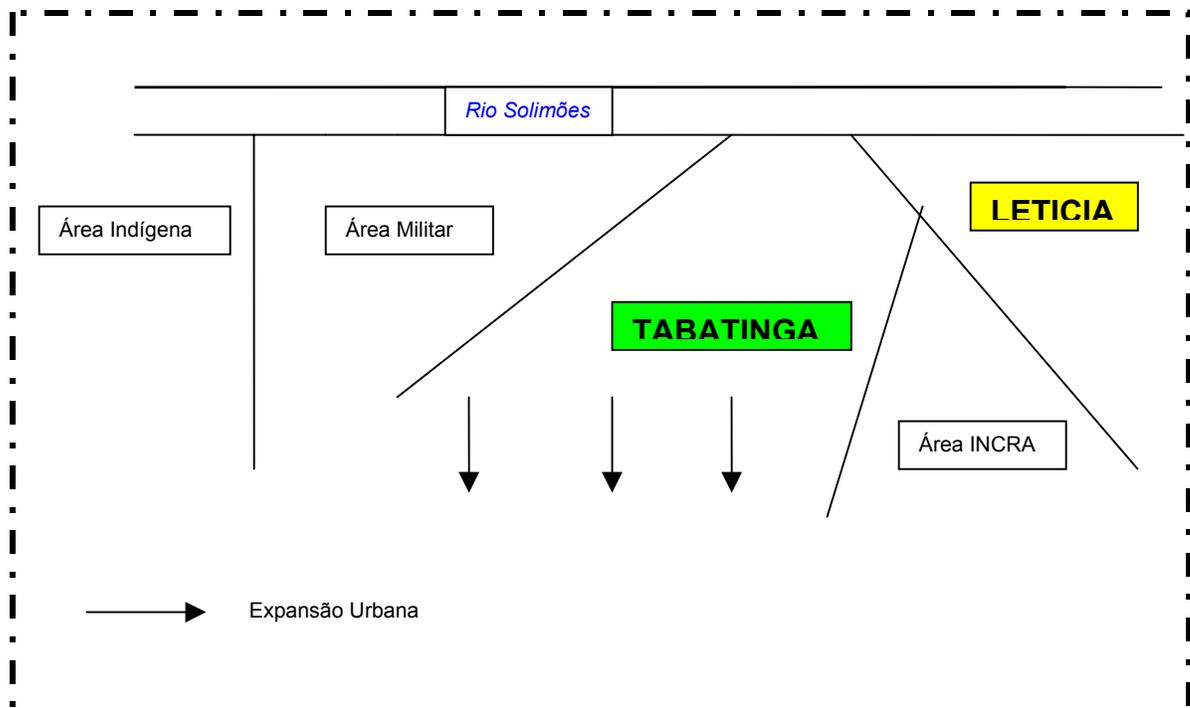
Fonte: Trabalho de Campo, 2000 (Rebeca Steiman/CNPq).

Segundo informações da Secretaria de Assuntos Fundiários¹¹, a situação seria regularizada em 2001, com a venda de lotes e a cobrança de IPTU, pela necessidade do município de aumentar a sua arrecadação e se ajustar a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A institucionalização das terras municipais é um dos principais problemas apontados pelas autoridades municipais de Tabatinga e Letícia. Estas reclamam que suas cidades têm o crescimento do tecido urbano limitado por terras institucionalizadas e pelas propriedades rurais de latifundiários da região. Segundo informações da Secretaria de Planejamento Municipal da Alcaldía de Letícia, há uma zona de resguardo indígena que

representa 80% da área municipal e outra ocupada pelo Parque Nacional *Amayacu*, que representa 10% da mesma. No município de Tabatinga, a situação é semelhante (ver FIGURA 3 abaixo). À sua direita, Tabatinga é limitada pela cidade de Letícia e por uma área do INCRA, onde houve um Plano Integrado de Colonização (PIC). As famílias assentadas receberam os lotes em 1971, mas as estradas vicinais deixadas no barro, se tornavam constantemente intransitáveis pelas alta pluviosidade característica da região. Sem recursos ou assistência técnica, os agricultores acabaram vendendo suas terras irregularmente para latifundiários da região poucos anos depois. Houve mais duas tentativas de reativar a produção agrícola na área, uma em 1978, outra em 1989, ambas mal sucedidas. Embora a propriedade formal seja do INCRA, muitos políticos "doaram" lotes em troca de votos. A maior parte deles mantém uma inexpressiva criação de gado. Como os solos não se prestam para bons pastos e são de fácil compactação, não é possível sustentar nem uma cabeça de gado por hectare (OEA, 1989).

FIGURA 3: TERRAS INSTITUCIONALIZADAS NO MUNICÍPIO DE TABATINGA



Fonte: Relatório do Trabalho de Campo, 2000.

¹¹ Trabalho de Campo, 2000.

À sua esquerda, a cidade limita-se com uma grande área militar (780 ha), onde se localizam as instalações do Comando de Fronteira do Solimões, bem próximas ao sítio original do Forte São Xavier da Tabatinga. No interior da área se localiza também o Aeroporto Internacional. Apenas 170 metros separam a cabeceira da pista do limite norte da área indígena do Umariáçu, onde habitam cerca de 2.500 índios da etnia Tikuna.

Tão próxima da cidade, a área indígena do Umariáçu parece mais um de seus bairros (ver FOTO 13 abaixo). Essa e algumas outras aldeias do município contam com eletricidade e telefone, além de postos de saúde e escolas municipais que ensinam também o Tikuna. Apesar de ter assimilado muitos dos hábitos da população não-índia como construir casas semelhantes as dos ribeirinhos e ir ao mercado, muitos não falam o português, sobretudo as mulheres e as crianças pequenas. E mesmo aqueles que falam português ainda usam o idioma Tikuna.

FOTO 13: RUA, CASA E ESCOLA BILÍNGUE NA ÁREA INDÍGENA UMARIAÇU



Fonte: Trabalho de Campo, 2000 (Rebeca Steiman/CNPq).

A chegada dos antropólogos que vieram identificar a área na década de 1970 contribuiu para a sua organização em pelo menos duas entidades. Assistidos pela FUNAI, pela FUNASA e pelo Exército, os índios sofrem a hostilidade da população ribeirinha que se ressentia do "prestígio" atual do índio. Tradicionalmente considerados preguiçosos e inferiores, os índios eram submetidos à toda sorte de humilhação. O quadro se reverte lentamente, em parte por trabalhos de conscientização, em parte porque os índios Tikunas representam 26% dos eleitores de Tabatinga¹² e já elegeram 3 vereadores. Para sobreviver, os Tikunas dedicam-se à agricultura, à produção de farinha e à colheita de frutas que lhes garante um pequeno excedente no comércio com as cidades próximas.

O processo de delimitação do Umariáçu se iniciou em 1971 e foi concomitante com o de outras áreas no alto Solimões e no baixo Javari. Durante a fase de identificação, a prefeitura estava autorizada a acompanhar o grupo de trabalho encarregado da elaboração do laudo antropológico de forma que eventuais áreas públicas ou privadas que fossem incluídas dentro da área identificada poderiam ser contestadas em até 90 dias após a publicação do laudo. No entanto, o desprezo secular pelo índio que havia caracterizado a região até então fez com que a população e a prefeitura desacreditassem a demarcação e pensassem que não haveria controle efetivo do uso das terras indígenas. Não houve nenhuma contestação. Quando em 1975, publicou-se a área de interesse, iniciaram-se os conflitos, cujo ápice foi o massacre no Capacete – um conflito entre índios e antigos ribeirinhos liderados por madeireiros que culminou com a morte de 14 índios.

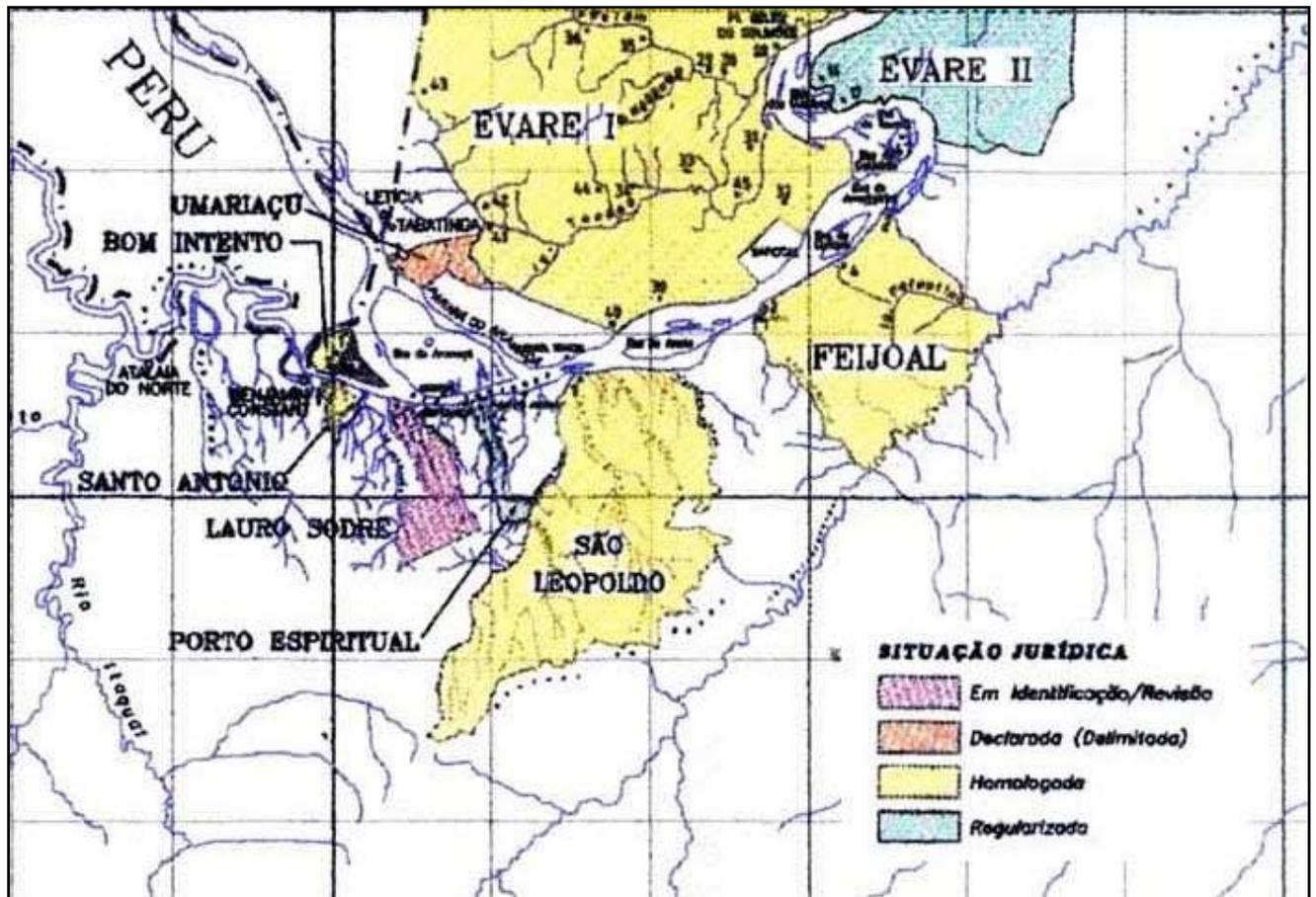
Os conflitos entre índios, posseiros, pescadores e madeireiros continuam ocorrendo, mas as duas áreas indígenas do município já tiveram sua situação regularizada (ver MAPA 7): a área Evaré I que também ocupa grande parte do município de São Paulo de Olivença foi homologada em 1997, a área do Umariáçu já foi demarcada e encontrava-se em vias de ser registrada em cartório no final de 2000. Como incidem na faixa de fronteira e dentro dos limites do Projeto Calha Norte, as duas áreas tiveram sua delimitação obstruída por um longo período (CGTT, 1998).

O município de Benjamin Constant foi o mais afetado pela regularização dessas terras. As suas atividades principais – extração e beneficiamento de madeira e pesca – eram realizadas em porções de terra de seu próprio município e de Atalaia do Norte que

¹² Folha de São Paulo, 20/09/2000.

foram reconhecidas como áreas indígenas. Em anos recentes, o fechamento do rio Javari com a instalação de uma base flutuante de fiscalização e repressão ao tráfico e ao contrabando – a Base Anzol – alguns metros acima da cidade de Atalaia do Norte coibiu essas atividades que ainda eram executadas irregularmente. Inconformada, a prefeitura de Benjamin Constant pretendia entrar com uma ação declaratória de nulidade da demarcação e com uma ação de inconstitucionalidade. O Secretário de Assuntos Fundiários de Tabatinga e o Secretário de Planejamento Municipal da Alcaldía de Letícia acreditavam que parte das terras militares e dos grandes proprietários de seus municípios ainda poderiam ser negociadas.

MAPA 7: ÁREAS INDÍGENAS NO MUNICÍPIO DE TABATINGA E ARREDORES



Fonte: Atlas das Terras Tikunas, 1998 (adaptação).

3.4. Transações na Tríplice Fronteira

Grande parte das transações efetuadas entre as duas cidades gêmeas é fortemente influenciada pelo contexto regional em que se inserem. A escassa dotação de recursos e o reduzido tamanho de seus mercados internos pesam sobre o desenvolvimento dos seus setores produtivos de forma que os produtos que podem oferecer à cidade vizinha estão relacionados à sua capacidade de se conectar aos mercados de seus respectivos países. O baixo grau de acessibilidade de Letícia, isolada do core colombiano pela floresta amazônica e extremamente dependente de sua conexão aérea com Bogotá, tornam a sua balança comercial desfavorável em relação ao Brasil e ao Peru. Na cidade, as importações superam em mais de 16 vezes as exportações (BANCO DE LA REPUBLICA, 2000).

Por outro lado, os acordos realizados em nível nacional com esses países permitem a importação com benefícios fiscais de uma determinada pauta de produtos de grande aceitação no comércio local. É este o caso dos combustíveis que se beneficiam da ausência de uma carga de tributos da ordem de 50% que incidem sobre o valor final do produto em Tabatinga¹.

Importados de Manaus, os combustíveis chegam à Letícia pelo rio Amazonas/Solimões passando pelo porto de Tabatinga. Além de ser vendida mais barata nos postos colombianos, a gasolina é um dos principais itens contrabandeados para Tabatinga. Acondicionada em pequenas garrafas de 600 ml, ela é vendida por ambulantes, sobretudo peruanos, para abastecer as centenas de motos que trafegam ao longo da avenida da Amizade. Os mesmos preços reduzidos atraem os barqueiros a "postos" flutuantes espalhados nas imediações do porto. O mecanismo também funciona para motos, auto-peças e motores importados com incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus, que são revendidos nas lojas de Letícia.

O consumo de máquinas, equipamentos e diesel para o funcionamento da termelétrica de Letícia tem ampliado a participação do Brasil como país de origem das importações de Letícia. Da mesma forma, o incremento da participação do Brasil como destino dos produtos exportados – que passou de 5,8% em 2000 para 33,7% no início de 2001 – tem a ver com a exportação de bebidas gaseosas² produzidas em Letícia e vendidas às povoações vizinhas de Tabatinga e Benjamin Constant (BANCO

¹ Folha de São Paulo, 28/10/2001.

² Bebidas gaseosas são similares a refrigerantes.

DE LA REPUBLICA, 2001).

É interessante notar que nos dois últimos trimestres de 2000 e nos dois primeiros trimestres de 2001, o volume de exportações do porto de Letícia teve um incremento significativo puxado pela exportação de materiais de construção para o Peru. Só no quarto trimestre de 2000, os materiais de construção representaram 75,2% dos produtos exportados pelo porto de Letícia, causando uma curiosa inversão nos destinos das exportações da cidade em que até então o Peru desempenhava um papel secundário, bem atrás do Brasil. Letícia quase não produz materiais de construção e na verdade estes constituem a pauta de suas importações com destaque, sobretudo o cimento. O fato pode estar relacionado a uma nova tendência de organização territorial do complexo coca-cocaína (MACHADO, 2001). Até o princípio dos anos 1990, Bolívia e Peru eram conhecidos por exportar folhas de coca e pasta base de cocaína para a Colômbia, que era o principal local de refino e exportação da cocaína. Mudanças no contexto interno e externo desses países estariam apontando para uma mudança dessa "divisão do trabalho" rumo a um modo verticalmente integrado de organização dentro de cada país. Assim, da mesma forma que na Colômbia aumentou a produção das folhas e da pasta base de coca, se observa um incremento da participação de Bolívia e do Peru no refino da cocaína. Com o aumento do controle da venda de precursores químicos, o cimento se tornou um reagente químico alternativo na produção da droga³. Misturado com querosene e uréia, substitui o ácido sulfúrico na transformação da pasta-base em cocaína. É possível, portanto, que parte das atividades de refino tenham se mudado para o lado peruano da fronteira com o aumento da repressão ao tráfico que vem ocorrendo na fronteira colombiana.

Alcançável durante todo o ano por navios de grande calado, Iquitos, a 418 Km de Tabatinga, é a principal responsável pela abundante oferta de produtos importados da China e do sudeste asiático no mercado local. Também por efeito de um acordo entre Brasil e Peru, que permite a navegação no rio Amazonas, a carga passa em trânsito em balsas e navios que não param em Tabatinga. Fitas, cds e relógios asiáticos chegam à Tabatinga pelas mãos de sacoleiros e ambulantes peruanos.

Nas lojas e mercados de cidade, os artigos mais procurados por colombianos são na verdade oriundos do centro-sul do Brasil. Tratam-se principalmente de produtos industrializados como enlatados, bebidas, açúcar, refratários e materiais de

³ Revista Época, 05/04/1999.

construção. Com uma fiscalização ambiental mais eficiente, os colombianos têm mais dificuldade de extrair seixo e areia no interior do município, em grande parte um parque nacional. As restrições ambientais também pesam sobre a pesca, praticada nas imediações de Tabatinga de forma predatória com redes de arrastão. Assim, o pescado, os móveis, parte dos materiais de construção e os produtos de granja são os únicos itens produzidos (e comercializados) em nível local. Os três últimos representam os poucos produtos locais de uma indústria limitada ao beneficiamento alimentar e ao processamento de matéria-prima.

Por serem muito sensíveis, em volume e orientação, às variações cambiais e mudanças de preço, as transações comerciais (ver FIGURA 4) são de longe as que conferem maior visibilidade à natureza das relações entre Tabatinga e Letícia. Um bom exemplo é o caso do arroz. A importação deste item a preços muito baixos por Brasil e Peru levou a uma significativa queda da produção local de arroz em Letícia no período 1993-1998. A avicultura também foi afetada pelo encarecimento de seus insumos que são vendidos por Tabatinga (BANCO DE LA REPUBLICA, 2000). Embora modesta, a produção avícola do lado brasileiro tem se saído melhor.

Ainda assim, o sentido geral do comércio atacadista e varejista aponta para Letícia (ver FIGURA 5 com síntese das transações). Com uma moeda mais forte, os brasileiros têm ido comprar mais em Letícia do que os colombianos vêm comprar em Tabatinga. Os dois últimos Informes de Coyuntura Regional de Letícia (2001), referentes ao segundo e terceiro trimestres de 2001 apontam, no entanto, uma tendência à reversão do quadro:

"Es necesario señalar que toda esta situación [baixo desempenho do setor comercial no período] está sustentada en la dinámica reactivación de la economía del municipio brasilero de Tabatinga, el cual a raíz de la aplicación del Plan Colombia en nuestro país y ante el temor de la internacionalización del conflicto, empezó a recibir especial atención del gobierno federal especialmente en sectores de salud y educación generando un proceso de inversión pública sin precedentes, creando puestos de trabajo y mejorando el nivel de ingresos de sus habitantes y por ende el poder de compra de bienes y servicios." (BANCO DE LA REPUBLICA, 2001: 7)

**FIGURA 4: TROCAS COMERCIAIS
BRASIL – COLÔMBIA - PERU**

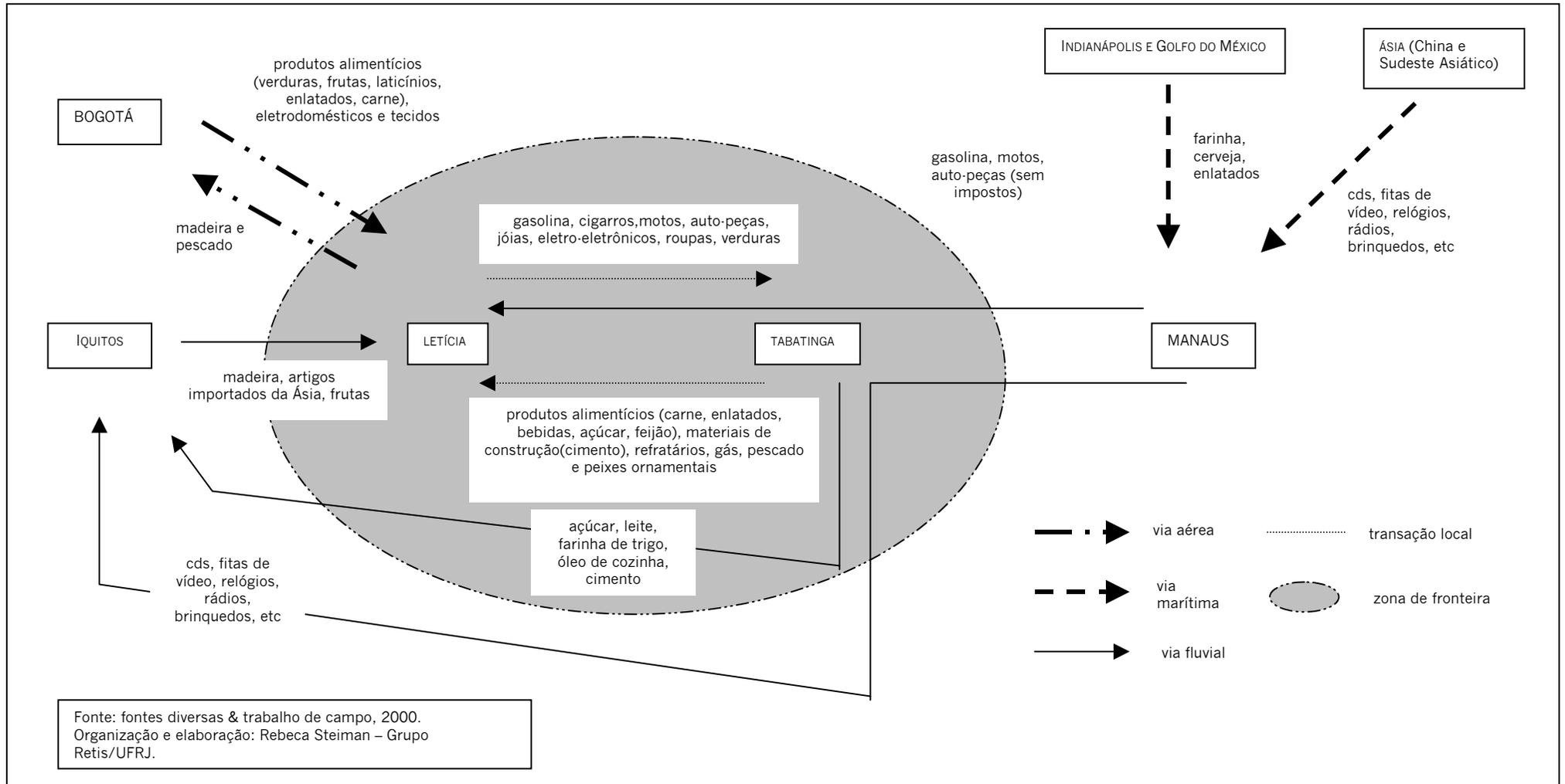
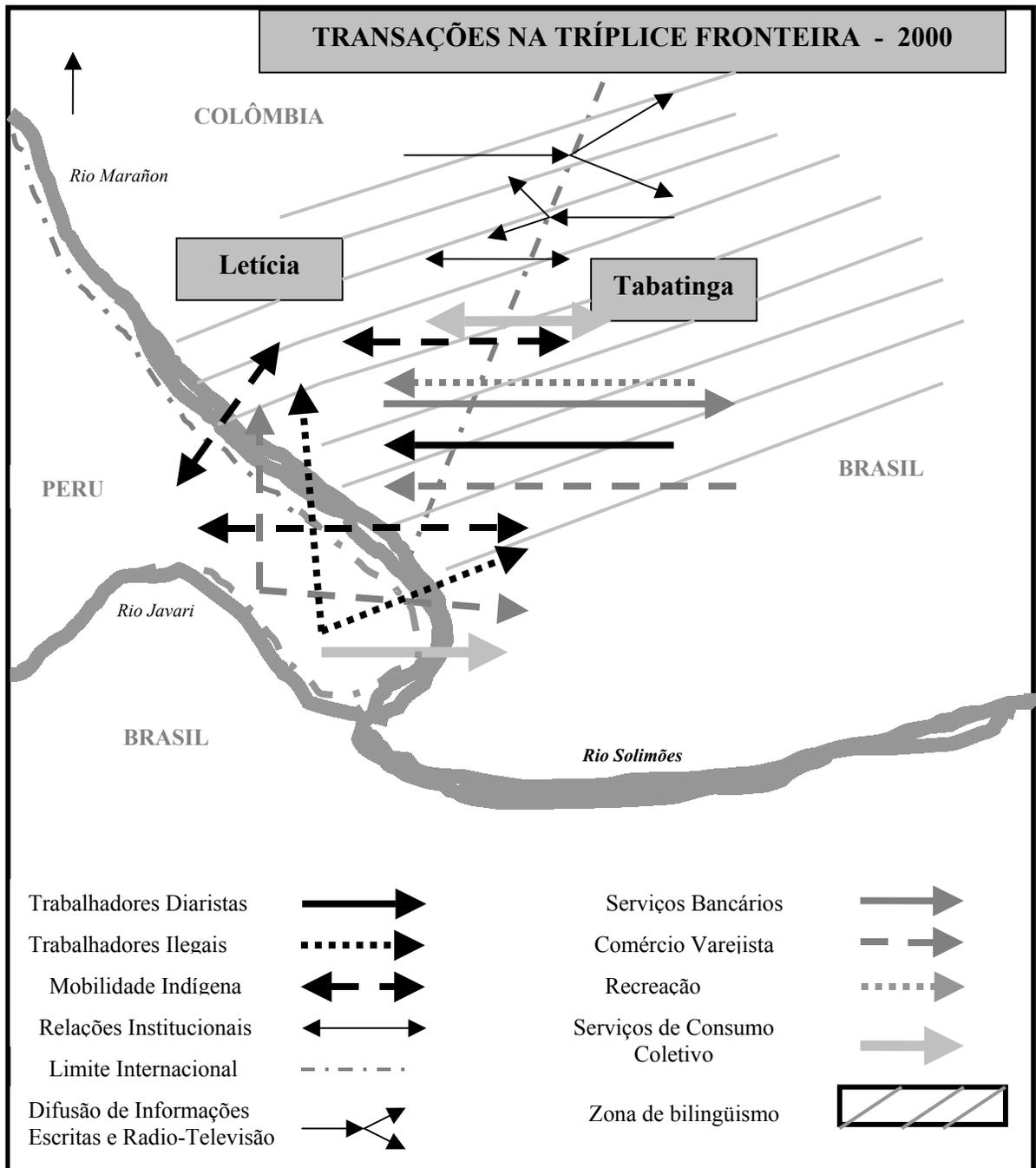


FIGURA 5



Fonte: Relatório de Trabalho de Campo, 2000.

A complementaridade dos serviços entre as duas cidades se realiza de forma estreita a despeito da ausência de mecanismos oficiais. Serviços de uso coletivo como os prestados pelo setor de saúde pública em Tabatinga são amplamente utilizados por colombianos e peruanos. Essa modalidade de relação não é específica da diáde em estudo, mas de toda a fronteira norte, já que os países vizinhos apresentam serviços de saúde públicos deficientes ou pagos. A presença de pessoal especializado recrutado pelo exército brasileiro para o trabalho na fronteira também corrobora para essa situação. Aparelhados para prover atendimento de média complexidade, Tabatinga e Benjamin Constant atraem a população das cidades vizinhas que cruzam a fronteira em busca de atendimento. Enquanto em Tabatinga há um hospital muito bem equipado - o Hospital de Guarnição (segundo maior do estado do Amazonas) - e diversos postos de saúde, em Letícia, a única unidade de saúde que se encontra funcionando, o Hospital San Rafael, é dotado de insumos mínimos. No que se refere a faixa de fronteira peruana não há qualquer opção. A possibilidade de fazer testes gratuitos de AIDS e tentar pleitear atendimento gratuito nessas unidades têm atraído peruanos de muito além da faixa de fronteira. Muitos destes acabam sendo encaminhados para Manaus. Manaus e Iquitos tradicionalmente recebem os casos de maior gravidade.

É comum, no entanto, que a população mais abastada de Tabatinga se associe a planos de saúde privados em Letícia. No ano de 2001, o Banco de La Republica (2001) constatou um aumento do número de sociedades constituídas no município. Em sua quase totalidade, estas sociedades se dedicam a prestação de serviços de saúde. O Banco atribui o ocorrido à "(...) difícil situación económica por la que atraviesa nuestro único centro oficial de salud en la ciudad de Leticia, con salarios atrasados, lo cual hace que algunos profesionales de la salud se asocien para hacer empresa y mejorar el nivel de ingresos."(2001: 7)

Colombianos e peruanos são também comumente aceitos nos cursos oferecidos pelo Centro de Treinamento Profissionalizante do Comando de Fronteira do Solimões. São cursos de nível técnico com duração de 1 ano como datilografia, marcenaria, eletrônica, corte e costura e eletricista⁴ que atraem também alunos de outros municípios do Alto Solimões.

⁴ E outros como: serigrafia, marcenaria, horticultura, cerâmica, pintura em tecidos, artesanato, torneiro mecânico e solda.

Na educação de nível superior, não parece haver qualquer tipo de intercâmbio, ainda que as duas cidades contem com campus avançados de universidades federais. Em Letícia, desde 1995, funciona na Universidade Federal da Colômbia o Instituto Amazônico de Investigações, mais conhecido como Centro IMANI (FOTO . Além de oferecer uma graduação em Estudos Amazônicos, o centro realiza pesquisas nas áreas de ecossistemas terrestres e aquáticos, ecologia humana tropical, história e geografia da Amazônia e biotecnologia. Presta também serviços de consultoria e de avaliação de impacto ambiental. Em Tabatinga, o campus avançado da Universidade Federal do Amazonas funciona numa das escolas municipais da cidade. A FUA oferece os cursos de graduação em pedagogia, letras, educação física e filosofia, com o objetivo de formar professores para trabalhar no próprio município. Como não há acordos que garantam a aceitação do diploma do outro lado da fronteira, quase não há intercâmbio de estudantes. Outro fator que dificulta a frequência de alunos brasileiros à universidade colombiana é o fato de seus cursos serem pagos. Ainda assim, representantes das três nacionalidades têm realizado encontros para discutir a possibilidade de criação de uma universidade das três fronteiras.

FOTO 14: BIBLIOTECA DO INSTITUTO AMAZÔNICO DE INVESTIGACIONES (LETÍCIA)



Fonte: Trabalho de Campo, 2000 (Lia Machado/CNPq).

Outros serviços de uso coletivo mostram o forte papel separador que ainda representa o limite internacional. A comunicação telefônica intra-urbana entre Letícia e Tabatinga não foi desenvolvida e se faz através de sistemas de longa distância (OEA, 1989). Como até 2000, Tabatinga não dispunha de serviços de telefonia celular, muitos brasileiros compravam 2 celulares para se comunicar com seus familiares, se utilizando das 3 empresas que ofereciam o serviço em Letícia. Para o serviço de transporte coletivo, não há também nenhum acordo. Empresas de ambos os lados administram o negócio separadamente. A população que não possui motos se locomove entre as duas cidades usando moto-táxis.

A cooperação informal também caracteriza as relações institucionais. Os exércitos brasileiro e colombiano realizam troca de informações sem o suporte de qualquer mecanismo oficial, mas seus representantes classificam sua relação com excelente. Eles atribuem a baixa interação com o exército peruano à ausência de povoações com representatividade na fronteira.

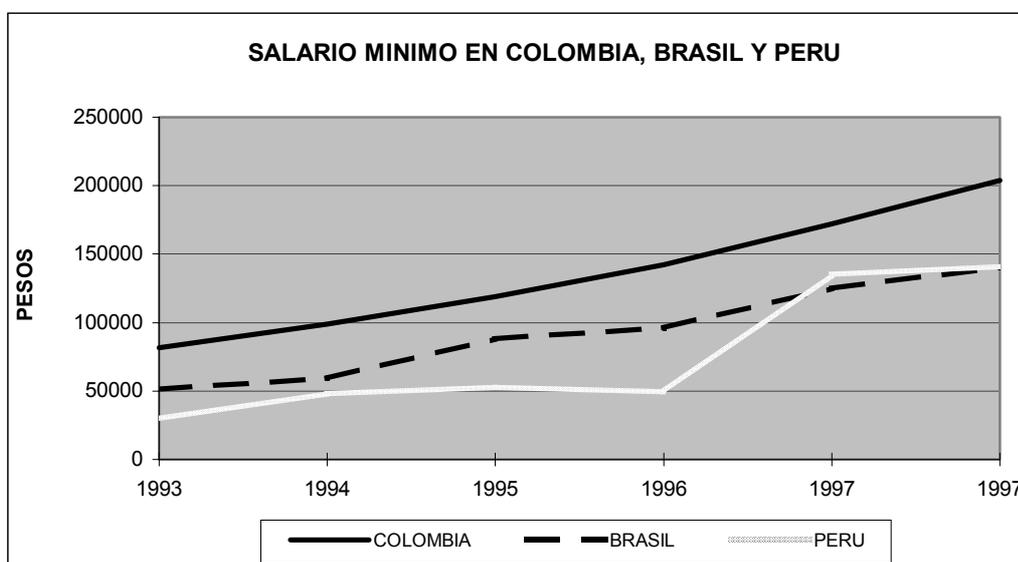
Por iniciativa própria, a administração regional da FUNAI, com sede em Tabatinga, também tem buscado estreitar laços com a Secretaria de Desarrollo Comunitario de Letícia. A grande mobilidade indígena, principalmente entre os índios Tikunas, torna a comunicação entre os órgãos tutores cada vez mais necessária. Os Tikunas das três fronteiras têm o costume de visitar familiares e comparecer a rituais e eventos sociais das suas comunidades, como os casamentos ou as festas que marcam o rito de passagem das moças para a vida adulta. Nos últimos anos, no entanto, muitos têm procurado se passar por brasileiros para usufruir da assistência da FUNAI e das vantagens oferecidas pelo governo federal aos índios brasileiros. Além de ter acesso à aposentadoria rural e auxílio maternidade, os índios brasileiros recebem apoio da FUNAI às suas atividades produtivas, o que inclui o fornecimento de implementos agrícolas (forno, machado e outros equipamentos voltados para a agricultura e a produção de farinha) e de transporte para o escoamento da produção.

A mobilidade, aliás, é uma característica geral. Para efetuar as inúmeras transações descritas acima, a população se mobiliza dia e noite intensamente e praticamente não há diferença entre os dias úteis e os fins de semana. A recreação tanto dos turistas como da população local ocorre principalmente em Letícia. É lá que estão os melhores restaurantes, hotéis e bares, mas deve-se fazer uma ressalva à diversão noturna que ocorre em Tabatinga até horas mais avançadas. Para os turistas há também lojas de artesanato regional que curiosamente são abastecidas por índios

do lado brasileiro. Não há estatísticas de turismo para Tabatinga, mas Letícia recebeu uma média de 8.726 turistas anuais no período 1993-1998 (BANCO DE LA REPUBLICA, 2000). A maior parte é composta por turistas da própria Colômbia e é bastante flutuante. Já o turismo internacional vem decaindo permanentemente desde 1993, como reflexo da instabilidade política e da má imagem do país no exterior (BANCO DE LA REPUBLICA, 2000). O que impressiona é que entre 60 e 70% dos turistas são homens, o que sugere mais viagens de "negócios" do que turismo.

O fluxo de trabalhadores é um dos mais afetados pelas assimetrias econômicas das três fronteiras. Letícia representa um forte mercado de trabalho para trabalhadores diaristas brasileiros que executam tarefas especializadas como eletricitas, carpinteiros, pintores de parede e operários na construção civil. Esses profissionais se beneficiaram da formação que tiveram no Centro Técnico Profissionalizante do Exército que atende cerca de 1.000 alunos por ano desde que foi criado. São atraídos por salários superiores aos do Brasil. Em 1997, o salário mínimo na Colômbia era 31,1% superior ao brasileiro e 30,8% superior ao colombiano (ver GRÁFICO 1).

GRÁFICO 1



Fonte: Banco de La Republica, 2000.

Sem especialização, os trabalhadores peruanos são mais encontrados na economia informal e são predominantes nas tarefas de borracheiros, ambulantes, engraxates e cozinheiros. Em vez de realizar uma migração pendular, os peruanos se mudam para Tabatinga e Letícia, onde se instalam clandestinamente.

O intenso contato proporcionado pelo fluxo de pessoas e pela existência de relações de trabalho, aliado à difusão de informações escritas e por rádio e televisão, contribuíram para a formação de uma ampla zona de bilingüismo. Nas duas cidades é perfeitamente possível se fazer entender em português e espanhol e como as ondas sonoras não "respeitam" as fronteiras políticas, é comum que em cada cidade se tenha acesso aos programas de rádio e televisão emitidos (ou retransmitidos) pela cidade vizinha. Aliás, o hábito de ver novelas brasileiras já está bastante difundido em Letícia.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dizer que a fronteira norte era uma área de estruturas sócio-econômicas tradicionais na década de 1980 (IBGE, 1989) pode ter sido verdade, mas apenas parte dela. Os elementos então identificados como componentes de sua organização espacial eram a baixa densidade populacional, a forte presença indígena e uma escassez ou mesmo ausência em muitos casos de articulações regionais, exceto aquelas que se faziam entre os pequenos centros elementares diretamente com Manaus e com as capitais dos estados aí incluídos (Porto Velho, Rio Branco e Boa Vista). Esses componentes ainda estão presentes na organização espacial, mas já na década de 1980 e até mesmo antes, já era possível observar redes de articulação que se sobrepunham ao limite internacional, organizando a zona de fronteira.

A exportação de borracha, de peles e de madeira, inicialmente, e mais tarde, de drogas e precursores químicos, aliada às trocas comerciais realizadas entre as cidades gêmeas no limite internacional ampliaram a rede de relações das cidades da zona de fronteira e provocaram alterações na organização espacial. Se não foram capazes de propiciar acumulação interna de capital, exceto de forma extremamente concentrada e não reinvestida no local, essas atividades provocaram uma intensa urbanização, uma incipiente diferenciação na hierarquia urbana e a desagregação das atividades extrativas e de subsistência que prevaleciam na fronteira norte até então. Além disso, atraíram imigrantes dos países vizinhos e de outras regiões do país em busca de trabalho ou de oportunidades de enriquecimento, o que garantiu a subsistência dessas cidades e conferiu a região um traço cultural característico.

Também não é verdade que a fronteira norte seja uma área de baixa presença institucional, nem do poder público federal, nem de outras instituições da sociedade civil. O governo central está e esteve presente na faixa de fronteira através da regulação de sua utilização, normatizando o território, mas está ao mesmo tempo ausente à medida que não propicia as condições e os recursos que viabilizem o seu cumprimento. Por esta razão é ao nível federal que a população de cidades gêmeas como a de Tabatinga direciona as suas reclamações e as suas demandas, resultando numa relação de ambigüidade com o governo central.

Até recentemente a faixa de fronteira internacional do Brasil mantinha relações diretas com o governo central por localizar-se em território constitucionalmente federal e, indiretas, porque as principais decisões a seu respeito e os recursos que recebia estavam sob jurisdição de órgãos específicos da União. No domínio político, também havia relação direta, já que como áreas de segurança nacional, seus prefeitos eram nomeados pelo governador do estado, mas deveriam contar com a aprovação do presidente da república¹.

De fato, até a Constituição Brasileira de 1988, a Faixa de Fronteira estava sob administração direta da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG-CSN), cujo secretário era também o chefe da Casa Militar da República. Todos os projetos municipais eram submetidos a essa secretaria pelas prefeituras. Após a mudança da Constituição, os municípios da faixa de fronteira perderam suas prerrogativas e o regime político especial. Em decorrência, os laços políticos e orçamentários de cada município com a sede do governo estadual se fortaleceram, embora a maior parte da receita de quase todos os municípios da fronteira norte proceda ainda do governo federal (Fundo de Participação dos Municípios - FPM).

O acima exposto contribuiu para que o governo federal fosse por muitos anos considerado o único agente político relevante nas áreas de fronteira, pouca visibilidade recebendo atores não-governamentais ou outras escalas de organização que não a nacional. Esses atores são as entidades religiosas como a Igreja e as Seitas Pentecostais; as organizações não-governamentais; as entidades de classe, como sindicatos e cooperativas; as redes sociais assistenciais, como as lojas maçônicas e o Rotary Club e até mesmo os órgãos públicos através dos quais o Estado se fazia presente (Forças Armadas, INCRA, EMATER, etc).

Algumas dessas instituições têm atuado de forma decisiva na melhoria das condições de vida da população. É o caso, por exemplo, da Igreja Católica em Guajará-Mirim, que promoveu de forma gratuita o loteamento de várias de suas terras (a instituição é uma das maiores proprietárias de terra da cidade) para regularizar a situação de moradia da população de baixa renda e dos imigrantes bolivianos na cidade. Essencialmente preocupada com a situação precária dos migrantes de ambos os lados, a

¹ Lei 5449/1968.

Igreja Católica tem procurado estabelecer escritórios regionais de apoio, onde o migrante recebe orientação religiosa e cuidados médicos e é, quando possível, encaminhado ao mercado de trabalho, ainda que informal.

Além disso, por não estarem circunscritas ao território nacional, algumas dessas instituições têm formado redes sociais informais que poderão se converter em catalisadores da cooperação fronteiriça. O Rotary Club de Rondônia por exemplo já realiza há mais de 10 anos encontros com associados do lado boliviano para promover oportunidades de negócios. Os bispos da fronteira Brasil - Bolívia também têm se encontrado para discutir temas próprios da zona de fronteira. Ao último encontro, realizado em outubro de 2001 em Riberalta, compareceram os bispos das igrejas fronteiriças de Guajará-Mirim, Corumbá, Cáceres, San Ignacio de Velasco, Vicariato Apostólico de Beni e Vicariato de Pando. O narcotráfico, a situação dos detentos, a violência e o intercâmbio comercial foram alguns dos temas destacados pelos religiosos como mercedores de preocupação e de uma atuação comum.

Ainda assim, a cooperação transfronteiriça não poderá funcionar sem o levantamento de dados integrados de ambos os lados da fronteira. Como as leis e projetos para a fronteira desconhecem as competências assinaladas às entidades territoriais vizinhas, as políticas territoriais específicas na faixa acabam se transformando num exercício de retórica.

Algumas características particulares dos municípios de fronteira devem ser levadas em consideração para a promoção de ações efetivas na faixa de fronteira. Dentre elas, pode-se destacar:

- a) a conexão política direta com o nível federal, ainda que se trate de centros elementares, em sua maioria com menos de 25.000 habitantes;
- b) a situação incerta da propriedade da terra, favorecida em grande medida pela existência numerosa de restrições e de sua variação freqüente em curtos espaços de tempo;
- c) a conexão econômica direta com o nível internacional, não só pela freqüência e intensidade dos fluxos comerciais com as cidades de fronteira dos países vizinhos, em muitos casos cidades gêmeas, mas pelas ocorrência freqüente de um comércio

de triangulação propiciado pelas próprias vantagens locacionais de suas cidades, próximas ou junto ao limite internacional;

d) a heterogeneidade etno-cultural, criada pela presença substancial de povos indígenas e pela chegada de fluxos migratórios diversos oriundos dos países vizinhos e de outras regiões do país;

e) a presença e a atuação de instituições governamentais e não governamentais em outras escalas que não a do poder executivo federal;

f) a importância de atividades da economia informal, lícita ou ilícita, na geração de trabalho de sua população economicamente ativa.

A criação de novas alternativas econômicas para esses municípios pode se converter no melhor meio de evitar o seu alto grau de envolvimento em redes de tráfico de drogas e contrabando. Nada disso surtirá efeito se não forem feitos investimentos efetivos na infra-estrutura local (pequenas obras de ampliação de redes de esgotos, ampliação da geração de energia, construção de pontes que conectem cidades em fronteiras fluviais, etc.) e na infra-estrutura de integração a outras regiões do país.

Estabelecer, divulgar e aplicar normas claras e coerentes para a propriedade de terra, o ensino de línguas estrangeiras (proibido por lei até anos recentes), a instalação de empresas de capital estrangeiro e de outras atividades também se faz necessário. A grande instabilidade na definição de órgãos gestores da faixa de fronteira não tem contribuído para isso, nem para a criação de instrumentos políticos que possibilitem o desenvolvimento regional e a integração dessa áreas com os países vizinhos.

Na mídia, a fronteira e suas cidades aparecem constantemente associadas às atividades ilegais que tiram proveito de suas vantagens locacionais como o contrabando, o tráfico de drogas, as invasões de terras indígenas, a mineração e a extração de madeira em unidades de conservação, etc. Não são falsos os dados divulgados, mas qualquer tentativa de ampliar o controle sobre essas atividades e de oferecer alternativas econômicas para as cidades de fronteira deve passar pelo conhecimento de suas características reais e potenciais e das particularidades das transações efetuadas entre elas e os entes territoriais dos países vizinhos. Espera-se que essa dissertação seja um pequeno passo rumo a esse objetivo.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, R. S. e RIBEIRO, M. A. C. Os sistemas de transporte na região norte: evolução e reorganização das redes. *RBG*, vol. 51, 2: 33-98. RJ: IBGE, 1989.
- ANCEL, J. *La Géographie des Frontières*. Paris: Gallimard, [1927], 1938, 6ª ed.
- ANDERSON, M. The political science of frontiers. *In: Borders and Border Regions in Europe and North America*. San Diego: San Diego State University and Institute for Regional studies of the Californias, 1997.
- ARIZA, E. et alli. *Atlas Cultural de la Amazonia Colombiana. La construcción del territorio em el Siglo XX*. Bogota, ICA, MCC, 1998.
- BACKHEUSER, E. Teoria das Fronteiras. *Curso de Geopolítica Geral e do Brasil*. RJ: Biblioteca do Exército, 1948.
- BANCO DE LA REPUBLICA. *Informe de Coyuntura Economica Regional*. Departamento del Amazonas, Trimestre I. Leticia: Banco de la República, 2001.
- _____ . *Informe de Coyuntura Economica Regional*. Departamento del Amazonas, Trimestre (I, II, III, IV). Leticia: Banco de la República, 2000.
- BECKER, B. K. *Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: UnB/UFRJ, 1990.
- BECKER, B.K. e MACHADO, L.O. *A Geopolítica da Amazônia: a Nova Fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- BERGMAN, E. F. Cores, frontiers, and boundaries. *In: Modern Political geography*. Iowa: WM C Brown Company Publishers, 1975, p. 143-165.

- BOGGS, S.W. Boundary Functions and the Principles of Boundary making, *AAAG*, vol. 22: 48-49, 1932.
- BRIGHAM, A.P. Principles in the determination of boundaries. *Geographical Review*, 7: 201-219, 1919.
- CGTT. *Atlas das Terras Ticunas*. RJ: Museu Nacional, 1998.
- COELHO, Pedro Motta Pinto. *Fronteiras na Amazônia: Um espaço Integrado*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1992.
- CONCEJO MUNICIPAL DE LETICIA. *Plan de Desarrollo Económico y Social del municipio de Leticia 2000-2003*. Leticia: Alcaldía de Leticia, 2000.
- FOUCHER, M. *Fronts et Frontières: un tour du monde geopolitique*. Paris: Fayard, 1988.
- _____. *L'Invention des Frontiers*. Paris: Fondation pour les Études de Défense Nationale, 1986.
- GADAL, S. et JEANSOULIN, R. Borders, frontiers and limits: some concepts beyond words, *Cybergeo*, 125.
- GALLOIS, P. Ni fronts ni frontières. In: *Geopolitique. Les voies de la puissance*. Paris: PLON, 1990, p. 54-71.
- GANGSTER, P. et all (eds.). *Borders and Border Regions in Europe and North America*. San Diego: San Diego State University and Institute for Regional studies of the Californias, 1997.
- GLOBET, Y. *Le Crépuscule des Traités*, Paris: s/ ed., 1934.
- GOTTMAN, J. Vauban and Modern Geography. *Geographical Review*, 34, 1944, pp. 120-128.
- GUICHONET, P. e RAFFESTIN, C. *Géographie des Frontières*. Paris: PUF, 1974.

- HARTSHORNE, R. Suggestions on the Terminology of Political Boundaries, abstract, *AAAG*, 26, mar./1936, pp. 56-57.
- _____. Geography and Political Boundaries in Upper Silesia, *AAAG*, 23, dec./1933, pp. 195-228.
- HEVILLA, M. C. El estudio de la frontera en América. *Biblio 3W*, 125, 1998.
- HOLDICH, T.H. *Political Frontiers and Boundary Making*. London: Macmillan, 1916.
- _____. Political Boundaries. *Scottish Geographical Magazine*, 32, 1916, pp. 497-507.
- HOUSE, J. W. The Frontier Zone. A Conceptual Problem for Policy Makers. *International Political Science Review*, 4(1): 456-477, 1980.
- IBGE. *Geografia do Brasil. Região Norte*. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.
- ICOTI . *Informações Básicas do município de Tabatinga*. Manaus: ICOTI, 1995.
- JIMENEZ, Antonio Núñez. De Canoa, do Amazonas ao Caribe. Manaus: IPAAM, 1999. 298 p.
- JOHNSON, D.W. The role of political boundaries. *Geographical Review*, 4, set./1917, pp. 208-213.
- JONES, S.B. Boundary Concepts in the Setting of Place and Time, *AAAG*, 49, set./1959, pp. 241-255.
- _____. The Description of International Boundaries. *AAAG*, 33, jun./1943, pp. 99-117.
- KRISTOF, L.D. The Nature of Frontiers and Boundaries, *AAAG*, 49, set./1959, pp. 269-282.
- LATTIMORE, O. Origins of the great wall of China. A frontier concept in theory and practice. *The Geographical review*, vol. XXVII, 4: 529-549, 1937.

- LOSCH, A. National Boundaries as Factors in Location. In: W. A. D. Jackson (ed.). *Politics and Geographic Relationships*. Londres: Prentice Hall, 1964, p.189-193.
- LYDE, L. W. *Some Frontiers of Tomorrow: An Aspiration for Europe*. London, A.&C. Black, 1915.
- MACHADO, L.O. The eastern Amazon basin and the coca-cocaine complex. *International Social Science Journal*, 169: 387-395, 2001.
- _____. Limites e Fronteiras. Da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. *Revista Território*, nº 8: 9-29. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia - UFRJ, 2000.
- _____. Urbanização e Mercado de Trabalho na Amazônia Brasileira. *Cadernos IPPUR*, ano XIII, nº1: 109-138. Rio de Janeiro: IPPUR, 1999.
- _____. Limites, fronteiras, redes. In: *Fronteiras e Espaço Global*. Porto Alegre: AGB - PORTO ALEGRE, 1998, p.8.
- _____. A Geopolítica do Governo Local: proposta de abordagem aos novos territórios urbanos da Amazônia. In: *Anais do 3º Simpósio Nacional de Geografia Urbana*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.
- _____. Artificio político em el origen de la unidad territorial de Brasil. In: *Los espacios Acotados: geografía y Dominación Social*. Barcelona: PPU, 1990, 287p.
- _____. Misiones Y Estado Colonial: Confrontación Entre dos Formas de Control Territorial En La Amazonia Del Setecientos. In: *Ciencia, Vida y Espacio en Iberoamerica*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1989, 504 p.
- _____. *Mitos e realidades na Amazônia brasileira no contexto geopolítico internacional (1550-1912)*. Barcelona: Universidade de Barcelona, 1989. Tese (Doutoramento).
- _____. A Amazônia brasileira como exemplo de uma combinação geoestratégica e cronoestratégica. *Tubinger Geographische Studien*, 95: 189-204, 1987.
- MACHADO, L.O. e STEIMAN, R. Relatório de Trabalho de Campo na Zona de Fronteira Norte. RJ, 2001. *mimeo*.

- MACHADO, L.O. e STEIMAN, R. Relatório de Trabalho de Campo na Zona de Fronteira Norte. RJ, 2000. *mimeo*.
- MIKESELL, M.W. Comparative Studies in Frontier History, *AAAG*, 50: 62-74, 1960.
- MINGHI, J.V. Boundary Studies in Political Geography, *AAAG*, 53, 1963, pp. 407-428.
- OEA. *Programas Binacionais de Cooperação Fronteiriça – Um modelo para o desenvolvimento da Amazônia*. Washington: OEA, 1993.
- OEA & Comisión Mixta de Cooperación Amazonica Peruano-Brasileña. *Programa de Desarrollo Integrado de las Comunidades Fronterizas Peruano-Brasileñas*. Washington: OEA, 1992.
- OEA & Comisión Mixta de Cooperación Amazonica Colombo-Brasileña. *Plan Modelo para el Desarrollo Integrado Del Eje Tabatinga-Apaporis*. Washington: OEA, 1989.
- PAUWELS, G.J. Contribuição para o estudo dos conceitos de "limite" e "fronteira", *Revista do IHGB do RS*, 1925, p. 61-90.
- PEREIRA, R.B.R. *Fronteiras*. RJ: ESG, 1950.
- POUNDS, N.J.G. France and “Les limites naturelles” from the Seventeenth to the Twentieth Centuries”, *AAAG*, vol.44:51-62, 1954.
- _____. The origin of the idea of natural frontiers in France, *AAAG*, 41: 146-157, 1951.
- PRADEAU, C. *Jeux et Enjeux des Frontières*. Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux, 1994.
- PRESCOTT, J.R. *Political Frontiers and Boundaries*. London: Allen & Unwin, 1987.
- _____. *The Geography of Frontier and Boundaries*. London: Hutchinson, 1965.

- RAFFESTIN, C. Autour de la Fonction Sociale de la Frontière. *Espaces et Sociétés*, n.70-71, 1993.
- RAFFESTIN, C. Por uma geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.
- RENARD, J. P. La transition frontalière. *Pholitiques*, Revue sur internet publiée par L'AMPS (Association Medico Pshycosociale) avec l'aide de la Ville de Faches-Thumesnil, France, 2000.
- SALES, T. Migrações de fronteira entre o Brasil e os países do Mercosul. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 13.
- SCHNARDORF, R. *Vivificação de fronteiras: óbices e o papel das Forças Armadas*. RJ: ESG, 1994.
- SEBRAE. *Diagnóstico Sócio-Econômico de Guajará-Mirim*. Manaus: SEBRAE, 1999.
- _____. *Diagnóstico sócio-econômico e cadastro empresarial de Tabatinga*. Manaus: SEBRAE, 1995. Série Estudos Municipais.
- _____. *Diagnóstico Sócio-Econômico e Cadastro Empresarial de São Gabriel da Cachoeira*. Manaus: SEBRAE, 1995. Série Estudos Municipais.
- _____. *Diagnóstico Sócio-Econômico e Cadastro Empresarial de Benjamin Constant*. Manaus: SEBRAE, 1995. Série Estudos Municipais.
- SOARES, T. *História da Formação das Fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973.
- SOUZA, A. P. *Fronteiras da Amazônia: uma guerra silenciosa*. RJ: Razão Cultural, 2000, 220 p.
- SPYKMAN, N.J. Frontiers, security, and international organization. *Geographical Review*, 32: 436-447, 1942.

- STEIMAN, R. A geografia das cidades da fronteira norte: um perfil. Resumo publicado em: STROAHAECKER, T. M. et al (orgs.). *Fronteiras e Espaço Global*. Porto Alegre: AGB – PA, 1998.
- _____. *O Mapa da Droga*. RJ, 1995. Estudo Monográfico – Departamento de Geografia - UFRJ.
- TORRES S., C. y MELO D., A. *Um gradiente urbano-rural como explicação da organização e morfologia do espaço em assentamentos e vivendas humanas no município de Leticia (Amazonas-Colombia)*. Pará: NAEA, 1998. mimeo.
- VARGAS, R. Drogas, Máscaras y Juegos. *Narcotráfico y conflicto armado en Colombia*. Bogota, TM Editores, Accion Andina, 1999.
- WHITTLESEY, D. Geografia Política. 1948. [1ªed. 1944].
- _____. The impress of effective central authority upon the lanscape. *AAAG*, 25: 85-97, 1935.

ANEXO

MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA NORTE, EM 2000, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO E ANO DE INSTALAÇÃO

Nº	CUG	NOME	UF	ANO
1	110001	Alta Floresta D'Oeste	RO	1986
2	110003	Cabixi	RO	1988
3	110005	Cerejeiras	RO	1984
4	110006	Colorado do Oeste	RO	1983
5	110007	Corumbiara	RO	1993
6	110008	Costa Marques	RO	1983
7	110010	Guajará-Mirim	RO	1943
8	110014	Nova Brasilândia D'Oeste	RO	1988
9	110018	Pimenta Bueno	RO	1977
10	110020	Porto Velho	RO	1943
11	110028	Rolim de Moura	RO	1984
12	110029	Santa Luzia D'Oeste	RO	1984
13	110030	Vilhena	RO	1977
14	110032	São Miguel do Guaporé	RO	1988
15	110033	Nova Mamoré	RO	1988
16	110034	Alvorada D'Oeste	RO	1986
17	110037	Alto Alegre do Parecis	RO	1995
18	110045	Buritis	RO	1996
19	110050	Novo Horizonte do Oeste	RO	1997
20	110070	Campo Novo de Rondônia	RO	1993
21	110092	Chupinguaia	RO	1997
22	110145	Parecis	RO	1995
23	110146	Pimenteiras do Oeste	RO	1997
24	110147	Primavera de Rondônia	RO	1995
25	110148	São Felipe D'Oeste	RO	1997
26	110149	São Francisco do Guaporé	RO	1997
27	110150	Seringueiras	RO	1993
28	120001	Acrelândia	AC	1993
29	120005	Assis Brasil	AC	1977
30	120010	Brasiléia	AC	1939
31	120013	Bujari	AC	1993
32	120017	Capixaba	AC	1993
33	120020	Cruzeiro do Sul	AC	1904
34	120025	Epitaciolândia	AC	1993
35	120030	Feijó	AC	1939
36	120032	Jordão	AC	1993
37	120033	Mâncio Lima	AC	1977
38	120034	Manoel Urbano	AC	1977
39	120035	Marechal Thaumaturgo	AC	1993
40	120038	Plácido de Castro	AC	1977
41	120039	Porto Walter	AC	1993
42	120040	Rio Branco	AC	1904
43	120042	Rodrigues Alves	AC	1993

Nº	CUG	NOME	UF	ANO
44	120043	Santa Rosa do Purus	AC	1993
45	120045	Senador Guiomard	AC	1977
46	120050	Sena Madureira	AC	1904
47	120060	Tarauacá	AC	1913
48	120070	Xapuri	AC	1913
49	120080	Porto Acre	AC	1993
50	130006	Amaturá	AM	1983
51	130020	Atalaia do Norte	AM	1956
52	130040	Barcelos	AM	1931
53	130060	Benjamin Constant	AM	1904
54	130070	Boca do Acre	AM	1897
55	130090	Canutama	AM	1891
56	130150	Envira	AM	1955
57	130165	Guajará	AM	1989
58	130180	Ipixuna	AM	1955
59	130210	Japurá	AM	1956
60	130230	Jutaí	AM	1956
61	130240	Lábrea	AM	1886
62	130300	Nhamundá	AM	1956
63	130350	Pauini	AM	1956
64	130360	Santa Isabel do Rio Negro	AM	1957
65	130370	Santo Antônio do Içá	AM	1956
66	130380	São Gabriel da Cachoeira	AM	1891
67	130390	São Paulo de Olivença	AM	1884
68	130406	Tabatinga	AM	1983
69	130423	Tonantins	AM	1983
70	130430	Urucará	AM	1935
71	140002	Amajari	RR	1997
72	140005	Alto Alegre	RR	1982
73	140010	Boa Vista	RR	1943
74	140015	Bonfim	RR	1982
75	140017	Cantá	RR	1997
76	140020	Caracaraí	RR	1956
77	140023	Caroebe	RR	1997
78	140028	Iracema	RR	1997
79	140030	Mucajá	RR	1982
80	140040	Normandia	RR	1982
81	140045	Pacaraima	RR	1997
82	140047	Rorainópolis	RR	1997
83	140050	São João da Baliza	RR	1982
84	140060	São Luiz	RR	1982
85	140070	Uiramutã	RR	1997